MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM (orelha do livro)

Mikhail Bakhtin

Publicado na Rússia em 1929 e assinado por V. N. Volochínov, *Marxismo e Filosofia da Linguagem* foi posteriormente atribuído a M. Bakhtin. Não são claras as razões efetivas que teriam levado Bakhtin a escolher o nome de um dos seus amigos e discípulos para subscrever a autoria do livro. O fato é que o leitor encontrará aqui vários pontos comuns com *A Poética* de Dostoievski e mesmo com a sua obra sobre Rabelais e a cultura popular.

Volochinov, assim como o teórico da literatura Medviédiev – outro intelectual que participava das indagações e pesquisas sobre o chamado método sociológico –, foi vítima dos expurgos stalinistas no começo da década de 30. Desapareceu desde então, ficando o livro, por muitos anos, relegado ao esquecimento oficial com que os autoritarismos sabem sempre brindar a reflexão crítica.

É em meio à controvérsia de que era objeto o formalismo que se dá a sua publicação. O esforço, que nele se observa, para desenvolver uma filosofia da linguagem de fundamento marxista, sem as paranóias histéricas das receitas oficiais, é admirável. A natureza ideológica do signo lingüístico, o dinamismo próprio de suas significações, a alteridade que lhes é constitutiva, o signo como arena da luta de classes, as críticas ao conservadorismo das posições formalistas; as críticas a Saussure e, lidas hoje, sua adequação ao estruturalismo, os fenômenos de enunciação que a semântica moderna tanto preza, as análises dos diferentes tipos de discurso (direto, indireto, indireto livre, etc.) são alguns dos temas que o leitor encontrará, neste livro, discutidos, às vezes, com desenvoltura e perspicácia que não decepcionam.

Em 1950, publica o Pravda a célebre entrevista de Stálin na qual, repudiando a natureza superestrutural do fenômeno da linguagem, exorcizava ainda o até então lingüista oficial da U.R.S.S., N. Marr. No pronunciamento de Stá1in, se a recusa se faz no que diz respeito ao mecanicismo das determinações da estrutura econômica sobre a língua, seu autor não evita, entretanto, o deslize para uma concepção também mecanicista: a da língua como instrumento de comunicação. Vinte anos antes, o livro de Bakhtin (Volochínov) tratava o problema das relações entre linguagem e ideologia de forma a superar totalmente as limitações dessas ortodoxias.

(fim da orelha)

Linguagem

Coleção dirigida por
Carlos Vogt

MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM
MIKHAIL BAKHTIN
V. N. Volochínov)

Marxismo e Filosofia da Linguagem

Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem

prefácio de
ROMAN JAKOBSON

apresentação de
MARINA YAGUELLO

tradução de
MICHEL LAHUD E YARA FRATESCHI VIEIRA

com a colaboração de
LÚCIA TEIXEIRA WISNIK e CARLOS HENRIQUE D. CHAGAS CRUZ

segunda edição

EDITORA HUCITEC
São Paulo, 1981

NOTA DOS TRADUTORES

A presente tradução baseou-se, principalmente, na tradução francesa (Paris, Les Éditions de Minuit, 1977). Recorremos, contudo, constantemente à tradução americana (Nova Iorque/Londres, Seminar Press, 1973), o que nos permitiu, nos casos em que a tradução francesa parecia insatisfatória, optar por uma solução mais adequada. Consultas ao original russo tornaram-se, entretanto, indispensáveis; isso foi possível graças à ajuda de Lucy Seki, a quem agradecemos. Queremos também agradecer a Modesto Carone Netto a colaboração no que respeita às passagens em alemão do texto.

PREFÁCIO

No livro publicado com a assinatura de V. N. Volochínov em Leningrado, 1929-1930, em duas edições sucessivas sob o título de *Marksizm i filossófia iaziká* (Marxismo e Filosofia da Linguagem), tudo, desde a página de título, só pode surpreender.

Acabou-se descobrindo que o livro em questão e várias outras obras publicadas no final dos anos vinte e começo dos anos trinta com o nome de Volochínov – como, por exemplo, um volume sobre a doutrina do freudismo (1927) e alguns ensaios sobre a linguagem na vida e na poesia, assim como sobre a estrutura do enunciado - foram, na verdade, escritos por Bakhtin (1895-1975), autor de obras determinantes sobre a poética de Dostoievski e de Kabelais. Ao que parece, Bakhtin recusava-se a fazer concessões à fraseologia da época e a certos dogmas impostos aos autores. Os adeptos e discípulos do pesquisador, particularmente Volochínov (nascido em 1895, desaparecido pelo fim de 1930), com um pseudônimo escrupulosamente observado e graças a alguns retoques obrigatórios no texto e até no título, tentaram um compromisso que permitia preservar o essencial do grande trabalho.

O que poderia surpreender igualmente aqueles leitores menos avisados da história do obscurantismo que da história do pensamento científico, é o completo desaparecimento do próprio nome desse eminente pesquisador de toda a imprensa russa durante quase um quarto de século (até 1963); quanto a seu livro sobre a filosofia da linguagem, só o vemos mencionado nesse mesmo período em alguns raros estudos lingüísticos do Ocidente. Recentemente, algumas citações desse livro foram feitas em publicações soviéticas de tiragem insignificante, como a coletânea dedicada ao 75° aniversário de Bakhtin, cuja edição foi de apenas 1.500 exemplares (Tártu, 1973).

A obra em questão é reproduzida na série *Janua Linguarum* (Haia-Paris, 1972) e traduzida para o inglês (Nova Iorque, 1973), mas esse trabalho, como outras obras-primas do pensamento teórico russo do mesmo período, permanece ainda quase inacessível aos leitores do seu país natal.

Apesar de toda a singularidade da biografia do livro e de seu autor, é pela novidade e originalidade de seu conteúdo que a obra mais surpreende todo leitor de espírito aberto. Esse volume cujo subtítulo diz Os problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem, antecipa as atuais explorações realizadas no campo da sociolingüística e, principalmente, consegue preceder as pesquisas semióticas de hoje e fixar-lhes novas tarefas de grande envergadura. A "dialética do signo", e do signo verbal em particular, que é estudada no livro conserva, ou melhor, adquire um grande valor sugestivo à luz dos debates semióticos contemporâneos.

Dostoievski é o herói preferido de Bakhtin e a maneira como ele o define caracteriza, ao mesmo tempo e da forma mais justa, sua própria metodologia científica: "Nada lhe parece acabado; todo problema permanece aberto, sem fornecer a mínima alusão a uma solução definitiva". Segundo Bakhtin, na estrutura da linguagem, todas as noções substanciais formam um sistema inabalável, constituído de pares indissolúveis e solidários: o reconhecimento e a compreensão, a

cognição e a troca, o diálogo e o monólogo, sejam eles enunciados ou internos, a interlocução entre o destinador e o destinatário, todo signo provido de significação e toda significação associada ao signo, a identidade e a variabilidade, o universal e o particular, o social e o individual, a coesão e a divisibilidade, a enunciação e o enunciado.

O que mais desperta a atenção e a criatividade do leitor é a parte final do livro, onde o autor discute o papel fundamental e variado da citação - patente ou latente - em nossos enunciados e interpreta os diversos meios que servem para adaptar esses empréstimos multiformes e contínuos ao contexto do discurso.

Roman Jakobson

INTRODUÇÃO

I. Bakhtin, o homem e seu duplo

M. M. Bakhtin nasceu em 1895, em Oriol, numa família da velha nobreza arruinada, de um pai empregado de banco. Passou sua infância em Oriol e a adolescência em Vílnius e Odessa. Estudou na Universidade de Odessa, depois na de São Petersburgo, de onde saiu diplomado em História e Filologia, em 1918. Em 1920, instalou-se em Vitebsk, onde ocupou diversos cargos de ensino. Casou-se em 1920 com Helena Okolovitch, que foi sua fiel colaboradora durante meio século. Bakhtin pertencia a um pequeno círculo de intelectuais e de artistas entre os quais se encontravam Marc Chagall e o musicólogo Sollertinsky, amigo íntimo de Chostakovitch. Também fazia parte deste círculo um jovem professor do Conservatório de Música de Vitebsk, V. N. Volochínov, e ainda P. N. Medviédiev, empregado de uma casa editora. Os dois tornaram-se alunos, amigos devotados e ardorosos admiradores de Bakhtin. Este círculo, conhecido sob o nome de "círculo de Bakhtin", foi um cadinho de idéias inovadoras, numa época de muita criatividade, particularmente nos domínios da arte e das ciências humanas. Ainda que contemporâneo dos movimentos formalista e futurista, ele não participou de nenhum deles.

Em 1923, atacado de osteomielite, Bakhtin retornou a Petrogrado. Impossibilitado de trabalhar regularmente, deve ter passado por uma situação material difícil. Seus discípulos e admiradores, Volochínov e Medviédiev, seguiram-no a Petrogrado. Animados pelo desejo de vir ajudar financeiramente a seu mestre e, ao mesmo tempo, divulgar suas idéias, ofereceram seus nomes a fim de tornar possível a publicação de suas primeiras obras. *Freidizm* (O Freudismo, Leningrado, 1927) e *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (Leningrado, 1929) saíram sob o nome de Volochínov. *Formalni métod v literaturoviédenie. Kritítcheskoie vvdiénie v sotsiologuítcheskuiu poétiku* (O Método Formalista Aplicado à Crítica Literária. Introdução Crítica à Poética Sociológica) que constituiu uma crítica aos formalistas, foi publicado em 1928, também em Leningrado sob a assinatura de Medviédiev[1].

Por que, então Bakhtin não os publicou com seu próprio nome? Não há dúvidas quanto à paternidade de suas obras. O conteúdo se inscreve perfeitamente na linha de suas publicações assinadas e, além disso, dispomos de testemunhos diretos. De qualquer modo, na época, o segredo foi bem guardado, pois Borís Pasternak, em uma carta endereçada a Medviédiev, manifestou seu entusiasmo e sua admiração pela presumida obra deste último e confessa que jamais pudera imaginar que em Medviédiev se ocultava "um tal filósofo". Então, por que esse jogo de testa-de-ferro? Segundo o professor V. V. Ivánov, amigo e aluno de Bakhtin, haveria duas espécies de motivos: em primeiro lugar, Bakhtin teria recusado as modificações impostas pelo editor; de caráter

---

[1] Esta terceira obra foi reeditada em 1971, na revista *Trudi po znákovim sistiemam* (Trabalhos sobre Sistemas de Signos), Universidade de Tártu, 1971. As outras duas nunca mais foram reimpressas. Mouton (Haia) publicou em 1972 um fac-símile da edição de 1929 do *Marxismo e a Filosofia da Linguagem.*

intransigente, ele teria preferido não publicar do que mudar uma vírgula; Volochínov e Medviédiev ter-se-iam, então, proposto a endossar as modificações. A outra ordem de motivos seria mais pessoal e ligada ao caráter de Bakhtin, ao seu gosto pela máscara e pelo desdobramento e também, parece, à sua profunda modéstia científica. Ele teria professado que um pensamento verdadeiramente inovador não tem necessidade, para assegurar sua duração, de ser assinado por seu autor. A este respeito, o professor Ivánov o compara a Kierkegaard, que também se escondeu sob pseudônimos. De qualquer forma, em 1929, no mesmo ano em que Volochínov assinava *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin publicou, finalmente, um primeiro livro com seu próprio nome *Probliemi tvórtchestva Dostoiesvskovo* (Problemas da Obra de Dostoievski[2]). Ele dedicará o resto de sua vida de pesquisador à análise estilística e literária.

Volochínov e Medviédiev desapareceram nos anos trinta. Nesta época, Bakhtin vivia na fronteira da Sibéria e do Casaquistão, em Kustanai. Sempre ensinando, começou a compor sua monografia sobre Rabelais. Em 1936, foi nomeado para o Instituto Pedagógico de Saransk. Em 1937, instalou-se não muito longe de Moscou, em Kímri, onde viveu uma vida apagada até 1945, ensinando no colégio local e participando dos trabalhos do Instituto de Literatura da Academia de Ciências da U.R.S.S. Aí defendeu sua tese sobre Rabelais em 1946. De 1945 a 1961, data de sua aposentadoria, ensina de novo em Saransk, terminando sua carreira na universidade desta cidade.

A partir de 1963, começou a gozar de uma certa notoriedade, sobretudo após a reedição de sua obra sobre Dostoievski (1963) e de sua tese sobre Rabelais: *Tvórtchestvo François Rabelais i naródnaia kultura sriednevekóvia i Renessansa* (A Obra de François Rabelais e a Cultura Popular da Idade Média e da Renascença), Moscou, 1965[3].

Em 1969, instalou-se em Moscou, onde publicou contribuições nas revistas *Vopróssi literaturi* (Questões de Literatura) e *Kontiekst* (Contexto). Morreu em Moscou, em 1975, após uma longa doença.

II. Marxismo e Filosofia da Linguagem

É difícil afirmar com exatidão quais as partes do texto que se devem a Volochínov. Sempre segundo o professor Ivánov, que deve a informação ao próprio Bakhtin, o título e certas partes do texto ligadas à escolha deste título são de Volochínov. Não se poderia, evidentemente, colocar em questão as convicções marxistas de Bakhtin; o livro é marxista do começo ao fim. Todavia como sublinha Jakobson em seu prefácio, o título não deixa de surpreender, pois o conteúdo do livro é muito mais rico do que a capa deixa entrever. Bakhtin expõe bem a necessidade de uma abordagem marxista da filosofia da linguagem, mas ele aborda, ao mesmo tempo, praticamente todos os domínios das

[2] Tradução francesa sob o título: *Problèmes de la Poétique de Dostozevski*, Lausanne, L'Âge d'Homme, 1970.

[3] Tradução francesa sob o título: *François Rabelais et la Culture Populaire sous la Renaissance*, Gallimard, 1970.

ciências humanas, por exemplo, a psicologia cognitiva, a etnologia, a pedagogia das línguas, a comunicação, a estilística, a crítica literária e coloca, de passagem, os fundamentos da semiologia moderna. Aliás, ele possui de todos esses domínios uma visão notavelmente unitária e muito avançada em relação a seu tempo. Contudo, e nesse aspecto o subtítulo *Tentativa de aplicação do método sociológico em lingüística* é muito revelador; trata-se, principalmente, de um livro sobre as relações entre linguagem e sociedade, colocado sob o signo da dialética do signo, enquanto efeito das estruturas sociais.

Sendo o signo e a enunciação de natureza social, em que medida a linguagem determina a consciência, a atividade mental; em que medida a ideologia determina a linguagem? Tais são as questões que constituem o fio condutor do livro. Bakhtin foi o primeiro a abordar essas questões, que a humanidade se colocou muitas vezes antes dele, numa perspectiva marxista. Portanto, é indispensável situar sua reflexão em relação ao problema fundamental que foi suscitado pela aplicação da análise marxista à língua - a língua é uma superestrutura? - e conseqüentemente, em relação à controvérsia da lingüística soviética em torno desta questão, controvérsia à qual Stálin pôs fim em 1950 com *A Propósito do Marxismo em Lingüística*.[4]

Ao mesmo tempo, é preciso notar que, por sua crítica a Saussure - o representante mais eminente do que Bakhtin chamou o objetivismo abstrato - e aos excessos do estruturalismo nascente, ele antecede de quase cinqüenta anos as orientações da lingüística moderna. Veremos que os dois aspectos se confundem.

Bakhtin coloca, em primeiro lugar, a questão dos dados reais da lingüística, da natureza real dos fatos da língua. A língua é, como para Saussure, um fato social, cuja existência se funda nas necessidades da comunicação. Mas, ao contrário da lingüística unificante de Saussure e de seus herdeiros, que faz da língua um objeto abstrato ideal, que se consagra a ela como sistema sincrônico homogêneo e rejeita suas manifestações (a fala) individuais, Bakhtin, por sua vez, valoriza justamente a fala, a enunciação, e afirma sua natureza social, não individual: a fala está indissoluvelmente ligada às condições da comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais.

Se a fala é o motor das transformações lingüísticas, ela não concerne os indivíduos; com efeito, a palavra é a arena onde se confrontam aos valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem. A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder etc. Na medida em que às diferenças de classe correspondem diferenças de registro ou mesmo de sistema (assim, a língua sagrada dos padres, o "terrorismo verbal" da classe culta etc.), esta relação fica ainda mais evidente; mas Bakhtin se interessa, primeiramente, pelos conflitos no interior de um mesmo sistema. Todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das

---

[4] Tradução francesa das Editions de la Nouvelle Critique, 1950.

estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. A evolução da língua obedece a uma dinâmica positivamente conotada, ao contrário do que afirma a concepção saussuriana. A variação é inerente à língua e reflete variações sociais; se, efetivamente, a evolução, por um lado, obedece a leis internas (reconstrução analógica, economia), ela é, sobretudo, regida por leis externas, de natureza social. O signo dialético, dinâmico, vivo, opõe-se ao "sinal" inerte que advém da análise da língua como sistema sincrônico abstrato. É o que leva Bakhtin a atacar a noção de sincronia. E o surpreendente, é que Bakhtin não critica Saussure em nome da teoria marxista, largamente proclamada; ele o critica no interior do seu próprio domínio, isto é, encontra a falha no sistema de oposição língua/fala, sincronia/diacronia.

No plano científico, objetivo, o sistema sincrônico é uma ficção; com efeito, em nenhum momento o sistema está realmente em equilíbrio, e isto todos os lingüistas admitem. Mas, para o locutor-ouvinte ingênuo, usuário da língua, esta não é tampouco um sistema estável e abstrato de sinais constantemente iguais a si mesmos e isolados por procedimentos de análise distribucional. Ao contrário, a forma lingüística é sempre percebida como um signo mutável. A entonação expressiva, a modalidade apreciativa sem a qual não haveria enunciação, o conteúdo ideológico, o relacionamento com uma situação social determinada, afetam a significação. O valor novo do signo, relativamente a um "tema" sempre novo, é a única realidade para o locutor-ouvinte. Só a dialética pode resolver a contradição aparente entre a unicidade e a pluralidade da significação. O objetivismo abstrato favorece arbitrariamente a unicidade, a fim de poder "prender a palavra em um dicionário". O signo é, por natureza, vivo e móvel, plurivalente; a classe dominante tem interesse em torná-lo monovalente. Trata-se, justamente, de uma crítica ao distribucionalismo "neutro".

Segundo Bakhtin, a lingüística saussuriana (o objetivismo abstrato), que pensa estar afastada dos procedimentos da filologia, na realidade, apenas os perpetua. Daí a crítica implícita da noção de *corpus*, prática reducionista que tende a "reificar" a linguagem. Toda enunciação, fazendo parte de um processo de comunicação ininterrupto, é um elemento do diálogo, no sentido amplo do termo, englobando as produções escritas. O *corpus* transforma as enunciações em monólogos. Nesse sentido, o procedimento dos lingüistas é o mesmo que o dos filólogos. Donde a idéia sempre reiterada de que o *corpus*, fundamento da lingüística descritiva e funcionalista, leva ao descritivismo abstrato e faz do signo um sinal (análise distribucional, estabelecimento de classes de contexto e de classes de unidade que fornecem, implicitamente, uma norma, mesmo se o método se pretende "objetivo" e "não normativo" pelo fato de se abster de evocar regras de caráter prescritivo). Os imperativos pedagógicos não deixam de ter influência sobre a prática do lingüista, na medida em que se procura transmitir um objeto-língua tão homogêneo quanto possível.

Bakhtin coloca igualmente em evidência a inadequação de todos os procedimentos de análise lingüística (fonéticos, morfológicos e sintáticos) para dar conta da enunciação completa, seja ela uma palavra, uma frase ou uma seqüência de frases. A enunciação,

compreendida como uma réplica do diálogo social, e a unidade de base da língua, trate-se de discurso interior (diálogo consigo mesmo) ou exterior. Ela é de natureza social, portanto ideológica. Ela não existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um "horizonte social". Há sempre um interlocutor, ao menos potencial. O locutor pensa e se exprime para um auditório social bem definido. "A filosofia marxista da linguagem deve colocar como base de sua doutrina a enunciação, como realidade da língua e como estrutura sócio-ideológica."

"O signo e a situação social estão indissoluvelmente ligados." Ora, todo signo é ideológico. Os sistemas semióticos servem para exprimir a ideologia e são, portanto, modelados por ela. A palavra é o signo ideológico por excelência; ela registra as menores variações das relações sociais, mas isso não vale somente para os sistemas ideológicos constituídos, já que a "ideologia do cotidiano", que se exprime na vida corrente, é o cadinho onde se formam e se renovam as ideologias constituídas.

Se a língua é determinada pela ideologia, a consciência, portanto o pensamento, a "atividade mental", que são condicionados pela linguagem, são modelados pela ideologia. Contudo, todas estas relações são inter-relações recíprocas, orientadas, é verdade, mas sem excluir uma contra-ação. O psiquismo e a ideologia estão em "interação dialética constante". Eles têm como terreno comum o signo ideológico: "O signo ideológico vive graças à sua realização no psiquismo e, reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte ideológico". A questão exige mais que um tratamento esquemático. Na verdade, a distinção essencial que Bakhtin faz é entre "a atividade mental do eu" não modelada ideologicamente, próxima da reação fisiológica do animal, característica do indivíduo pouco socializado) e a "atividade mental do nós" (forma superior que implica a consciência de classe). "O pensamento não existe fora de sua expressão potencial e, por conseqüência, fora da orientação social desta expressão e do próprio pensamento".

Também não se pode tratar esquematicamente a questão da língua como superestrutura. Nos anos 20, no momento em que Bakhtin compõe sua obra, duas tendências se confrontam em lingüística, o formalismo e o sociologismo dito "vulgar", o marrismo. Nicolau Marr leva a suas últimas conseqüências a assimilação da língua a uma superestrutura: existência de línguas de classe e de gramáticas de classe independentes e teoria da evolução "por saltos"; é difícil confirmar essa teoria nos fatos: a toda revolução na base deveria corresponder uma tão pronta evolução da língua. Tal é, em todo caso, a imagem, sem dúvida parcialmente deformada, que se pode fazer da teoria de Marr a partir da controvérsia de 1950. Bakhtin, por sua vez, insiste sobre a noção de processo ininterrupto. Para ele, a palavra veicula, de maneira privilegiada, a ideologia; a ideologia é uma superestrutura, as transformações sociais da base refletem-se na ideologia e, portanto, na língua que as veicula. A palavra serve como "indicador" das mudanças. Bakhtin não afirma jamais que a língua é uma superestrutura no sentido estrito definido por Marr, o qual acarretará, em 1950, a inapelável condenação stalinista: a base e as superestruturas estão sempre em interação. Em compensação, ele afirma

claramente que a língua não é assimilável a um instrumento de produção. Ora, é precisamente esta assimilação que será formulada por Stálin, numa tentativa de dar uma imagem unificante, homogênea, neutra da língua em relação à luta de classes, o que o leva, paradoxalmente, a uma posição própria do objetivismo abstrato. Sabemos sobre que motivações de política interna (a questão das línguas nacionais na U.R.S.S.) repousava sua argumentação. Bakhtin denuncia o perigo de toda sistematização ou formalização exagerada das novas teorias: um sistema que estanca, perde sua vitalidade, seu dinamismo dialético. A acusação poderia se dirigir tanto a Marr como a Stálin. Bakhtin define a língua como expressão das relações e lutas sociais, veiculando e sofrendo o efeito desta luta, servindo, ao mesmo tempo, de instrumento e de material. Como sua obra permaneceu desconhecida tanto do público soviético como do público ocidental, só o confronto de posições extremas reteve a atenção.

Todos aqueles que tinham escrúpulos em considerar a língua como uma superestrutura suspiraram aliviados em 1950, e procuraram esquecer a relação da língua com as estruturas sociais até uma época muito recente, com a emergência da sociolingüística como lingüística e não como variante periférica ou meramente anedótica.[5]

Na terceira parte do livro, consagrada ao estudo da transmissão do "discurso de outrem", Bakhtin fez uma aplicação prática das teses desenvolvidas nas duas primeiras. Dessa forma, busca demonstrar a natureza social e não individual das variações estilísticas. Com efeito, a maneira de integrar "o discurso de outrem" no contexto narrativo reflete as tendências sociais da interação verbal numa época e num grupo social dado. Apóia-se, para firmar sua tese, em citações extraídas de Púchkin, Dostoievski, Zola, Thomas Mann, isto é, de obras individuais que ele insere no contexto da época e, portanto, da orientação social que aí se manifesta. Aborda, igualmente, o papel do "narrador", que toma o lugar do autor da narrativa, com as interferências que isso implica. Esta é, certamente, uma de suas contribuições mais originais. Não há para ele fronteira clara entre gramática e estilística. O discurso indireto constitui um discurso encaixado no interior do qual se manifesta uma interação dinâmica. A passagem do estilo direto ao estilo indireto não se faz de maneira mecânica (isto lhe dá a oportunidade de criticar os exercícios escolares "estruturais", crítica que permanece totalmente pertinente hoje em dia). Essa passagem implica análise e reformulação completa, acompanhadas de um deslocamento e/ou de um entrecruzamento dos "acentos apreciativos" (*modalidade*).

A análise estilística, parte integrante da lingüística, aparece como a preocupação essencial de Bakhtin. A lingüística - como, ao que parece, para Saussure[6] - surge como o instrumento privilegiado e indispensável para levar a bom termo os trabalhos de análise

---

[5] Ver a este respeito, na França, as posições de Cohen, Mounin, Marcellesi, Gardin, Dubois, Calvet, Encrevé, etc. Eu citaria simplesmente Marcel Cohen: "É preciso ver em que medida a linguagem, assim como a ciência vai dar na superestrutura por certos aspectos de seu emprego, ligando-se a instituições propriamente ditas ou a elementos ideológicos". (*Matériaux pour une Sociologie du Langage*, Maspero, 1956).

[6] Ver L. J. Calvet, *Pour et contre Saussure*, Payot, 1976.

literária, que ocuparão a maior parte de sua vida. Como Saussure, ele é, em vários aspectos, um homem do século XIX, um homem de gabinete, de cultura enciclopédica, um verdadeiro "não-especialista". É entre pessoas assim que, freqüentemente, encontramos os melhores especialistas de uma disciplina.

Bibliografia

V. V. Ivánov, "O Bakhtine i semiotike" ("Bakhtin e a Semiótica"), in *Rossía* (Rússia), 1, Nápoles, 1975- "Znatchénie idiéi Bakhtina o znákie, viskazivánie i dialóguie dliá sovremiénnoi semiotiki" (A Significação das Idéias de Bakhtin sobre o Signo, a Enunciação e o Diálogo para a Semiótica Moderna), in *Trúdi po znákovim sistiemam* (Trabalhos sobre Sistemas de Signos) Universidade de Tártu, 1973. Ver também "Ótcheki po istorii semiotiki v SSSR" (Ensaios para uma História da Semiótica na U.R.S.S.), Moscou, 1976.

Marina Yaguello

SUMÁRIO

NOTA DOS TRADUTORES
PREFÁCIO, Roman Jakobson
INTRODUÇÃO
PRÓLOGO

PRIMEIRA PARTE
A FILOSOFIA DA LINGUAGEM E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MARXISMO

Capitulo 1. Estudo das Ideologias e Filosofia da Linguagem.
A ciência das ideologias e a filosofia da linguagem. O problema do signo ideológico. O signo ideológico e a consciência. A palavra como signo ideológico por excelência. A neutralidade ideológica da palavra. A propriedade da palavra de ser um signo interior. Conclusões.

Capítulo 2. Relação entre a Infra-estrutura e as Superestruturas.
Por quê razão é inadmissível aplicar a categoria da causalidade mecanicista à ciência da ideologia. A evolução da sociedade e a da palavra. Expressão semiótica da psicologia social. Dialetologia social. Formas da comunicação verbal e formas dos signos. Tema do signo. Luta de classes e dialética do signo.

Capítulo 3. Filosofia da Linguagem e Psicologia Objetiva.
Problema da descrição objetiva do psiquismo. Estudo da psicologia cognitiva e interpretativa (Dilthey). Realidade semiótica do psiquismo. Ponto de vista da psicologia funcionalista. Psicologismo e antipsicologismo. Especificidade do signo interior (discurso interior). Problema da introspecção. Natureza sócio-econômica do psiquismo. Conclusões.

SEGUNDA PARTE
PARA UMA FILOSOFIA MARXISTA DA LINGUAGEM

Capítulo 4. Duas orientações do Pensamento Filosófico Lingüístico.
Problema da realidade concreta da linguagem. Princípios fundamentais da primeira orientação do pensamento filosófico-lingüístico (o subjetivismo individualista) e seus representantes. Princípios fundamentais da segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico (objetivismo abstrato). Raízes históricas da segunda orientação. Representantes contemporâneos do objetivismo abstrato. Conclusões.

Capítulo 5. Língua, Fala e Enunciação.
A língua, enquanto sistema de formas sujeitas a uma norma, é objetiva? A língua como sistema de normas e o ponto de vista real da consciência do locutor. Que realidade lingüística está na base do sistema da língua? Problema da palavra estrangeira. Erros do objetivismo abstrato. Conclusões.

Capítulo 6. A Interação Verbal.
Teoria da expressão do subjetivismo individualista. Crítica da teoria

da expressão. Estrutura sociológica da atividade mental e de sua expressão. Problema da ideologia na vida cotidiana. A fala como base da evolução da língua. A enuncriação completa e suas formas.

Capítulo 7. Tema e Significação na Língua.
Tema e significação. Problema da apreensão ativa. Apreciação e significação. Dialética da significação,

TERCEIRA PARTE
PARA UMA HISTÓRIA DAS FORMAS DA ENUNCIAÇÃO NAS CONSTRUÇÕES SINTÁTICAS
Tentativa de Aplicação do Método Sociológico aos Problemas Sintáticos

Capítulo 8. Teoria da Enunciação e Problemas Sintáticos.
Significação dos problemas sintáticos. Categorias sintáticas e enunciações completas. Problema dos parágrafos. Problemas das formas de transmissão do discurso de outrem.

Capítulo 9. O "Discurso de Outrem".
Apresentação do problema. Determinação do discurso de outrem. Problema da apreensão ativa do discurso vinculado ao problema do diálogo. Dinâmica da inter-relação do contexto narrativo e do discurso citado. O "estilo linear" em matéria de transmissão do discurso de outrem em relação ao "estilo pictórico"

Capítulo 10. Discurso indireto, Discurso Direto e suas variantes.
Esquemas e variantes. Gramática e estilística. Caracteres gerais da transmissão do discurso de outrem na língua russa. Esquema do discurso indireto. Variante analisadora do conteúdo do discurso indireto. Esquema do discurso direto. Discurso direto preparado. Discurso direto esvaziado. Discurso direto antecipado, disseminado oculto. Fenômeno da interferência verbal. Interrogações retóricas e exclamações. Discurso direto de substituição. Discurso indireto livre.

Capítulo 11. Discurso Indireto Livre em Francês, Alemão e Russo.
Discurso indireto livre em francês. Teoria de Tobler. Teoria de Kalepky. Teoria de Bally. Critica do objetivismo abstrato hipostático de Bally. Bally e os vosslerianos. Discurso indireto livre em alemão. Teoria de Eugen Lerch. Teoria de Lerch. Teoria de Lorck sobre o papel da imaginação na língua. Teoria de Gertraud Lerch. O discurso citado em francês antigo. Na época do Renascimento. Discurso indireto livre em La Fontaine e La Bruyère. Discurso indireto livre segundo Vossler. Aparição do discurso indireto livre em alemão. Critica do subjetivismo hipostatizante dos vosslerianos.

PRÓLOGO

Não existe, atualmente, uma única análise marxista no domínio da filosofia da linguagem. Nem sequer há nos trabalhos marxistas relativos a outras questões, próximas daquelas da linguagem, alguma formulação, a respeito desta, que seja um pouco precisa e desenvolvida. Portanto, a problemática de nosso trabalho, que desbrava, de certa forma, um terreno ainda virgem, só pode, evidentemente, situar-se num nível bastante modesto. Não se trata de uma análise marxista sistemática e definitiva dos problemas básicos da filosofia da linguagem. Tal análise só poderia resultar de um trabalho coletivo de grande fôlego. De nossa parte, tivemos que nos restringir à simples tarefa de esboçar as orientações de base que uma reflexão aprofundada sobre a linguagem deveria seguir e os procedimentos metodológicos a partir dos quais essa reflexão deve estabelecer-se para abordar os problemas concretos da lingüística.

A atual inexistência, na literatura marxista, de uma descrição definitiva e universalmente reconhecida da realidade específica dos problemas ideológicos tornou nossa tarefa particularmente complexa. Na maioria dos casos, esses problemas são percebidos como manifestações da consciência, isto é, como fenômenos de natureza psicológica. Uma tal concepção constituiu um grande obstáculo ao estudo correto dos aspectos específicos dos fenômenos ideológicos, os quais não podem, de forma alguma, ser reduzidos às particularidades da consciência e do psiquismo. Por isso, o papel da língua, como realidade material específica da criação ideológica, não pôde ser justamente apreciado.

É preciso acrescentar a isso que categorias do tipo mecanicista implantaram-se solidamente em todos os domínios a respeito dos quais os pais fundadores - Marx e Engels - pouco ou nada disseram. Esses domínios, portanto, encontram-se, com respeito ao essencial, no estádio do materialismo mecanicista pré-dialético. Todos os domínios da ciência das ideologias acham-se, atualmente, ainda dominados pela categoria da causalidade mecanicista. Além disso, persiste ainda a concepção positivista do empirismo, que se inclina diante do "fato", entendido não dialeticamente, mas como algo intangível e imutável. Praticamente, o espírito filosófico do marxismo ainda não penetrou nesses domínios.

Por essas razões, foi-nos quase totalmente impossível encontrar apoio em resultados precisos e positivos que tivessem sido obtidos pelas outras ciências que se relacionam com a ideologia. Mesmo a crítica literária, que, graças a Plekhánov, é, todavia, a mais desenvolvida dessas ciências, nada pôde fornecer de útil a nosso objeto de estudo.

Este livro apresenta-se, essencialmente, como um trabalho de pesquisa, mas tentamos conferir-lhe uma forma acessível ao grande público. Na primeira parte de nosso trabalho, tentamos mostrar a importância dos problemas da filosofia da linguagem para o marxismo em seu conjunto. Essa importância não tem sido, como dissemos, suficientemente apreciada. E, no entanto, os problemas da filosofia da linguagem situam-se no ponto de convergência de uma série de domínios

essenciais para a concepção marxista do mundo e de alguns domínios que têm interessado muito, atualmente, nossa opinião pública.

Convém acrescentar que, nesses últimos anos, os problemas fundamentais da filosofia da linguagem adquiriram uma acuidade e uma importância excepcionais. Pode-se dizer que a filosofia burguesa contemporânea está se desenvolvendo sob o signo da palavra. E essa nova orientação do pensamento filosófico do Ocidente está ainda só nos seus primeiros passos. A "palavra" e sua situação no sistema são a parada de uma luta inflamada somente comparável àquela que, na Idade Média, opôs realistas, nominalistas e conceitualistas. Na realidade, no realismo dos fenomenólogos e no conceitualismo dos neokantianos, assistimos, numa certa medida, a um renascimento da tradição das escolas filosóficas medievais.

Na lingüística propriamente dita, após a era positivista, marcada pela recusa de qualquer teorização dos problemas científicos, a que se adiciona uma hostilidade, por parte dos positivistas retardatários, em relação aos problemas de visão do mundo, assiste-se a uma nítida tomada de consciência dos fundamentos filosóficos dessa ciência e de suas relações com os outros domínios do conhecimento. E isso serviu para denunciar a crise que a lingüística atravessa, na sua incapacidade de resolver seus problemas de modo satisfatório.

Indicar o lugar dos problemas da filosofia da linguagem dentro do conjunto da visão marxista do mundo: este é o objetivo de nossa primeira parte. É por isso que ela não contém demonstrações e não propõe conclusões definitivas. Seu interesse está mais voltado para a relação entre os problemas do que para a relação entre os fatos estudados.

A segunda parte tenta resolver o problema fundamental da filosofia da linguagem, ou seja, o problema da natureza real dos fenômenos lingüísticos. Esse problema constitui o eixo em torno do qual giram todas as questões essenciais do pensamento filosófico-lingüístico contemporâneo. Problemas tão fundamentais quanto o da evolução da língua, da interação verbal, da compreensão, o problema da significação e muitos outros ainda estão estreitamente vinculados a esse problema central. Evidentemente, apenas esboçamos as principais vias que conduzem à sua resolução. Toda uma série de questões permanece em suspenso. Toda uma série de direções de pesquisa, indicadas no começo, permanece inexplorada. Mas não poderia ser de outro modo num pequeno livro que, pela primeira vez, tenta abordar esses problemas de um ponto de vista marxista.

Na última parte de nosso trabalho, é realizado um estudo concreto de uma questão de sintaxe. A idéia diretiva de toda nossa pesquisa, o papel produtivo e a natureza social da enunciação, requer exemplos concretos que a sustentem: é indispensável mostrar sua importância, não só no plano geral da visão do mundo e para as questões básicas da filosofia da linguagem, mas também para todas as questões da lingüística, por mais particulares que sejam. Se essa idéia é realmente justa e fecunda, ela deve poder ser aplicada em todos os níveis. Mas o tema da terceira parte, a questão do discurso citado, tem ele mesmo uma significação profunda que vai muito além do quadro da sintaxe. Vários aspectos essenciais da criação literária, o

discurso do herói (a estruturação do herói de maneira geral), o "Skaz"*, a *estilização*, a *paródia*, nada mais são do que refrações diversas do "discurso de outrem". É, portanto, indispensável compreender esse tipo de discurso e as regras sociológicas que o regem para analisar de maneira fecunda os aspectos da criação literária acima citados.

A questão tratada na terceira parte não foi objeto de nenhum estudo na literatura lingüística. Por exemplo, o discurso indireto livre - que Púchkin já utilizava - não foi mencionado nem descrito por ninguém. Também nunca foram estudadas as variantes muito diferentes do discurso direto e do discurso indireto.

Portanto, a orientação de nosso trabalho vai do geral ao particular, do abstrato ao concreto: das questões de filosofia geral às questões de lingüística geral; a partir disso, abordamos, finalmente, uma questão específica que diz respeito tanto à gramática (sintaxe) quanto à estilística.

---

* Narrativa em primeira pessoa, freqüentemente num estilo popular. V. tradução francesa de *La Poétigue de Dostoïevski*, Paris, Seuil, 1970, p. 243. (N.T.).

PRIMEIRA PARTE

A FILOSOFIA DA LINGUAGEM E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MARXISMO

CAPÍTULO I
ESTUDO DAS IDEOLOGIAS E FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Os problemas da filosofia da linguagem adquiriram, recentemente, uma atualidade e uma importância excepcionais para o marxismo. Na maioria dos setores mais importantes de seu desenvolvimento científico, o método marxista vai diretamente de encontro a esses problemas e não pode avançar de maneira eficaz sem submetê-los a um exame específico e encontrar-lhes uma solução.

Para começar, as bases de uma teoria marxista da criação ideológica - as dos estudos sobre o conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral, etc. - estão estreitamente ligadas aos problemas de filosofia da linguagem. Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia.

No entanto, todo corpo físico pode ser percebido como símbolo: é o caso, por exemplo, da simbolização do princípio de inércia e de necessidade na natureza (determinismo) por um determinado objeto único. E toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade.

O mesmo se dá com um instrumento de produção. Em si mesmo, um instrumento não possui um sentido preciso, mas apenas uma função: desempenhar este ou aquele papel na produção. E ele desempenha essa função sem refletir ou representar alguma outra coisa. Todavia, um instrumento pode ser convertido em signo ideológico: é o caso, por exemplo, da foice e do martelo como emblema da União Soviética. A foice e o martelo possuem, aqui, um sentido puramente ideológico. Todo instrumento de produção pode, da mesma forma, se revestir de um sentido ideológico: os instrumentos utilizados pelo homem pré-histórico eram cobertos de representações simbólicas e de ornamentos, isto é, de signos. Nem por isso o instrumento, assim tratado, torna-se ele próprio um signo.

Por outro lado, é possível dar ao instrumento uma forma artística, que assegure uma adequação harmônica da forma à função na produção. Nesse caso, produz-se uma espécie de aproximação máxima, quase uma fusão, entre o signo e o instrumento. Mas mesmo aqui ainda discernimos uma linha de demarcação conceitual: o instrumento, enquanto tal, não se torna signo e o signo, enquanto tal, não se torna instrumento de produção.

Qualquer produto de consumo pode, da mesma forma, ser transformado em signo ideológico. O pão e o vinho, por exemplo, tornam-se símbolos religiosos no sacramento cristão da comunhão. Mas o

produto de consumo enquanto tal não é, de maneira alguma, um signo. Os produtos de consumo, assim como os instrumentos, podem ser associados a signos ideológicos, mas essa associação não apaga a linha de demarcação existente entre eles. O pão possui uma forma particular que não é apenas justificável pela sua função de produto de consumo; essa forma possui também um valor, mesmo que primitivo, de signo ideológico (por exemplo o pão com a forma de número oito ou de uma roseta).

Portanto, ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, existe um universo particular, *o universo de signos*.

Os signos também são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.

No domínio dos signos, isto é, na esfera ideológica, existem diferenças profundas, pois este domínio é, ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica e da forma jurídica, etc. Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. *É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral.*

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo. Um signo é um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior. Este é um ponto de suma importância. No entanto, por mais elementar e evidente que ele possa parecer, o estudo das ideologias ainda não tirou todas as conseqüências que dele decorrem.

A filosofia idealista e a visão psicologista da cultura situam ideologia na consciência[1]. Afirmam que a ideologia é um fato de

---

[1] Notemos que, sobre esse ponto, é possível detectar uma mudança de perspectiva no neokantismo moderno. Estou pensando no recente livro de Ernst Cassirer, *Philosophie der symbolischen Formen*, Vol. I, 1923. Embora continue se situando no terreno da consciência, Cassirer considera que seu traço dominante é a representação. Cada elemento de consciência representa alguma coisa, é o suporte de uma função simbólica. O todo existe nas suas partes, mas uma parte só é compreensível no todo. Segundo Cassirer, a idéia é tão sensorial quanto a matéria: no entanto, o aspecto sensorial introduzido aqui

consciência e que o aspecto exterior do signo é simplesmente um revestimento, um meio técnico de realização do efeito interior, isto é, da compreensão. O idealismo e o psicologismo esquecem que a própria compreensão não pode manifestar-se senão através de um material semiótico (por exemplo, o discurso interior), que o signo se opõe ao signo, que *a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos*. Afinal, compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos. E essa cadeia de criatividade e de compreensão ideológicas, deslocando-se de signo em signo para um novo signo, é única e contínua: de um elo de natureza semiótica (e, portanto, também de natureza material) passamos sem interrupção para um outro elo de natureza estritamente idêntica. Em nenhum ponto a cadeia se quebra, em nenhum ponto ela penetra a existência interior, de natureza não material e não corporificada em signos.

Essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras. Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social.

Apesar de suas profundas diferenças metodológicas, a filosofia idealista e o psicologismo em matéria de cultura cometem, ambos, o mesmo erro fundamental. Situando a ideologia na consciência, eles transformam o estudo das ideologias em estudo da consciência e de suas leis: pouco importa que isso seja feito em termos transcendentais ou em termos empírico-psicológicos. Esse erro não só é responsável por uma confusão metodológica acerca da inter-relação entre domínios diferentes do conhecimento, como também por uma distorção radical da realidade estudada. A criação ideológica - ato material e social - é introduzida à força no quadro da consciência individual. Esta, por sua vez, é privada de qualquer suporte na realidade. Torna-se tudo ou nada.

Para o idealismo ela tornou-se tudo: situada em algum lugar acima da existência e determinando-a. De fato, na teoria idealista, essa soberania do universo é a mera hipóstase de um vínculo abstrato entre as formas e as categorias mais gerais da criação ideológica.

Para o positivismo psicologista, ao contrário, a consciência se reduz a nada: simples conglomerado de reações psicofisiológicas fortuitas que, por milagre, resulta numa criação ideológica significante e unificada.

A regularidade social objetiva da criação ideológica, quando indevidamente interpretada como estando em conformidade com as leis da consciência individual, deve, inevitavelmente, ser excluída de seu verdadeiro lugar na existência e transportada quer para a empíreo supra-existencial do transcendentalismo, quer para os recônditos pré-sociais do organismo psicofisiológico, biológico.

No entanto, o ideológico enquanto tal não pode ser explicado em

---

é o do signo simbólico, é uma sensorialidade representativa.

termos de raízes supra ou infra-humanas. Seu verdadeiro lugar é o material social particular de signos criados pelo homem. Sua especificidade reside, precisamente, no fato de que ele se situa entre indivíduos organizados, sendo o meio de sua comunicação.

Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de "natural" no sentido usual da palavra[2]: não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social.

A *consciência individual é um fato sócio-ideológico*. Enquanto esse fato e todas as suas conseqüências não forem devidamente reconhecidas, não será possível construir nem uma psicologia objetiva nem um estudo objetivo das ideologias.

É justamente o problema da consciência que criou as maiores dificuldades e gerou a formidável confusão que encontramos em todas as discussões relativas tanto à psicologia quanto ao estudo das ideologias. De maneira geral, a consciência tornou-se o *asylum ignorantiae* de todo edifício filosófico. Foi transformada em depósito de todos os problemas não resolvidos, de todos os resíduos objetivamente irredutíveis. Ao invés de se buscar uma definição objetiva da consciência, esta foi usada para tornar subjetivas e fluidas certas noções até então sólidas e objetivas.

A única definição objetiva possível da consciência é de ordem sociológica. A consciência não pode derivar diretamente da natureza, como tentaram e ainda tentam mostrar o materialismo mecanicista ingênuo e a psicologia contemporânea (sob suas diferentes formas: biológica, behaviorista, etc.). A ideologia não pode derivar da consciência, como pretendem o idealismo e o positivismo psicologista. A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem.

Tudo o que dissemos acima conduz ao seguinte princípio metodológico: *o estudo das ideologias não depende em nada da psicologia e não tem nenhuma necessidade dela*. Como veremos, é antes o contrário que é verdadeiro: *a psicologia objetiva deve se apoiar no estudo das ideologias*. A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais. As leis dessa realidade são as

---

[2] A sociedade, evidentemente, é também uma parte da natureza, mas uma parte que é qualitativamente distinta e separada dela e que possui seu próprio sistema de leis específicas.

leis da comunicação semiótica e são diretamente determinadas pelo conjunto das leis sociais e econômicas. A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. A consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos.

Preliminarmente, portanto, separando os fenômenos ideológicos da consciência individual nós os ligamos às condições e às formas da comunicação social. A existência do signo nada mais é do que a materialização dessa comunicação. É nisso que consiste a natureza de todos os signos ideológicos.

Mas esse aspecto semiótico e esse papel contínuo da comunicação social como fator condicionante não aparecem em nenhum lugar de maneira mais clara e completa do que na linguagem. *A palavra é o fenômeno ideológico por excelência*. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.

O valor exemplar, a representatividade da palavra como fenômeno ideológico e a excepcional nitidez de sua estrutura semiótica já deveriam nos fornecer razões suficientes para colocarmos a palavra em primeiro plano no estudo das ideologias. É, precisamente, na palavra que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica.

Mas a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo *neutro*. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa.

Além disso, existe uma parte muito importante da comunicação ideológica que não pode ser vinculada a uma esfera ideológica particular: trata-se da *comunicação na vida cotidiana*. Esse tipo de comunicação é extraordinariamente rica e importante. Por um lado, ela está diretamente vinculada aos processos de produção e, por outro lado, diz respeito às esferas das diversas ideologias especializadas e formalizadas. Trataremos, no próximo capítulo, com maior detalhe desse domínio especial que é a ideologia do cotidiano. Por ora, notemos apenas que o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana é a palavra. É justamente nesse domínio que a conversação e suas formas discursivas se situam.

Há uma outra propriedade da palavra que é da maior importância e que a torna o primeiro meio da consciência individual. Embora a realidade da palavra, como a de qualquer signo, resulte do consenso entre os indivíduos, uma palavra é, ao mesmo tempo, produzida pelos próprios meios do organismo individual, sem nenhum recurso a uma aparelhagem qualquer ou a alguma outra espécie de material extracorporal. Isso determinou o papel da palavra como *material*

semiótico da vida interior, da consciência (discurso interior). Na verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material. A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior; pode funcionar como signo sem expressão externa. Por isso, o problema da consciência individual como problema da palavra interior, em geral constitui um dos problemas fundamentais da filosofia da linguagem.

É claro que esse problema não pode ser abordado corretamente se se recorre aos conceitos usuais de palavra e de língua tais como foram definidos pela lingüística e pela filosofia da linguagem não-sociológicas. E preciso fazer uma análise profunda e aguda da palavra como signo social para compreender seu funcionamento como instrumento da consciência. É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que *a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for*. A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico. Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior. Todas as manifestações da criação ideológica - todos os signos não-verbais - banham-se no discurso e não podem ser nem totalmente isoladas nem totalmente separadas dele.

Isso não significa, obviamente, que a palavra possa suplantar qualquer outro signo ideológico. Nenhum dos signos ideológicos específicos, fundamentais, é inteiramente substituível por palavras. É impossível, em última análise, exprimir em palavras, de modo adequado, uma composição musical ou uma representação pictórica. Um ritual religioso não pode ser inteiramente substituído por palavras. Nem sequer existe um substituto verbal realmente adequado para o mais simples gesto humano. Negar isso conduz ao racionalismo e ao simplismo mais grosseiros. Todavia, embora nenhum desses signos ideológicos seja substituível por palavras, cada um deles, ao mesmo tempo, se apóia nas palavras e é acompanhado por elas, exatamente como no caso do canto e de seu acompanhamento musical.

Nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de um sentido, permanece isolado: torna-se parte *da unidade da consciência verbalmente constituída*. A consciência tem o poder de abordá-lo verbalmente. Assim, ondas crescentes de ecos e ressonâncias verbais, como as ondulações concêntricas à superfície das águas, moldam, por assim dizer, cada um dos signos ideológicos. Toda *refração ideológica do ser em processo de formação*, seja qual for a natureza de seu material significante, *é acompanhada de uma refração ideológica verbal*, como fenômeno obrigatoriamente concomitante. A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação.

Todas as propriedades da palavra que acabamos de examinar - sua pureza semiótica, sua neutralidade ideológica, sua implicação na comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização e, finalmente, sua presença obrigatória, como fenômeno acompanhante, em todo ato consciente - todas essas propriedades fazem dela o objeto fundamental do estudo das ideologias. As leis da refração ideológica da existência em signos e em consciência, suas formas e seus

mecanismos, devem ser estudados, antes de mais nada, a partir desse material que é a palavra. A única maneira de fazer com que o método sociológico marxista dê conta de todas as profundidades e de todas as sutilezas das estruturas ideológicas "imanentes" consiste em partir da filosofia da linguagem concebida como *filosofia do signo ideológico*. E essa base de partida deve ser traçada e elaborada pelo próprio marxismo.

CAPÍTULO 2

A RELAÇÃO ENTRE A INFRA-ESTRUTURA E AS SUPERESTRUTURAS

Um dos problemas fundamentais do marxismo, o das relações entre a infra-estrutura e as superestruturas, acha-se intimamente ligado, em muitos de seus principais aspectos, aos problemas da filosofia da linguagem. O marxismo só tem pois a ganhar com a resolução ou, pelo menos, com o tratamento, ainda que não muito aprofundado, destas questões. Sempre que se coloca a questão de saber como a infra-estrutura determina a ideologia, encontramos a seguinte resposta que, embora justa, mostra-se por demais genérica e por isso ambígua: "a causalidade". Se for necessário entender por causalidade a mecanicista, como tem sido entendida até hoje pela corrente positivista da escola naturalista, então uma tal resposta se revela radicalmente mentirosa e contraditória com os próprios fundamentos do materialismo dialético.

A esfera de aplicação da categoria de causalidade mecanicista é extremamente limitada; mesmo nas ciências naturais ela se reduz cada vez mais à medida que o materialismo dialético alarga seu campo de aplicação e aprofunda suas teses. Está fora de questão, *a fortiori*, aplicar esta categoria inerte aos problemas fundamentais do materialismo histórico ou a qualquer ciência das ideologias.

A explicitação de uma relação entre a infra-estrutura e um fenômeno isolado qualquer, destacado de seu contexto ideológico completo e único, não apresenta nenhum valor cognitivo. Antes de mais nada, é impossível estabelecer o sentido de uma dada transformação ideológica no contexto da ideologia correspondente, considerando que toda esfera ideológica se apresenta como um conjunto único e indivisível cujos elementos, sem exceção, reagem a uma transformação da infra-estrutura. Eis porque toda explicação deve ter em conta a diferença quantitativa entre as esferas de influência recíproca e seguir passo a passo todas as etapas da transformação. Apenas sob esta condição a análise desembocará, não na convergência superficial de dois fenômenos fortuitos e situados em planos diferentes, mas num processo de evolução social realmente dialético, que procede da infra-estrutura e vai tomar forma nas superestruturas.

Ignorar a especificidade do material semiótico-ideológico, é reduzir o fenômeno ideológico, é tomar em consideração e explicar apenas seu valor denotativo racional (por exemplo, o sentido diretamente representativo de uma dada obra literária: *Rúdin* = "o homem supérfluo"*), componente este colocado então em relação com a infra-estrutura (aqui, o empobrecimento da nobreza, donde o tema "homem supérfluo" na literatura), ou então, ao contrário, é isolar apenas o componente superficial, "técnico", do fenômeno ideológico (exemplo: a técnica arquitetônica, ou ainda a técnica dos colorantes

* Título de um célebre romance de Turguiéniev que constitui a confissão de toda uma geração, a dos anos 1830, conhecida na história russa pelo nome de "geração idealista" e marcada pela sua incapacidade de agir. Dela podemos aproximar os personagens "Oblómov" em *Oblómov* de I. A. Gontcharov, "Deltov" em *De quem é a Culpa?* de A. I. Herzen e "Bazárov" em Pais e Filhos de Turguiéniev. (N.d.T.f.).

químicos) e, neste caso, este componente deduz-se diretamente do nível técnico da produção.

Tanto um quanto outro método de dedução da ideologia a partir da infra-estrutura passam à margem da substância do fenômeno ideológico. Mesmo se a correspondência estabelecida for justa, mesmo se "o homem supérfluo" tiver efetivamente aparecido na literatura em correlação com a decadência econômica da nobreza, em primeiro lugar, disto não decorre em absoluto que os reveses econômicos correspondentes engendrem por um fenômeno de causalidade mecanicista "homens supérfluos" nas páginas dos romances (a futilidade de uma tal suposição é absolutamente evidente); em segundo lugar, esta correspondência não tem nenhum valor cognitivo enquanto não se explicitarem o papel específico do "homem supérfluo" na estrutura da obra romanesca e o papel específico do romance no conjunto da vida social.

Não parece evidente que entre a transformação da estrutura econômica e o aparecimento do "homem supérfluo" no romance existe um longo percurso que passa por uma série de esferas qualitativamente diferenciadas, estando cada uma delas dotada de um conjunto de regras específicas e de um caráter próprio? Não parece evidente que "o homem supérfluo" não surgiu no romance de forma independente e sem qualquer ligação com os outros elementos constitutivos do romance? Bem ao contrário, o romance no seu conjunto reestruturou-se como um *todo único, orgânico*, submetido a suas próprias leis específicas. Portanto, reestruturaram-se também todos os outros elementos do romance; sua composição, seu estilo. Mas esta reestruturação do romance completou-se também em estreita ligação com as demais transformações no conjunto da literatura.

O problema da *relação recíproca* entre a infra-estrutura e as superestruturas, problema dos mais complexos e que exige, para sua resolução fecunda, um volume enorme de materiais preliminares, pode justamente ser esclarecido, em larga escala, pelo estudo do material verbal.

De fato, a essência deste problema, naquilo que nos interessa, liga-se à questão de saber *como* a realidade (a infra-estrutura) determina o signo, *como* o signo reflete e refrata a realidade em transformação.

As características da palavra enquanto signo ideológico, tais como foram ressaltadas no primeiro capítulo, fazem dela um dos mais adequados materiais para orientar o problema no plano dos princípios. Não é tanto a pureza semiótica da palavra que nos interessa na relação em questão, mas sua *ubiqüidade social*. Tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de

mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

O que chamamos de psicologia do corpo social e que constitui, segundo a teoria de Plekhánov e da maioria dos marxistas, uma espécie de elo de ligação entre a estrutura sócio-política e a ideologia no sentido estrito do termo (ciência, arte, etc.), realiza-se, materializa-se, sob a forma de interação verbal. Se considerada fora deste processo real de comunicação e de interação verbal (ou, mais genericamente, semiótica), a psicologia do corpo social se transforma num conceito metafísico ou mítico (a "alma coletiva", "o inconsciente coletivo", "o espírito do povo", etc.).

A psicologia do corpo social não se situa em nenhum lugar "interior" (na "alma" dos indivíduos em situação de comunicação); ela é, pelo contrário, inteiramente exteriorizada: na palavra, no gesto, no ato. Nada há nela de inexprimível, de interiorizado, tudo está na superfície, tudo está na troca, tudo está no material, principalmente no material verbal.

As relações de produção e a estrutura sócio-política que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, das condições, formas e tipos da comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala.

A psicologia do corpo social é justamente o meio ambiente inicial dos *atos de fala* de toda espécie, e é neste elemento que se acham submersas todas as formas e aspectos da criação ideológica ininterrupta: as conversas de corredor, as trocas de opinião no teatro e, no concerto, nas diferentes reuniões sociais, as trocas puramente fortuitas, o modo de reação verbal face às realidades da vida e aos acontecimentos do dia-a-dia, o discurso interior e a consciência auto-referente, a regulamentação social, etc. A psicologia do corpo social se manifesta essencialmente nos mais diversos aspectos da "enunciação" sob a forma de *diferentes modos de discurso*, sejam eles interiores ou exteriores. Este campo não foi objeto de nenhum estudo até hoje. Todas estas manifestações verbais estão, por certo, ligadas aos demais tipos de manifestação e de interação de natureza semiótica, à mímica, à linguagem gestual, aos gestos condicionados, etc.

Estas formas de interação verbal acham-se muito estreitamente vinculadas às condições de uma situação social dada e reagem de maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social. Assim é que no seio desta psicologia do corpo social materializada na palavra acumulam-se mudanças e deslocamentos quase imperceptíveis que, mais tarde, encontram sua expressão nas produções ideológicas acabadas.

Do que até agora foi dito podemos deduzir o seguinte: que a psicologia do corpo social deve ser estudada de dois pontos de vista diferentes: primeiramente, do ponto de vista do *conteúdo*, dos temas que aí se encontram atualizados num dado momento do tempo; e, em segundo lugar, do ponto de vista dos *tipos e formas de discurso* através dos quais estes temas tomam forma, são comentados, se

realizam, são experimentados, são pensados, etc.

Até o presente, o estudo da psicologia do corpo social se limitava ao primeiro ponto de vista, ou seja, à explicitação única da temática nela contida. E mais, a própria questão de saber onde buscar documentos objetivos, isto é, a expressão materializada da psicologia do corpo social, nem mesmo se colocava com toda sua clareza. Aí então os conceitos de "consciência", "psiquismo" e "mundo interior" desempenharam um papel deplorável, suprimindo a necessidade de pesquisar as formas materiais precisas da expressão da psicologia do corpo social.

No entanto, esta questão das formas concretas tem uma significação imediata. Não se trata, é claro, nem das fontes de nosso conhecimento da psicologia do corpo social numa ou noutra época (por exemplo: memórias, cartas, obras literárias), nem das fontes de nossa compreensão do "espírito da época". Trata-se, muito precisamente, das próprias formas de concretização deste espírito, isto é, das formas da comunicação no contexto da vida e através de signos. A *tipologia* destas formas é um dos problemas vitais para o marxismo.

Mais tarde, em conexão com o problema da enunciação e do diálogo, abordaremos também o problema dos gêneros lingüísticos. A este respeito faremos simplesmente a seguinte observação: cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas. Entre as formas de comunicação (por exemplo, relações entre colaboradores num contexto puramente técnico), a forma de enunciação ("respostas curtas" na "linguagem de negócios") e enfim o tema, existe uma unidade orgânica que nada poderia destruir. *Eis porque a classificação das formas de enunciação deve apoiar-se sobre uma classificação das formas da comunicação verbal*. Estas últimas são inteiramente determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sócio-política. Uma análise mais minuciosa revelaria a importância incomensurável do componente hierárquico no processo de interação verbal, a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação. O respeito às regras da "etiqueta", do "bem-falar" e as demais formas de adaptação da enunciação à organização hierarquizada da sociedade têm uma importância imensa no processo de explicitação dos principais modos de comportamento[1].

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual *as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece*. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo. É justamente uma das tarefas da ciência das ideologias estudar esta evolução social do signo lingüístico. Só esta abordagem pode dar uma expressão concreta ao problema da mútua influência do signo e do

---

[1] O problema dos registros da língua familiar só começou a chamar a atenção dos lingüistas e filósofos bem recentemente. Leo Spitzer, num artigo intitulado "Italienische Umgangsprache" (1922) foi um dos primeiros a abordar este problema de forma séria, embora destituída de critérios sociológicos. Ele será citado adiante, juntamente com seus precursores e imitadores.

ser, é apenas sob esta condição que o processo de determinação causal do signo pelo ser aparece como uma verdadeira passagem do ser ao signo, como um processo de refração realmente dialético do ser no signo.

Para tanto, é indispensável observar as seguintes regras metodológicas:

1. *Não separar a ideologia da realidade material do signo* (colocando-a no campo da "consciência" ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).

2. *Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social* (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico).

3. *Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material* (infra-estrutura).

Realizando-se no processo da relação social, todo signo ideológico, e portanto também o signo lingüístico, vê-se marcado pelo *horizonte social* de uma época e de um grupo social determinados. Até agora tratamos da forma do signo enquanto determinado pelas formas da interação social. Iremos agora abordar um outro aspecto, o do conteúdo do signo e do *índice de valor* que afeta todo conteúdo.

A cada etapa do desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos particulares e limitados que se tornam objeto da atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular. Só este grupo de objetos dará origem a signos, tornar-se-á um elemento da comunicação por signos. Como se pode determinar este grupo de objetos "valorizados"?

Para que o objeto, pertencente a qualquer esfera da realidade, entre no horizonte social do grupo e desencadeie uma reação semiótico-ideológica, é indispensável que ele esteja ligado às condições sócio-econômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma maneira às bases de sua existência material. Evidentemente, o arbítrio individual não poderia desempenhar aqui papel algum, já que o signo se cria entre indivíduos, no meio social; é portanto indispensável que o objeto adquira uma significação interindividual; somente então é que ele poderá ocasionar a formação de um signo. Em outras palavras, *não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social*.

É por isso que todos os índices de valor com características ideológicas, ainda que realizados pela voz dos indivíduos (por exemplo, na palavra) ou, de modo mais geral, por um organismo individual, constituem índices sociais de valor, com pretensões ao consenso social, e apenas em nome deste consenso é que eles se exteriorizam no material ideológico.

Admitamos chamar a realidade que dá lugar à formação de um signo de tema do signo. Cada signo constituído possui seu tema. Assim, cada

manifestação verbal tem seu tema[2].

O tema ideológico possui sempre um índice de valor social. Por certo, todos estes índices sociais de valor dos temas ideológicos chegam igualmente à consciência individual que, como sabemos, é toda ideologia. Aí eles se tornam, de certa forma, índices individuais de valor, na medida em que a consciência individual os absorve como sendo seus, mas sua fonte não se encontra na consciência individual. O índice de valor é por natureza *interindividual*. O grito do animal, enquanto pura reação de um organismo individual à dor, é despido de índice de valor. É um fenômeno puramente natural. O grito não depende da atmosfera social, razão pela qual ele não recebe sequer o esboço de uma formalização semiótica.

O *tema* e a *forma* do signo ideológico estão indissoluvelmente ligados, e não podem, por certo, diferenciar-se a não ser abstratamente. Tanto é verdade que, em última análise, são as mesmas forças e as mesmas condições que dão vida a ambos. Afinal, são as mesmas condições econômicas que associam um novo elemento da realidade ao horizonte social, que o tornam socialmente pertinente, e são as mesmas forças que criam as formas da comunicação ideológica (cognitiva, artística, religiosa, etc.), as quais determinam, por sua vez, as formas da expressão semiótica.

Assim, os temas e as formas da criação ideológica crescem juntos e constituem no fundo as duas facetas de uma só e mesma coisa. Este processo de integração da realidade na ideologia, o nascimento dos temas e das formas, se tornam mais facilmente observáveis no plano da palavra.

Este processo de transformação ideológica refletiu-se na língua, em grande escala, no mundo e na história; é ele objeto de estudo da paleontologia das significações lingüísticas, que põe em evidência a integração de planos da realidade ainda não diferenciados no horizonte social dos homens pré-históricos. Sucede o mesmo, em escala mais reduzida, na época contemporânea, já que a palavra, como sabemos, reflete sutilmente as mais imperceptíveis alterações da existência social.

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também *se refrata*. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: *a luta de classes*.

Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Conseqüentemente, *em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios*. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo

---

[2] A relação do tema com a semântica das palavras individuais que constituem a enunciação será retomada adiante, em seus pormenores.

vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade. A memória da história da humanidade está cheia destes signos ideológicos defuntos, incapazes de constituir uma arena para o confronto dos valores sociais vivos. Somente na medida em que o filólogo e o historiador conservam a sua memória é que subsistem ainda neles alguns lampejos de vida.

Mas aquilo mesmo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração e de deformação do ser. A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente.

Na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta *dialética interna* do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante.

É assim que se apresenta o problema da relação entre a infra-estrutura e as superestruturas. Nós apenas tomamos em consideração a concretização de alguns dos aspectos deste problema e tentamos traçar o caminho que uma pesquisa fecunda neste terreno deve seguir. Era essencial mostrar o lugar da filosofia da linguagem dentro desta problemática. O estudo do signo lingüístico permite observar mais facilmente e de forma mais profunda a continuidade do processo dialético de evolução que vai da infra-estrutura às superestruturas. É no terreno da filosofia da linguagem que se torna mais fácil extirpar pela raiz a explicação pela causalidade mecanicista dos fenômenos ideológicos.

CAPÍTULO 3

FILOSOFIA DA LINGUAGEM E PSICOLOGIA OBJETIVA

Uma das tarefas mais essenciais e urgentes do marxismo é constituir uma psicologia verdadeiramente objetiva. No entanto, seus fundamentos não devem ser nem fisiológicos nem biológicos, mas SOCIOLÓGICOS. De fato, o marxismo encontra-se frente a uma árdua tarefa: a procura de uma abordagem objetiva, porém refinada e flexível, do psiquismo subjetivo consciente do homem, que, em geral, é analisado pelos métodos de introspecção.

Nem a biologia nem a fisiologia estão em condições de resolver esse problema. A consciência constitui um fato sócio-ideológico, não acessível a métodos tomados de empréstimo à fisiologia ou às ciências naturais. E impossível reduzir o funcionamento da consciência a alguns processos que se desenvolvem no interior do campo fechado de um organismo vivo. Os processos que, no essencial, determinam o conteúdo do psiquismo, desenvolvem-se não no organismo, mas fora dele, ainda que o organismo individual participe deles. O psiquismo subjetivo do homem não constitui um objeto de análise para as ciências naturais, como se se tratasse de uma coisa ou de um processo natural. O psiquismo subjetivo é o objeto de uma análise ideológica, de onde se depreende uma interpretação sócio-ideológica. O fenômeno psíquico, uma vez compreendido e interpretado, é explicável exclusivamente por fatores sociais, que determinam a vida concreta de um dado indivíduo, nas condições do meio social[1].

O primeiro e principal problema que se coloca, a partir dessa ótica, é o da apreensão objetiva da "vivência interior". É indispensável integrar a "vivência interior" na unidade da vivência exterior objetiva.

Que tipo de realidade pertence ao psiquismo subjetivo? A realidade do psiquismo interior é a do signo. Sem material semiótico, não se pode falar em psiquismo. Pode-se falar de processos fisiológicos, de processos do sistema nervoso, mas não de processo do psiquismo subjetivo, uma vez que ele é um traço particular do ser, radicalmente diferente, tanto dos processos fisiológicos que se desenrolam no organismo, quanto da realidade exterior ao organismo, realidade à qual o psiquismo reage e que ele reflete, de uma maneira ou de outra. Por natureza, o psiquismo subjetivo localiza-se no limite do organismo e do mundo exterior, vamos dizer, na fronteira dessas duas esferas da realidade. É nessa região limítrofe que se dá o encontro entre o organismo e o mundo exterior, mas este encontro não é físico: o organismo e o mundo encontram-se no signo. A atividade psíquica constitui a expressão semiótica do contato entre o organismo e o meio exterior. Eis porque o psiquismo interior não deve ser analisado como uma coisa; ele não pode ser compreendido e analisado senão como um signo.

A idéia de uma psicologia de análise e de interpretação é muito antiga e sua história é muito instrutiva. E sintomático que, nos

---

[1] Um esboço popular dos modernos problemas da psicologia encontra-se em nosso livro *Freidizm* (kritítcheskoie ótcherk) [Freudismo (Esboço crítico)], Moscou-Leningrado 1927, ver cap. 2: Duas Orientações da Psicologia Contemporânea.

últimos tempos, em ligação com as exigências metodológicas das ciências humanas, isto é, das ciências que se ocupam das ideologias, ele tenha sido objeto de argumentações mais profundas. Um dos seus defensores mais ardentes e bem fundamentados foi Wilhelm Dilthey. Para ele a atividade psíquica não se define em termos de existência, como se diria para uma coisa, mas em termos de significação. Se perdermos de vista esta significação, se tentarmos alcançar a realidade pura da atividade mental, na realidade, encontramo-nos segundo Dilthey, diante de um processo fisiológico do organismo, perdemos de vista a atividade mental.

Da mesma maneira que, se nós perdemos de vista a significação da palavra, perdemos a própria palavra, que fica, assim, reduzida à sua realidade física, acompanhada do processo fisiológico de sua produção. O que faz da palavra uma palavra é sua significação.

O que faz da atividade psíquica uma atividade psíquica é, da mesma forma, sua significação. Se abstrairmos a significação, perdemos, ao mesmo tempo, a própria substancia da vida psíquica interior. E por isso que o objetivo da psicologia não poderia ser explicar os fenômenos psíquicos pela causalidade, como se fossem análogos aos processos físicos ou fisiológicos. Assim, a tarefa da psicologia consiste em descrever com discernimento, dissecar e explicar a vida psíquica como se se tratasse de um documento submetido à análise do filólogo. Segundo Dilthey, somente uma psicologia descritiva e explicativa deste tipo pode servir de base às ciências humanas ou às "ciências do espírito", como ele as chama[2].

As idéias de Dilthey revelaram-se muito fecundas e continuam a ter, em nossos dias, numerosos adeptos entre os pesquisadores em ciências humanas. Pode-se dizer que a quase totalidade dos eruditos alemães contemporâneos que se ocupam da filosofia estão, alguns mais, outros menos, sob a influência das idéias de W. Dilthey[3].

A teoria de Wilhelm Dilthey formou-se sobre um terreno idealista e seus seguidores permaneceram neste terreno. A idéia de uma psicologia de análise e de interpretação está estreitamente ligada às premissas idealistas do pensamento, e a muitos aparece como uma idéia especificamente idealista. Realmente, a partir da forma pela qual a psicologia interpretativa foi criada e se desenvolveu até o presente, ela é idealista, e, portanto, inaceitável para o materialismo dialético. Mas, o mais inaceitável é *a primazia metodológica da psicologia sobre a ideologia.* Segundo a visão de Dilthey e dos outros representantes da psicologia interpretativa, ela deve ser a base de todas as ciências humanas.

A ideologia é explicada em termos da psicologia — como a sua expressão e materialização — e não o inverso. É verdade que se diz haver entre o psiquismo e a ideologia uma proximidade, um denominador comum, a significação, que os distingue do resto da realidade, mas

---

[2] Ver, a este propósito, o artigo em língua russa de Frischeizen-Keller em *Logos*, 1912-1913, vol. 1 e 2.

[3] Sobre a influência de Dilthey, enquanto iniciador dessa corrente, ver Oskar Wahlzehl, Wilhelm Hundolf, Emil Ehrmattinger e outros. Citaremos apenas os representantes mais significativos das ciências humanas, na Alemanha contemporânea.

afirma-se que é a psicologia, não a ideologia, que dá o tom dessa aproximação.

Por sua vez, nas idéias de Dilthey e outros, não se leva em conta *o caráter social do signo*. E finalmente, e isto constitui o *proton pseudos*, a primeira mentira de toda sua concepção, não se compreende o *vínculo indispensável entre o signo e a significação*. Não se percebe a natureza específica do signo.

Na verdade, a relação entre atividade mental e palavra, em Dilthey, não passa de uma analogia, destinada a esclarecer uma idéia e, além disso, só muito raramente a encontramos em sua obra. Ele está muito distante de extrair desta comparação as conclusões que se impõem.

Por outro lado, não é o psiquismo que ele explica com a ajuda do signo, mas ao contrário, como bom idealista, é o signo que ele explica através do psiquismo. O signo só se torna signo, em Dilthey, na medida em que serve para expressar a vida interior. Esta última confere ao signo uma significação que lhe é inerente. Aqui, a construção de Dilthey encarna uma tendência comum ao conjunto da corrente idealista, que consiste em privar de todo sentido, de toda significação, o mundo material em benefício de um "espírito" fora do tempo e do espaço.

Se a atividade mental tem uma significação, se ela não é apenas uma realidade isolada — em relação a esse aspecto Dilthey tem razão — então, obrigatoriamente, a atividade mental deve manifestar-se no terreno semiótico. Tanto isso é verdade que a significação só pode pertencer ao signo — sem o que, ela se torna uma ficção. A significação constitui a expressão da relação do signo, como realidade isolada, com uma outra realidade, por ela substituível, representável, simbolizável. A significação é a função do signo; eis porque é impossível representar a significação (enquanto propriedade puramente relacional, funcional) à parte do signo, como algo independente, particular. Isso é tão inexeqüível como considerar a significação da palavra *cavalo* como sendo o cavalo particular que tenho diante dos meus olhos. Se assim fosse, seria possível, tendo comido uma maçã, dizer que se comeu não uma maçã, mas a significação da palavra *maçã*. O signo é uma unidade material discreta, mas a significação não é uma coisa e não pode ser isolada do signo como se fosse uma realidade independente, tendo uma existência à parte do signo. É por isso que, se a atividade mental tem um sentido, se ela pode ser compreendida e explicada, ela deve ser analisada por intermédio do signo real e tangível.

É preciso insistir sobre o fato de que não somente a atividade mental é expressa exteriormente com a ajuda do signo (assim como nos expressamos para os outros por palavras, mímica ou qualquer outro meio) mas, ainda, que para o próprio indivíduo, ela só existe sob a forma de signos. Fora deste material semiótico, a atividade interior, enquanto tal, não existe. Nesse sentido, toda atividade mental é exprimível, isto é, constitui uma expressão potencial. Todo pensamento, toda emoção, todo movimento voluntário são exprimíveis. A função expressiva não pode ser separada da atividade mental sem que se altere a própria natureza desta[4].

---

[4] A idéia de valor expressivo de todas as manifestações da consciência não é

Assim, não existe um abismo entre a atividade psíquica interior e sua expressão, não há ruptura qualitativa de uma esfera da realidade à outra. A passagem da atividade mental interior à sua expressão exterior ocorre no quadro de um mesmo domínio qualitativo, e se apresenta como uma mudança *quantitativa.* É verdade que, correntemente, no curso do processo de expressão exterior, opera-se a passagem de um código a um outro (por exemplo: código mímico/código lingüístico), mas o conjunto do processo não escapa do quadro da expressão semiótica.

O que constitui o material semiótico do psiquismo? Todo gesto ou processo do organismo: a respiração, a circulação do sangue, os movimentos do corpo, a articulação, o discurso interior, a mímica, a reação aos estímulos exteriores (por exemplo, a luz), resumindo, *tudo que ocorre no organismo pode tornar-se material para a expressão da atividade psíquica, posto que tudo pode adquirir um valor semiótico, tudo pode tornar-se expressivo.*

É verdade que nem todos estes elementos têm igual valor. Para um psiquismo relativamente desenvolvido, diferenciado, um material semiótico refinado e flexível é indispensável e, por sua vez, é preciso que esse material se preste a uma formalização e a uma diferenciação no meio social, no processo de expressão exterior. É por isso que a palavra (o discurso interior) se revela como o material semiótico privilegiado do psiquismo. É verdade que o discurso interior se entrecruza com uma massa de outras reações gestuais com valor semiótico. Mas a palavra se apresenta como o fundamento, a base da vida interior. A exclusão da palavra reduziria o psiquismo a quase nada, enquanto que a exclusão de todos os outros movimentos expressivos a diminuiriam muito pouco.

Se não nos voltássemos para a função semiótica do discurso interior e para todos os outros movimentos expressivos que formam o psiquismo, nós estaríamos diante de um processo fisiológico puro, desenvolvendo-se nos limites do organismo individual. Para o fisiólogo, tal abstração é legítima e mesmo indispensável; só interessa a ele o processo fisiológico e seu mecanismo.

Contudo, mesmo para o fisiólogo, como para o biólogo, é importante levar em conta a função semiótica expressiva (e, portanto, a função social) dos processos fisiológicos correspondentes. Sem isso, ele não compreenderá seu papel biológico no conjunto do funcionamento do organismo. Nesse ponto, mesmo o biólogo não pode excluir o ponto de vista do sociólogo; ele precisa considerar que o organismo humano não pertence a um meio natural abstrato, mas faz parte integrante de um meio social específico. Porém, uma vez considerada a função semiótica dos processos fisiológicos correspondentes, o fisiólogo centra-se na observação de seus mecanismos puramente fisiológicos (por exemplo, o mecanismo dos reflexos condicionados) e ele abstrai completamente suas significações ideológicas mutáveis, que se subordinam a leis sócio-históricas. Em suma, o conteúdo do psiquismo não lhe interessa.

---

estranha ao neokantismo. Ao lado dos trabalhos já citados de Cassirer sobre o caráter expressivo da consciência (a consciência enquanto movimento expressivo), pode-se citar o sistema formulado por Herman Cohen, na terceira parte de Aesthetik des reinen Gefühls. Contudo, a idéia tal como está ali apresentada não permite conclusões corretas. A essência da consciência permanece, apesar de tudo, para além dos limites da existência.

Ora, é justamente o conteúdo do psiquismo tomado em sua relação com o organismo individual que constitui o objeto da psicologia. Uma ciência digna desta denominação não tem e não pode ter outro objeto. Alguns afirmam que o conteúdo do psiquismo não é o objeto da psicologia; este objeto seria somente a função deste conteúdo no psiquismo individual. Este é o ponto de vista da chamada psicologia "funcionalista"[5]. Segundo a doutrina dessa escola, a atividade mental contém duas facetas. Primeiramente, há o *conteúdo da atividade mental*. Sua natureza não é *psíquica*. O que está em jogo é ou um fenômeno físico em que a experiência se focaliza (por exemplo, um objeto da percepção), ou um conteúdo cognitivo com seu próprio sistema de leis, ou ainda uma apreciação ética, etc. Esse aspecto objetivo, orientado, da atividade interior é uma propriedade da natureza, da cultura, ou da história e, conseqüentemente, é da competência das disciplinas científicas correspondentes e não da psicologia.

A outra faceta da atividade mental é a *função de qualquer conteúdo objetivo dentro do sistema fechado da vida psíquica individual*. Desta maneira, o objeto da psicologia é a *atividade mental efetivada ou em vias de efetivar-se* a propósito de todo conteúdo extrapsíquico. Em outras palavras, o objeto da psicologia funcionalista não é o *quê*? mas o *como*? da atividade mental.

Assim, por exemplo, o conteúdo de um processo de pensamento qualquer, o seu *quê*?, não é psíquico e depende da competência do lógico, do teórico do conhecimento ("gnosiólogo") ou do matemático (se se trata do pensamento matemático). O psicólogo mesmo só estuda o *como*? dos processos de pensamento com seus vários conteúdos objetivos (lógicos, matemáticos e outros) nas condições de um dado psiquismo subjetivo.

Não nos ocuparemos aqui das divergências, por vezes substanciais, existentes entre os adeptos desta escola ou de tendências próximas, acerca do entendimento da função psíquica. Para a tarefa que nos fixamos, uma exposição dos princípios de base é suficiente. Ela nos permitirá esclarecer nossa concepção do psiquismo e em que a resolução do problema da psicologia é importante para a filosofia do signo, a filosofia da linguagem.

A psicologia funcionalista formou-se e desenvolveu-se, também, sobre as bases do idealismo. Mas, em alguns de seus aspectos, ela se mostra diametralmente oposta à psicologia interpretativa de Dilthey. De fato, se Dilthey se esforça por levar, de alguma forma, o psiquismo e a ideologia a um denominador comum, a significação, a psicologia funcionalista, ao contrário, tenta traçar uma fronteira de princípio, das mais rígidas, entre o psiquismo e a ideologia, e isto *no interior mesmo do psiquismo*. Tudo o que é significante encontra-se, no final das contas, excluído do campo psíquico, na medida em que tudo que é psíquico encontra-se subordinado ao funcionamento puro e simples de conteúdos objetivos isolados, formando uma espécie de constelação individual denominada "alma individual". Se é preciso falar aqui de

[5] Os representantes mais significativos da psicologia funcionalista são Stumpf e Meineng. A psicologia funcionalista foi fundada por Frank Brentano. Na atualidade, ela constitui, incontestavelmente, a principal corrente da reflexão psicológica na Alemanha, ainda que não seja na sua forma mais clássica.

primazia, é certo que, na psicologia funcionalista, ao contrário da psicologia interpretativa, é a ideologia que tem a primazia sobre o psiquismo.

Pode-se perguntar, agora, qual é a natureza da função psíquica? Seu tipo de existência? Não encontramos a resposta clara e satisfatória a essa questão junto aos adeptos da psicologia funcionalista. Nesse ponto, falta-lhes clareza, não se encontra unidade, nem acordo. Mas há um ponto sobre o qual eles são unânimes: a função psíquica não pode ser assimilada a um processo fisiológico qualquer. Assim sendo, a componente psicológica é nitidamente demarcada em relação à componente fisiológica. Mas, saber que tipo de entidade é essa — a psíquica — é algo que permanece obscuro, assim como o problema da realidade dos fenômenos ideológicos.

A única instância em que os funcionalistas fornecem uma resposta clara é quando a atividade mental se exerce sobre objetos naturais: à função psíquica opõe-se, aqui, um ser natural, físico: uma árvore, a terra, uma pedra, etc... . Mas qual forma pode tomar o ser ideológico frente à função psíquica? A forma de um conceito lógico, de um valor ético, de uma obra de arte, etc.?

A maior parte dos representantes da psicologia funcionalista se atém a perspectivas idealistas, essencialmente kantianas, acerca desse problema[6]. Ao lado do psiquismo individual e da consciência subjetiva individual, eles reservam um lugar à "consciência global", à "consciência transcendental", ao "sujeito puramente gnosiológico", etc. É neste contexto transcendental que eles localizam o fenômeno ideológico, por oposição à função psíquica individual[7].

Assim, o problema da realidade ideológica fica sem solução nos quadros da psicologia funcionalista. Decorre dessa falta de compreensão do signo ideológico e da natureza específica de sua existência que os próprios problemas do psiquismo permanecem insolúveis. Eles não serão resolvidos enquanto não se resolva o problema da ideologia. Estas duas questões estão indissoluvelmente ligadas. As histórias da psicologia e das ciências ligadas à ideologia (a lógica, a teoria do conhecimento, a estética, as ciências humanas, etc...) são as de uma luta incessante, de uma delimitação recíproca de fronteiras e de uma mútua absorção.

Tudo se passa como se houvesse uma alternância periódica entre *o psicologismo* espontaneísta, absorvendo todas as ciências de orientação ideológica, e um *antipsicologismo* agudo, esvaziando o psiquismo de seu conteúdo e conduzindo-o a um lugar vazio, puramente formal (como na psicologia funcionalista), ou ainda a um simples fisiologismo. Nesse ínterim, a ideologia, privada pelo antipsicologismo de seu lugar habitual no ser (isto é, no psiquismo), não encontra seu lugar em parte alguma e se vê obrigada a emigrar da realidade para as alturas transcendentais.

No começo do século XX, tivemos uma vaga poderosa (embora não a

---

[6] Atualmente, encontram-se, ao lado dos funcionalistas, e repartindo o mesmo terreno, os fenomenólogos cujos princípios filosóficos gerais devem muito a Franz Brentano.

[7] Como os fenomenólogos, eles conferem às noções ideológicas um estatuto ontológico, postulando a existência de uma esfera autônoma do ser ideal.

primeira da história, longe disso) de antipsicologismo. No curso dos dois primeiros decênios do século, pudemos assistir a eventos filosóficos e metodológicos da mais alta importância: os trabalhos fundamentais de Husserl[8], principal representante do antipsicologismo contemporâneo; os trabalhos de seus discípulos, os "intencionalistas" (fenomenólogos), a guinada brutalmente antipsicológica dos defensores contemporâneos do neokantismo das escolas de Marburg e Freiburg[9], a exclusão do psicologismo de todos os domínios do conhecimento, inclusive da própria psicologia (!).

Atualmente, a vaga de antipsicologismo está em vias de refluir e uma nova onda, aparentemente muito poderosa, de psicologismo se prepara para substituí-la. A variedade de psicologismo em moda denomina-se *Filosofia Existencial*. Sob esta etiqueta, o psicologismo mais desenfreado retoma, aceleradamente, todas as posições que teve de abandonar há pouco tempo nas esferas da filosofia e das ciências ligadas à ideologia[10]. Esta vaga de psicologismo não traz consigo nenhuma definição nova da realidade psíquica. O psicologismo mais recente, ao contrário da vaga anterior (segunda metade do século XIX), de natureza positivo-empirista (o representante mais típico é Wundt), tende a comentar o ser interior, a "esfera da atividade mental", de maneira *metafísica*.

Desse modo, a alternância do psicologismo e do antipsicologismo não desembocou numa síntese dialética. A filosofia burguesa, até o presente, não soube solucionar de maneira apropriada nem o problema da psicologia nem o da ideologia.

Os dois problemas devem ser tratados conjuntamente. Nós afirmamos que uma só e mesma chave nos dá o acesso objetivo às duas esferas. Esta chave é a filosofia do signo, a filosofia da palavra, enquanto signo ideológico por excelência. O signo ideológico é o território comum, tanto do psiquismo quanto da ideologia; é um território concreto,

---

[8] Ver o vol. I de Logische Untersuchungen ("Investigações Lógicas".) (tradução russa de 1910) que constitui, por assim dizer, a bíblia do antipsicologismo contemporâneo, assim como seu artigo "A Filosofia como Ciência do Rigor" *in Logos*, 1911, 1912, vol. 1.

[9] Ver, por exemplo, o artigo muito instrutivo de Rickert, principal representante da escola de Freiburg, "Duas Abordagens sobre a Teoria do Conhecimento, na compilação Idéias Novas em Filosofia, n o 7, 1913. Nesta publicação, Rickert, sob a influência de Husserl, traduz na linguagem do antipsicologismo sua concepção originalmente psicologista, acerca da teoria do conhecimento. Esse artigo esclarece as relações do neokantismo com o movimento antipsicologista.

[10] Encontramos um panorama completo da filosofia existencial, panorama, é verdade, tendencioso e algo ultrapassado, no livro de Rickert, A *Filosofia Existencial* ("Academia"', 1921). O livro de Spranger, *Lebensformen*, exerceu uma influência enorme sobre as ciências humanas. Hoje em dia, todos os representantes mais importantes da critica literária e da lingüística alemãs encontram-se, de uma forma ou de outra, sob a influência da filosofia existencial. Citaremos Ehrmattinger *(Das Dichterische Kunstwerk*,1921), Hundolf (seus livros sobre Goethe e sobre Georg, 1916 -1925), Hefeie (*Das Wesen der Dichtung*, 1923), Wahlzehl ("Gehalt und Form". .. *in Dichterische Kunstwerk*, 1923), Vossler e os vosslerianos, etc. Mais adiante teremos algo a dizer sobre alguns destes estudiosos.

sociológico e significante. É sobre este território que se deve operar a delimitação das fronteiras entre a psicologia e a ideologia. O psiquismo não deve ser uma réplica do universo, e este não deve servir como simples indicação cênica acompanhando o monólogo psíquico.

Mas, se a realidade do psiquismo é uma realidade semiótica, como delimitar a fronteira entre o psiquismo subjetivo individual e a ideologia em sentido estrito, já que esta se apresenta, igualmente, como uma realidade semiótica? De momento, apenas indicamos um território comum. É indispensável, agora, traçar, no interior deste território, uma fronteira adequada.

O fundo deste problema remete à determinação da natureza do signo interior (nos limites do corpo), que é acessível, em sua realidade imediata, à introspecção. Do ponto de vista do conteúdo ideológico propriamente dito, não seria possível estabelecer uma fronteira entre o psíquico e o ideológico. Todo conteúdo ideológico, sem exceção, qualquer que seja o código pelo qual ele é veiculado, pode ser compreendido e, em conseqüência, psiquicamente assimilado, isto é, ele pode ser produzido por intermédio do signo interior.

Por outro lado, todo fenômeno ideológico, ao longo do processo de sua criação, passa pelo psiquismo, como por uma instância obrigatória. Repetindo: todo signo ideológico exterior, qualquer que seja sua natureza, banha-se nos signos interiores, na consciência. Ele nasce deste oceano de signos interiores e aí continua a viver, pois a vida do signo exterior é constituída por um processo sempre renovado de compreensão, de emoção, de assimilação, isto é, por uma integração reiterada no contexto interior.

É por esse motivo que, do ponto de vista do conteúdo, não há fronteira a priori entre o psiquismo e a ideologia. Há apenas uma diferença de grau: no estágio do desenvolvimento interior, o elemento ideológico, ainda não exteriorizado sob a forma de material ideológico, é apenas um elemento confuso. Ele não pode aperfeiçoar-se, diferenciar-se, afirmar-se a não ser no processo de expressão ideológica. A intenção vale sempre menos do que a realização (mesmo falha). O pensamento que só existe no contexto de minha consciência e não é reforçado no contexto da ciência, como sistema ideológico coerente, é apenas um pensamento obscuro e inacabado. Mas, no contexto de minha consciência, esse pensamento pouco a pouco toma forma, apoiando-se no sistema ideológico, pois ele próprio foi engendrado pelos signos ideológicos que assimilei anteriormente. Uma vez mais, não há aqui diferença qualitativa. Os processos cognitivos provenientes de livros e do discurso dos outros e os que se desenvolvem em minha mente pertencem à mesma esfera da realidade, e as diferenças que existem, apesar de tudo, entre a mente e os livros não dizem respeito ao conteúdo do processo cognitivo.

O que complica mais o problema da delimitação do psíquico e do ideológico é o conceito do "individual". Aceita-se, geralmente, uma correlação entre o "individual" e o "social". De onde se extrai a conclusão de que o psiquismo é individual e a ideologia social.

Esta concepção revela-se radicalmente falsa. "Social" está em correlação com "natural": não se trata aí do indivíduo enquanto pessoa, mas do indivíduo biológico natural. O indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus

pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico. Esta é a razão porque o conteúdo do psiquismo "individual" é, por natureza, tão social quanto a ideologia e, por sua vez, a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos direitos que lhe pertencem é ideológica, histórica, e internamente condicionada por fatores sociológicos[11]. Todo signo é social por natureza, tanto o exterior quanto o interior.

Para evitar os mal-entendidos, convém sempre estabelecer uma distinção rígida entre o conceito de indivíduo natural isolado, não associado ao mundo social, tal como o conhece e estuda o biólogo, e o conceito de individualidade, que já se apresenta como uma superestrutura ideológica semiótica, que se coloca acima do indivíduo natural e é, por conseqüência, social.

Estas duas acepções da palavra *individualidade* (o indivíduo natural e a personalidade) são habitualmente confundidas, o que faz com que se constate geralmente, na reflexão da maior parte dos filósofos e psicólogos, um *quaternio terminorum*: ora se considera uma acepção, ora ela é substituída pela outra.

Se o conteúdo do psiquismo individual é tão social quanto a ideologia, por outro lado, as manifestações ideológicas são tão individuais (no sentido ideológico deste termo) quanto psíquicas. Todo produto da ideologia leva consigo o selo da individualidade do seu ou dos seus criadores, mas este próprio selo é tão social quanto todas as outras particularidades e signos distintivos das manifestações ideológicas. Assim, todo signo, inclusive o da individualidade, é social.

O que constituiu a diferença entre o signo interior e o signo exterior, entre o psíquico e o ideológico? A significação realizada por meio do movimento interior é dirigida ao próprio organismo, a um indivíduo dado, e determina-se, antes de tudo, no contexto de sua individualidade. Neste ponto, as afirmações dos representantes da escola funcionalista contêm uma parcela de verdade. Não se pode deixar de distinguir a natureza específica do psiquismo da natureza dos sistemas ideológicos. Mas o caráter específico da entidade psíquica é inteiramente compatível com uma concepção ideológico-sociológica do psiquismo.

De fato, como já dissemos, todo pensamento de caráter cognitivo materializa-se em minha consciência, em meu psiquismo apoiando-se no sistema ideológico de conhecimento que lhe for apropriado. Nesse sentido, meu pensamento, desde a origem, pertence ao sistema ideológico e é subordinado a suas leis. Mas, ao mesmo tempo, ele também pertence a um outro sistema único, e igualmente possuidor de suas próprias leis específicas, o sistema do meu psiquismo. O caráter único desse sistema não é determinado somente pela unicidade de meu organismo biológico, mas pela totalidade das condições vitais e sociais em que esse organismo se encontra colocado. Desse modo, o

---

[11] Na última parte deste trabalho veremos que os direitos do autor sobre seu próprio discurso são relativos e marcados ideologicamente, e que a língua demora muito tempo para elaborar formas próprias para exprimir claramente os aspectos individuais do discurso.

psicólogo adotará, para estudar meu pensamento, uma abordagem orientada para essa unicidade orgânica de minha individualidade e para essas condições específicas de minha existência. O ideólogo, ao contrário, não se interessará por esse pensamento a não ser que ele esteja inscrito de maneira objetiva no sistema do conhecimento.

O sistema do psiquismo, determinado por fatores orgânicos e biográficos, no sentido amplo do termo, não reflete, de maneira alguma, somente o ponto de vista da psicologia. É certo que neste último caso trata-se de uma unidade real, como é real a totalidade das condições que determinam a vida do indivíduo. Quanto mais estreitamente ligado à unicidade do sistema psíquico o signo interior estiver e quanto mais fortemente determinado pelo componente biológico e biográfico, mais ele se distanciará de uma expressão ideológica bem definida. Em compensação, na medida em que é realizado e formalizado ideologicamente, ele liberta-se por assim dizer, do contexto psíquico que o paralisa.

É isso que determina a diferença entre os processos de compreensão do signo interior (isto é, da atividade mental) e do signo exterior, puramente ideológico. No primeiro caso, compreender significa relacionar um signo interior qualquer com a unicidade dos outros signos interiores, isto é, apreendê-lo no contexto de um certo psiquismo. No segundo caso, trata-se de apreender um dado signo no contexto ideológico correspondente. E verdade que, mesmo no primeiro caso, é indispensável levar em consideração o significado puramente ideológico desta atividade mental: sem compreender o conteúdo semântico puro e simples de um pensamento, o psicólogo não pode determinar-lhe um lugar no contexto do psiquismo em questão. Se ele abstrai o conteúdo semântico desse pensamento, ele não lidará mais com um pensamento, com signos, mas com um simples processo fisiológico de realização de um certo pensamento, de um certo signo, no organismo. Por essa razão, a psicologia cognitiva deve apoiar-se em uma teoria do conhecimento e na lógica, enquanto que a psicologia, em seu conjunto, deve apoiar-se na ciência das ideologias, e não o contrário. E preciso dizer que toda expressão semiótica exterior, por exemplo, a enunciação, pode assumir duas orientações: ou em direção ao sujeito, ou, a partir dele, em direção à ideologia. No primeiro caso, a enunciação tem por objetivo traduzir em signos exteriores os signos interiores, e exigir do interlocutor que ele os relacione a um contexto interior, o que constitui um ato de compreensão puramente psicológico. No outro caso, o que se requer é uma compreensão ideológica, objetiva e concreta, da enunciação[12]. É assim que

[12] As enunciações do primeiro tipo podem ser de duas espécies podem servir para informar a respeito do vivido (*Eu estou alegre*) ou então para exprimi-lo diretamente (*Hurra*!). Há ainda a possibilidade de variações intermediárias (*Estou tão alegre!* — com uma entoação exprimindo grande alegria). A distinção entre esses diferentes aspectos é muito importante para o psicólogo e para o ideólogo. No primeiro caso, não há expressão direta da impressão vivida e, consequentemente, não há realização do signo interior. Temos aqui um resultado da auto-observação (por assim dizer, a tradução do signo em signo). No segundo caso, a auto-observação que se exerce sobre a experiência interior abre um caminho para o exterior e torna-se objeto da observação exterior (é verdade que, nesse caso, opera-se uma mudança de forma). No terceiro caso,

delimitamos o psíquico e o ideológico[13]. Como se oferecem à nossa observação, ao nosso estudo o psiquismo, os signos interiores? Em sua forma pura, o signo interior, isto é, a atividade mental, é acessível apenas à introspecção. Podemos perguntar-nos se ela ameaça a unicidade da experiência exterior objetiva. Isso não acontece se a natureza do psiquismo e da própria introspecção for corretamente compreendida[14]. Na realidade, o objeto da introspecção é o signo interior que pode também, por sua natureza, ser signo exterior. O discurso interior pode, igualmente, ser exteriorizado. Durante o processo de auto-explicitação, o resultado da introspecção deve, obrigatoriamente, exprimir-se sob uma forma exterior, ou, em todo caso, aproximar-se o máximo possível do estado de expressão exterior. A introspecção, enquanto tal, segue uma orientação que vai do signo interior ao signo exterior. Por isso, a própria introspecção é dotada de um caráter expressivo. Ela constitui, para o indivíduo, a compreensão de seu próprio signo interior. E isso que a distingue da observação de um objeto ou de qualquer processo físico. A atividade mental não é visível nem pode ser percebida diretamente, mas, em compensação, é compreensível. O que significa que, durante o processo de auto-observação, a atividade mental é recolocada no contexto de outros signos compreensíveis. O signo deve ser esclarecido por outros signos.

A introspecção constitui um *ato de compreensão* e, por isso, efetua-se, inevitavelmente, com uma certa tendência ideológica. Desse modo, ela serve os interesses da psicologia quando apreende uma certa atividade mental no contexto dos outros signos interiores e de maneira a favorecer a unicidade da vida psíquica. Nesse caso, a introspecção esclarece os signos interiores com a ajuda do sistema cognitivo dos signos psicológicos; ela esclarece e diferencia a atividade mental, e tende, assim, a fornecer uma explicação psicológica satisfatória dessa atividade. E desse tipo a tarefa que se designa à cobaia que participa de uma experiência psicológica. As declarações da cobaia constituem uma explicação psicológica, ou ao menos um esboço de explicação.

Mas a introspecção pode, também, ser orientada diferentemente e tender para uma auto-objetivação ética, de costumes. Nesse caso, o signo interior é integrado num sistema de apreciações e normas éticas, é compreendido e explicado sob esse ângulo.

A introspecção, como os processos cognitivos, pode tomar outros caminhos. Mas, sempre em todas as condições, a introspecção se esforça por explicitar ativamente o signo interior, para levá-lo a um maior grau de clareza semiótica. O processo atinge seus limites assim que o objeto da introspecção torna-se perfeitamente compreensível, assim que ele se torna, igualmente, objeto da observação exterior, de caráter ideológico (sob uma forma semiótica).

Desta maneira, a introspecção, enquanto conceito ideológico, está integrada na unicidade da experiência objetiva. É preciso acrescentar,

---

intermediário, o resultado da auto-observação adquire a coloração do signo interior abrindo caminho para o exterior.

[13] Expusemos nossa concepção do conteúdo do psiquismo e da ideologia em *Freidizm*; cf. o capítulo "Conteúdo do Psiquismo como Ideologia".

[14] Esta ameaça se realizaria se a realidade do psiquismo fosse uma realidade de coisa e não uma realidade semiótica.

ainda, o que segue: na análise de um caso concreto, é impossível traçar uma fronteira precisa entre os signos interiores e exteriores, entre a introspecção e a observação exterior, que fornece *um comentário ininterrupto, tanto semiótico quanto concreto* a respeito dos signos interiores, na medida em que eles são decodificados.

O comentário concreto ocorre sempre. A compreensão de cada signo, interior ou exterior, efetua-se em ligação estreita com a situação em que ele toma forma. Esta situação, mesmo no caso da introspecção, apresenta-se como a totalidade dos fatos que constituem a experiência exterior, que acompanha e esclarece todo signo interior. Essa situação é sempre uma *situação social*.

A orientação da atividade mental no interior da alma (a introspecção) não pode ser separada da realidade de sua orientação numa situação social dada. E é por essa razão que um aprofundamento da introspecção só é possível quando constantemente vinculado a um aprofundamento da compreensão da orientação social. Abstrair essa orientação levaria ao enfraquecimento completo da atividade mental, como acontece quando se abstrai sua natureza semiótica. Nós veremos mais adiante, de maneira detalhada, *que o signo e a situação social em que se insere estão indissoluvelmente ligados*. O signo não pode ser separado da situação social sem ver alterada sua natureza semiótica.

O problema do signo interior constitui um dos problemas essenciais da filosofia da linguagem, pois o signo interior por excelência é a palavra, o discurso interior. O problema do discurso interior, como todos os problemas examinados neste capítulo, é de natureza filosófica. Ele se encontra no cruzamento dos caminhos da psicologia e das ciências ligadas à ideologia. Metodologicamente, ele só pode ser resolvido no terreno da filosofia da linguagem enquanto filosofia do signo. Como definir a palavra no seu papel de signo interior? Sob que forma se realiza o discurso interior? Quais são seus laços com a situação social? Como ele se relaciona com a enunciação? Que métodos empregar para descobrir, ou para captar durante o vôo, por assim dizer, o discurso interior? Somente uma elaborada filosofia da linguagem pode responder a essas questões.

Tomemos, por exemplo, a segunda questão: sob que formas se realiza o discurso interior? De imediato, pode-se dizer que nenhuma das categorias elaboradas pela lingüística para analisar as formas da língua exteriorizada, da fala (lexicologia, gramática, fonética), é aplicável ao discurso interior e, supondo que fossem, elas deveriam ser radicalmente redefinidas.

Uma análise mais aprofundada revelaria que as formas mínimas do discurso interior são constituídas por monólogos *completos*, análogos a parágrafos, ou então por enunciações completas. Mas elas assemelham-se ainda mais às réplicas de um diálogo. Não é por acaso que os pensadores da Antiguidade já concebiam o discurso interior como um *diálogo interior*. Essas unidades prestam-se muito pouco a uma análise sob a forma de constituintes gramaticais (a rigor, em certos casos, isso é possível, mas com grandes precauções) e não existe entre elas, assim como entre as réplicas de um diálogo, laços gramaticais; são laços de uma outra ordem que as regem. Essas unidades do discurso

interior, que poderiam ser chamadas *impressões globais de enunciações*[15], estão ligadas uma à outra, e sucedem-se uma à outra, não segundo as regras da lógica ou da gramática, mas segundo leis de *convergência apreciativa* (emocional), de *concatenação de diálogos*, etc. e numa estreita dependência das condições históricas da situação social e de todo o curso pragmático da existência[16]. Somente a explicitação das formas que as enunciações completas tomam e, em particular, as formas do discurso dialogado, pode esclarecer as formas do discurso interior e a lógica particular do itinerário que elas seguem na vida interior.

É preciso deixar claro que todos os problemas do discurso interior que mencionamos estão fora dos limites de nossa pesquisa. Atualmente, ainda é impossível tratá-los de maneira satisfatória.
Antes de tudo, seria preciso reunir um imenso corpus de dados e esclarecer outros problemas elementares e fundamentais da filosofia da linguagem, em particular os problemas da enunciação. Nós pensamos que é dessa maneira que se pode resolver o problema da delimitação de fronteiras entre o psíquico e o ideológico, sobre o território único que os engloba, o do signo ideológico.

Essa abordagem nos permite, igualmente, eliminar, de maneira dialética, a contradição entre o psicologismo e o antipsicologismo. *O antipsicologismo tem razão em recusar a dedução do ideológico a partir do psiquismo.* Ao contrário, é o psíquico que deve ser deduzido da ideologia. A psicologia deve apoiar-se na ciência das ideologias. Originariamente, a palavra deve ter nascido e se desenvolvido no curso do processo de socialização dos indivíduos, para ser, em seguida, integrada ao organismo individual e tornar-se fala interior. Contudo, o psicologismo também tem razão: não há signo exterior sem signo interior. O signo exterior, incapaz de penetrar no contexto dos signos interiores, isto é, incapaz de ser compreendido e experimentado, cessa de ser um signo, transforma-se em uma coisa física.

O signo ideológico tem vida na medida em que ele se realiza no psiquismo e, reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte ideológico. A atividade psíquica é uma passagem do interior para o exterior; para o signo ideológico, o processo é inverso. O psíquico goza de extraterritorialidade em relação ao organismo. É o social infiltrado no organismo do indivíduo. E tudo que é ideológico é

---

[15] O termo foi emprestado de Gompertz (*Weltanschauungslehre*). Parece que o primeiro a utilizá-lo foi Otto Weinninger. A impressão total é uma impressão ainda não isolada do objeto total e que, de qualquer modo, oferece uma impressão do todo, que precede e lança os fundamentos da cognição clara do objeto. Por exemplo, algumas vezes nos vemos na impossibilidade de lembrar uma palavra ou um nome, ainda que os tenhamos "na ponta da língua" o que significa que nós já temos uma "impressão global" deles, mas que eles não podem se esboçar numa representação concreta e diferenciada. As impressões globais, segundo Gompertz, desempenham um grande papel nos processos cognitivos. Elas constituem equivalentes psíquicos das formas do todo e lhe conferem sua unicidade.

[16] A distinção corrente entre os diferentes tipos de discurso interior-visual, auditivo e motor-- não é relevante para nossas considerações aqui. No quadro de cada um desses tipos, o discurso se desenrola sob a forma de impressões globais, visuais, auditivas e motoras.

extraterritorial no domínio sócio-econômico, pois o signo ideológico, situado fora do organismo, deve penetrar no mundo interior para realizar sua natureza semiótica.

Desta maneira, existe entre o psiquismo e a ideologia uma interação dialética indissolúvel: *o psiquismo se oblitera, se destrói para se tornar ideologia e vice-versa*. O signo interior deve libertar-se de sua absorção pelo contexto psíquico (biológico e biográfico), ele deve parar de ser experimentado subjetivamente para se tornar signo ideológico. O signo ideológico deve integrar-se no domínio dos signos interiores subjetivos, deve ressoar tonalidades subjetivas para permanecer um signo vivo e evitar o estatuto honorífico de uma incompreensível relíquia de museu.

Essa interação dialética dos signos interior e exterior, do psiquismo e da ideologia, muitas vezes atraiu a atenção dos pensadores; contudo, ela não foi compreendida de maneira correta até o presente, nem descrita de maneira adequada. Sua análise mais profunda e interessante foi feita há algum tempo pelo falecido filósofo e sociólogo Georges Simmel. Ele viu essa interação sob um aspecto que é característico de todo pensamento burguês contemporâneo, isto é, como uma "tragédia cultural", ou mais exatamente, como uma tragédia da faculdade criadora da personalidade subjetiva. Segundo ele, a personalidade criadora se autodestrói, assim como sua subjetividade e seu caráter pessoal, no produto objetivo que ela própria cria. O nascimento de um valor cultural objetivo custa a morte da alma subjetiva. Não entraremos, aqui, no detalhe da análise que Simmel faz desse problema, análise que contém várias observações justas e interessantes[17]. Nós assinalaremos apenas o defeito principal de sua concepção. Para ele, entre o psiquismo e a ideologia existe um fosso intransponível. *Ele não admite um signo que, remetendo à realidade, seja comum ao psiquismo e à ideologia.* Ainda mais, mesmo sendo sociólogo, *ele subestima a natureza totalmente social tanto da realidade psíquica quanto da realidade ideológica.* E, contudo, uma e outra realidades se apresentam como refrações de um único e mesmo ser sócio-econômico. O resultado é que a contradição dialética viva entre o psiquismo e o ser torna-se, para Simmel, uma antinomia estática, inerte, uma "tragédia"; e ele luta em vão para superar esta antinomia inevitável, recorrendo a uma dinâmica do processo existencial impregnado de metafísica.

Somente o recurso ao monismo materialista pode trazer uma solução dialética a todas as contradições dessa ordem. De outro modo, seríamos obrigados ou a ignorar as contradições, a fechar os olhos, ou a

---

[17] Pode-se encontrar em tradução russa duas publicações de Simmel, consagradas a esta questão: "A Tragédia Cultural" em *Logos*, 1911-1912, vols. 2 e 3 e "Os Conflitos da Cultura Contemporânea" em *Elementos do Conhecimento*, 1923, Petrogrado, publicado sob a forma de volume separado com um prefácio do professor Sviatlovski. Seu último livro, tratando da mesma questão do ponto de vista da filosofia existencial, intitula-se *Lebensanschauung*, 1919. Esta idéia constitui o *leitmotiv* da *Vida de Goethe*, do mesmo Simmel e, em parte de seus trabalhos sobre Nietzsche, Schopenhauer, Rembrandt e Michelangelo. Ele coloca na base de sua tipologia das individualidades criadoras os diferentes modos de solucionar este conflito entre a alma e sua objetivação criadora através das produções culturais.

transformá-las em antinomias sem saída, em impasses trágicos[18]. Em suma, em toda enunciação, por mais insignificante que seja, renova-se sem cessar essa síntese dialética viva entre o psíquico e o ideológico, entre a vida interior e a vida exterior. Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de decodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação em forma de réplica. Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais.

É assim que o psiquismo e a ideologia se impregnam mutuamente no processo único e objetivo das relações sociais.

---

[18] Na literatura filosófica russa, os problemas de objetivação do psiquismo subjetivo, através das produções ideológicas e das condições e conflitos que daí resultam, são tratados particularmente por Fiódor Stióppun (ver seus trabalhos em *Logos*, 1911-1912 vol. 2-4). Ele também vê esses problemas sob um prisma trágico e mesmo místico. Não consegue colocá-los no plano da realidade material objetiva, que é, contudo, o único onde eles poderiam encontrar uma resolução fecunda e sadiamente dialética.

SEGUNDA PARTE

PARA UMA FILOSOFIA MARXISTA DA LINGUAGEM

CAPITULO 4

DAS ORIENTAÇÕES DO PENSAMENTO FILOSÓFICO-LINGÜÍSTICO

No que consiste o objeto da filosofia da linguagem? Onde podemos encontrar tal objeto? Qual é a sua natureza concreta? Que metodologia adotar para estudá-lo? Na parte introdutória de nosso estudo, estas questões concretas não foram abordadas. Nós falamos da filosofia da linguagem, da palavra. Mas o que é a linguagem? O que é a palavra? Não se trata, evidentemente, de formular perfeitas definições destes conceitos de base. Uma tal formulação só poderia mesmo ser realizada no fim e não no início de nossa pesquisa (supondo-se que uma definição científica possa alguma vez ser considerada como perfeita). No início de nosso itinerário, convém propor, ao invés de definições, diretrizes metodológicas: é indispensável, antes de mais nada, conquistar o objeto real de nossa pesquisa, é indispensável isolá-lo de seu contexto e delimitar previamente suas fronteiras.

No início do trabalho heurístico, não é tanto a inteligência que procura, construindo fórmulas e definições, mas os olhos e as mãos, esforçando-se por captar a natureza real do objeto; acontece que, em nosso caso, os olhos e as mãos se encontram numa posição difícil: os olhos nada vêem, as mãos nada podem tocar, é o ouvido que, aparentemente mais bem situado, tem a pretensão de escutar a palavra, de ouvir a linguagem. E, com efeito, as seduções do *empirismo fonético superficial* são muito fortes na lingüística. O estudo da face sonora do signo lingüístico nela ocupa um lugar proporcionalmente exagerado. Tal estudo muitas vezes determina o tom nessa disciplina e, na maioria dos casos, é feito sem nenhum vínculo com a natureza real da linguagem enquanto código ideológico[1]. O problema da explicitação do objeto real da filosofia da linguagem está longe de ser resolvido. Toda vez que procuramos delimitar o objeto de pesquisa, remetê-lo a um complexo objetivo, material, compacto, bem definido e observável, nós perdemos a própria essência do objeto estudado, sua natureza semiótica e ideológica. Se isolarmos o som enquanto fenômeno puramente acústico, perderemos a linguagem como objeto específico. O som concerne totalmente à competência dos físicos. Se ligarmos o processo fisiológico da produção do som ao processo de percepção sonora, nem por isso estaremos nos aproximando de nosso objetivo. Se associarmos a

[1] Isto diz respeito sobretudo à fonética experimental, que não estuda de fato os sons da língua, mas sim os sons produzidos pelos órgãos da fonação e captados pelo ouvido, independentemente de seu lugar no sistema da língua e na construção das enunciações. Por outro lado, a ciência fonética tenta a custo reunir, com vistas a seu estudo, imensos *corpora* de dados sem no entanto se valer de uma metodologia de classificação.

atividade mental (os signos interiores) do locutor e do ouvinte, estaremos em presença de dois processos psicofísicos ocorrendo em dois sujeitos psicofisiologicamente diferentes e de um único complexo sonoro físico realizando-se na natureza segundo as leis da física. A linguagem, como objeto específico, ainda não a teremos encontrado. E, contudo, já lançamos mão de três esferas da realidade: física, fisiológica e psicológica, do que resultou, até que de modo satisfatório, um conjunto complexo de numerosos elementos. Mas este complexo é privado de alma, seus diferentes elementos estão alinhados ao invés de estarem unidos por um conjunto de regras internas que lhe atribuiria vida e faria dele justamente um fato lingüístico.

O que mais deve ser acrescentado a este conjunto já tão complexo? É preciso, fundamentalmente, inseri-lo num complexo mais amplo e que o engloba, ou seja: na esfera única da relação social organizada. Assim como, para observar o processo de combustão, convém colocar o corpo no meio atmosférico, da mesma forma, para observar o fenômeno da linguagem, é preciso situar os sujeitos - emissor e receptor do som -, bem como o próprio som, no meio social. Com efeito, é indispensável que o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade lingüística, a uma sociedade claramente organizada. E mais, é indispensável que estes dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social imediata, quer dizer, que tenham uma relação de pessoa para pessoa sobre um terreno bem definido. É apenas sobre este terreno preciso que a troca lingüística se torna possível; um terreno de acordo ocasional. Não se presta a isso, mesmo que haja comunhão de espírito. Portanto, *a unicidade do meio social e a do contexto social imediato* são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico que definimos possa ser vinculado à língua, à fala, possa tornar-se um fato de linguagem. Dois organismos biológicos, postos em presença num meio puramente natural, não produzirão um ato de fala.

Mas, como resultado desta análise, o objeto de nossa pesquisa, ao invés de ver-se reduzido como seria desejável, viu-se consideravelmente ampliado e tornado ainda mais complexo. Com efeito, o meio social organizado, no qual inserimos nosso complexo físico-psíquico-fisiológico, e a situação de troca social mais imediata apresentam por si só complicações extraordinárias, comportam relações de diversas naturezas e de múltiplas facetas, e, dentre estas relações, nem todas são necessárias à compreensão dos fatos lingüísticos, nem todas são elementos constitutivos da linguagem. Em suma, o conjunto deste complicado sistema de fenômenos e de relações, de processos, etc., necessita uma redução a um denominador comum. Todas as suas linhas devem reunir-se num centro único: o passe de mágica que constitui o processo lingüístico.

Na parte precedente expusemos o problema da linguagem, ou seja, pusemos em evidência o problema enquanto tal e as dificuldades que ele encerra. Que soluções a filosofia da linguagem e a lingüística geral já trouxeram para este problema? Que marcos já colocaram no caminho de sua resolução, que nos possam orientar? Não temos aqui a intenção de fazer um histórico completo da filosofia da linguagem e da lingüística geral, nem mesmo de apresentar sua situação atual. Limitar-nos-emos a uma análise geral das linhas mestras do pensamento filosófico e

lingüístico dos tempos atuais[2].

Na filosofia da linguagem e nas divisões metodológicas correspondentes da lingüística geral, encontramo-nos em presença de duas orientações principais no que concerne à resolução de nosso problema, que consiste em *isolar e delimitar a linguagem como objeto de estudo específico*. Isto acarreta, por suposto, uma distinção radical entre estas duas orientações para todas as demais questões que se colocam em lingüística. Chamaremos a primeira orientação de "subjetivismo idealista" e a segunda de "objetivismo abstrato"[3].

A primeira tendência interessa-se pelo ato da fala, de criação individual, como fundamento da língua (no sentido de toda atividade de linguagem sem exceção). O psiquismo individual constitui a fonte da língua. As leis da criação lingüística - sendo a língua uma evolução ininterrupta, uma criação contínua – são as leis da psicologia individual, e são elas que devem ser estudadas pelo lingüista e pelo filósofo da linguagem. Esclarecer o fenômeno lingüístico significa reduzi-lo a um ato significativo (por vezes mesmo racional) de criação individual. O restante da tarefa do lingüista não tem senão um caráter preliminar, construtivo, descritivo, classificatório, e limita-se simplesmente a preparar a explicação exaustiva do fato lingüístico como`proveniente de um ato de criação individual, ou então a servir a finalidades práticas de aquisição de uma língua dada. A língua é, deste ponto de vista, análoga às outras manifestações ideológicas, em particular às do domínio da arte e da estética.

As posições fundamentais da primeira tendência, quanto à língua, podem ser sintetizadas nas quatro seguintes proposições:

1. *A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção ("energia"), que se materializa sob a forma de atos individuais de fala.*

---

[2] Não existem atualmente obras especializadas em história da filosofia da linguagem. Encontram-se pesquisas fundamentais apenas no que diz respeito à filosofia da linguagem e à lingüística na antiguidade, como por exemplo Steindahl, *Gerschichte der Sprachwissenschaft bei den Griechen und Rómern*, 1890. No que concerne à história européia, só se encontram monografias de diferentes filósofos e lingüistas (sobre Humboldt, Wundt, Marty, etc.). Voltaremos a tratar disso mais tarde. O único esboço atual relativamente sério de história da filosofia da linguagem e da lingüística acha-se no livro de Ernst Cassirer, *A Filosofia das Formas Simbólicas*, I, A Linguagem, cap. 1.°, "O Problema da Linguagem na História da Filosofia". Em língua russa, encontraremos um esboço breve mais sério da situação atual da lingüística e da filosofia da linguagem no artigo de R. Schor, "Krizis sovremiénnoi lingvistiki" (A Crise da Lingüística Contemporânea) in *lafetitcheski sbórnik* (Coletânea Jafética) V, l9a7, p. 32-71). M. N. Peterson, por sua vez, num artigo intitulado "Iazík kak sotsialnoie iavliénie" (A Língua como Manifestação Social), in *Utchiónie zapíski Instituta iaziká i literatur*i (Anais Científicos do Instituto de Língua e Literatura), 1927, Moscou, p. 3-21, dá uma visão de conjunto, apesar de muito incompleta, dos trabalhos lingüísticos que comportam uma abordagem sociológica. Não citaremos trabalhos sobre a história da lingüística.

[3] Os dois termos, como quase sempre ocorre com este tipo de denominação, estão longe de recobrir todo o conteúdo e a complexidade das orientações definidas. Veremos que a denominação da primeira orientação é particularmente inadequada. Mas não conseguimos encontrar uma melhor.

2. *As leis da criação lingüística são essencialmente as leis da psicologia individual.*

3. *A criação lingüística é uma criação significativa, análoga à criação artística.*

4. *A língua, enquanto produto acabado ("ergon"), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética), apresenta-se como um depósito inerte, tal como a lava fria da criação lingüística, abstratamente construída pelos lingüistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado.*

Wilhelm Humboldt foi um dos mais notórios representantes desta primeira tendência[4]; foi quem estabeleceu seus fundamentos. A influência do poderoso pensamento humboldtiano ultrapassa em muito os limites da tendência que acabamos de descrever. Pode-se dizer que toda a lingüística após ele, e até nossos dias, encontra-se sob sua influência determinante. O pensamento humboldtiano não se encaixa integralmente no quadro das quatro proposições enunciadas, ele é mais amplo, mais complexo e apresenta mais contradições; razão pela qual Humboldt pôde tornar-se o iniciador de diferentes correntes profundamente divergentes entre si. Contudo, o núcleo fundamental das idéias humboldtianas constitui a expressão mais forte e mais profunda das tendências essenciais da primeira escola que acabamos de definir[5]. Na literatura lingüística russa, o representante mais próximo desta escola é A. A. Potebniá e seu grupo de discípulos[6].

Os adeptos mais tardios da primeira tendência não atingiram. estes, a profundidade das idéias e a síntese filosófica de Humboldt. Esta escola de pensamento viu-se consideravelmente enfraquecida, particularmente pelo fato de sua assimilação a um modo de pensamento positivista e superficialmente empirista. Em Steintahl já não se

---

[4] Hamann e Herder o precederam nesta direção.

[5] Humboldt expôs suas idéias sobre a filosofia da linguagem em "Ueber die Verschiedeheiten des Menschlichen Sprachbaues", *in Vorstudie zur Einleitungozum Kawiwerk, gesam. Schriften* (Akademie-Ausgabe) Bd. VI. Há uma grande quantidade de trabalhos sobre Humboldt. Citaremos o *Wilhelm von Humboldt* de R. Heim e, entre as obras mais recentes, o livro de Spranger com o mesmo título (Berlim, 1909). Sobre Humboldt e sua influência sobre a lingüística russa, citemos: B. Engelhardt, A. N. Vesselovsky (Petrograd, 1922). Recentemente foi editado um estudo muito bom e interessante de G. Spätt: *Vnútrennai forma slóva (etiúdi i variatsii na tiému Gumboldta)* [A Linguagem Interior (Estudos e Variações sobre o Tema de Humboldt)]. O autor tenta encontrar as raízes profundas do pensamento humboldtiano camufladas nas interpretações tradicionais (há várias tradições de interpretação de Humboldt). A concepção de Spätt, muito subjetiva, mostra uma vez mais como o pensamento de Humboldt é complexo e cheio de contradições; ele se presta a variantes muito livres.

[6] Sua principal obra filosófica é *Misl i iazík* (Pensamento e Linguagem), (Cracóvia, 1905), reeditado pela Academia de Ciências da Ucrânia. Os discípulos de Potebniá que constituem a escola de Kharkov, publicaram, em intervalos irregulares, uma revista intitulada *Vopróssi teorii i psikhológuii tvórtchestva* (Problemas da Teoria e da Psicologia da Criação), onde encontramos as obras póstumas do próprio Potebniá e artigos de seus alunos a seu respeito. A principal obra de Potebniá expõe as idéias de Humboldt.

encontra mais a amplitude de Humboldt. Em compensação percebe-se um grande esforço de precisão e de sistematização metodológica. Também para Steintahl, o psiquismo individual constitui a fonte da língua, enquanto que as leis do desenvolvimento lingüístico são leis psicológicas[7].

No psicologismo empirista de Wundt e discípulos, não se encontram mais os fundamentos da primeira escola a não ser sob forma bastante atenuada. A doutrina de Wundt resume-se no seguinte: todos os fatos de língua, sem exceção, prestam-se a uma explicação fundada na psicologia individual sobre uma base voluntarista[8]. É verdade que Wundt, assim como Steintahl, considera a língua como uma emanação da "psicologia dos povos" (*Volker psychologie*) ou "psicologia étnica"[9]. Entretanto, a psicologia wundtiana dos povos é constituída pela soma dos psiquismos separados dos indivíduos. Para ele, apenas estes últimos têm acesso à realidade na sua totalidade.

Todas as suas explicações dos fatos de língua, de mitologia e de religião se ligam a explicações puramente psicológicas. Wundt não reconhece a existência de um conjunto de leis específicas, puramente sociológicas, inerentes a todo signo *ideológico* e não *redutíveis* a algumas leis psicológicas individuais.

Atualmente, a primeira tendência da filosofia da linguagem, tendo rejeitado as vias do positivismo, está a caminho de desabrochar novamente e de alargar a visão destes problemas na escola de Vossler. Esta última, conhecida por *Idealistiche Neuphilologie*, constitui incontestavelmente uma das orientações mais fecundas do pensamento filosófico-lingüístico contemporâneo. A contribuição positiva, original, de seus discípulos à lingüística (em romanística e germanística) é também muito importante. Basta lembrar, ao lado do próprio Vossler, discípulos tais como Leo Spitzer, Lorek, Lerch, etc. Iremos citar cada um deles em várias oportunidades.

O conjunto da concepção lingüístico-filosófica de Vossler e de sua escola pode ser resumido corretamente pela apresentação que fizemos das quatro proposições fundamentais da primeira escola. O que caracteriza primordialmente a escola de Vossler, é *"a negação categórica e de princípio do positivismo lingüístico*, que não consegue ver mais além das formas lingüísticas (em particular as fonéticas, as que são positivas) e do ato psicofisiológico que as engendra"[10]. Donde

---

[7] Na base da concepção de Steintahl está a teoria psicológica de Herbart, que tenta elaborar todos os dados do psiquismo humano a partir dos elementos dotados de uma representação e vinculados por laços associativos.

[8] O voluntarismo postula o livre-arbítrio na base do psiquismo.

[9] O termo "psicologia étnica" foi proposto por G Spätt para substituir o termo calcado no alemão *Völker Psychologie*, ou seja, psicologia dos povos. Esta última expressão, de fato, não é satisfatória e a expressão proposta por Spatt parece-nos bem melhor. Ver G. Spatt, *Vvdiénie v etnítcheskuiu psikhológuiu* (Introdução à psicologia étnica), edições da Academia Estatal de Artes e Ciências, Moscou, 1927. Encontramos neste livro uma crítica de base do pensamento de Wundt, mas a construção proposta como alternativa por Spätt tampouco é aceitável.

[10] O primeiro livro de Vossler, no qual ele expõe os fundamentos de sua filosofia, *Positivismus und Idealismus in der Sprachwissenchaft*, Heidelberg, 1904, é consagrado à crítica do positivismo em lingüística.

o aparecimento em primeiro plano do *componente ideológico significante da língua*. O motor principal da criação é o "gosto lingüístico", variedade particular do gosto artístico. O gosto lingüístico é justamente esta verdade lingüística absoluta que dá vida à língua e que o lingüista se esforça por descobrir em cada fato de língua, a fim de dar-lhe uma explicação adequada.

"Só pode ter pretensões a um caráter científico", diz Vossler, "uma história da língua que examine toda a hierarquia causal pragmática com a única finalidade de aí descobrir uma ordem estética, a fim de que o pensamento lingüístico, a verdade lingüística, o gosto lingüístico ou, como diz Humboldt, a forma interior da língua através de suas transformações condicionadas por fatores físicos, psíquicos, políticos, econômicos e culturais em geral, tornem-se claros e compreensíveis"[11].

'Assim é que, para Vossler, os fatores que determinam de uma forma ou de outra os fatos de língua (físicos, políticos, econômicos, etc.) não possuem significação direta para o lingüista; só importa para este o sentido artístico de um dado fato de língua. Eis a concepção que ele tem da língua, uma concepção puramente estética. "A própria idéia de língua", diz ele, "é por essência uma idéia poética; a verdade da língua é de natureza artística, é o Belo dotado de Sentido[12] ".

Compreende-se que não é um sistema lingüístico acabado, no sentido da totalidade dos traços fônicos, gramaticais e outros, mas sim o *ato de criação individual da fala* (*Sprache als Rede*) que será para Vossler o fenômeno essencial, a realidade essencial da língua. Segue se que, em todo ato de fala, o importante, do ponto de vista da evolução da língua, não são as formas gramaticais estáveis, efetivas e comuns a todas as demais enunciações da língua em questão, mas sim a realização estilística e a modificação das formas abstratas da língua, de caráter individual e que dizem respeito apenas a esta enunciação.

Só essa individualização estilística da língua na enunciação concreta é histórica e realmente produtiva. É nela que tem lugar a evolução da língua, logo dissimulada pela formalização gramatical. Todo fato gramatical foi, a princípio, fato estilístico. É a isto que se liga a idéia vossleriana da *primazia do estilístico sobre o gramatical*[13]. A maior parte das pesquisas lingüísticas inspiradas na doutrina de Vossler se situa na fronteira entre a lingüística (no sentido estrito) e a estilística. Em toda forma lingüística, os vosslerianos se empenham com afinco em descobrir raízes ideológicas significantes[14].

---

[11] "*Grammatika i istoria iaziká*" (Gramática e História da Língua) in Logos, vol. 1, 1910, p. 170.

[12] Ibid, p 167.

[13] Nós voltaremos mais tarde à crítica desta idéia.

[14] Os principais trabalhos filosófico-lingüísticos de Vossler surgidos depois do livro citado estão reunidos na coletânea *Philosophie der Sprache* (1920). Trata-se da última publicação de Vossler. Ela dá uma idéia completa de suas concepções em filosofia e em lingüística geral. Entre os trabalhos lingüísticos característicos do método vossleriano, citemos Frankreichs Kultur im Spiegel seiner Sprachentwicklung, 1913. O leitor encontrará uma bibliografia completa de Vossler, até 1922, na coletanea *Idealistische*

Entre os representantes contemporâneos da primeira orientação da filosofia da linguagem, convém citar ainda o filósofo e crítico literário Benedetto Croce, em razão de sua grande influência sobre o pensamento filosófico lingüístico e sobre a crítica literária na Europa. As idéias de Benedetto Croce são, em muitos aspectos, próximas às de Vossler. Para ele, também, a língua constitui um fenômeno estético. A base, o termo-chave de sua concepção da língua é a palavra "expressão". Toda expressão é, em princípio, de natureza artística. Daí a lingüística, como ciência da expressão por excelência, coincidir com a estética. Segue-se que, para Croce, o ato de fala individual constitui igualmente o fenômeno de base da língua[15].

Passemos à definição da segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico. Segundo esta tendência, o centro organizador de todos os fatos da língua, o que faz dela o objeto de uma ciência bem definida, situa-se, ao contrário, no *sistema lingüístico*, a saber o *sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua*. Enquanto que, para a primeira orientação, a língua constitui um fluxo ininterrupto de atos de fala, onde nada permanece estável, nada conserva sua identidade, para a segunda orientação a língua é um arco-íris imóvel que domina este fluxo. Cada enunciação, cada ato de criação individual é único e não reiterável, mas em cada enunciação encontram-se elementos idênticos aos de outras enunciações no seio de um determinado grupo de locutores. São justamente estes traços *idênticos*, que são assim normativos para todas as enunciações - traços fonéticos, gramaticais e lexicais -, que garantem a unicidade de uma dada língua e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade.

Se tomarmos um som qualquer da língua, por exemplo, o fonema /a/ na palavra *ráduga* (arco-íris), o som produzido pelo aparelho articulatório fisiológico do organismo individual é um som individual e único, próprio de cada sujeito falante. Quantas forem as pessoas a pronunciar a palavra *ráduga,* quantos serão os "a" particulares desta palavra (ainda que o ouvido não queira nem possa captar esta particularidade). O som fisiológico (ou seja, o som produzido pelo

---

Neuphilologie (*Festschrift für Karl Vossler*) que lhe é consagrada (1922). Em língua russa, podem-se ler dois artigos sobre ele: o artigo já citado e também "Otnochénie istorii iazikóv k istorii literaturi" (A Relação entre a História das Línguas e a História da Literatura) in Logos, 1912-1913, vol. I-II. Os dois artigos dão uma idéia das bases da teoria de Vossler. As posições de Vossler e de seus discípulos nunca foram discutidas na literatura lingüística russa. Delas encontramos apenas uma menção no artigo de Jirmunsky sobre a critica literária contemporânea na Alemanha (Poética, volume III, 1927, "Academia"). R. Schor, no esboço por nós citado, só menciona Vossler no prefácio. Mais adiante iremos falar dos trabalhos dos seguidores de Vossler, que apresentam um interesse filosófico e metodológico.

[15] Pode-se encontrar em russo a primeira parte de *A Estética* de Benedetto Croce, "*A Estética Como Ciência da Expressão e Como Elemento de Lingüística Geral*", Moscou, 1920. Aí já se encontram as considerações gerais de Croce sobre a língua e a lingüística.

aparelho fisiológico individual) é, no final das contas, tão único quanto é única a impressão digital de um indivíduo dado, tão único como a composição química individual do sangue de cada pessoa (embora a ciência não seja ainda capaz de definir fórmulas individuais do sangue).

Entretanto, será que estas particularidades individuais do som /a/, condicionadas, digamos pela forma única da língua (órgão), do palato e dos dentes dos sujeitos falantes (admitamos que possamos igualmente captar e fixar todas estas particularidades), são essenciais do ponto de vista da língua? Evidente que elas não apresentam qualquer interesse. O que é essencial é a *identidade normativa* deste som em todas as instâncias em que se pronuncia a palavra *ráduga*. E esta identidade normativa constitui justamente (posto que não existe identidade de fato) a unicidade do sistema fonético[*] da língua (neste quadro sincrônico) e garante a compreensão da palavra por todos os membros da comunidade lingüística. Este fonema /a/ identificado por referência a uma norma constitui portanto um fato de língua, um objeto científico da lingüística.

Isto se estende legitimamente a todos os outros elementos da língua. Em toda parte encontraremos a mesma identidade normativa das formas lingüísticas (por exemplo, os esquemas sintáticos) ao lado da realização única e não reiterável da aplicação individual de uma forma dada no ato de fala única. O primeiro fato é parte integrante do sistema da língua, o segundo se refere aos processos individuais da fala, condicionados (do ponto de vista da língua como sistema) por fatores contingentes, fisiológicos e subjetivo-psicológicos, dos quais não podemos inteirar-nos com precisão.

É claro que o sistema lingüístico, no sentido acima definido, é completamente independente de todo ato de criação individual, de toda intenção ou desígnio. Do ponto de vista da segunda orientação, não se poderia falar de uma criação refletida da língua pelo sujeito falante[16]. A língua opõe-se ao indivíduo enquanto norma indestrutível, peremptória, que o indivíduo só pode aceitar como tal. No caso em que o indivíduo não integrasse nenhuma forma lingüística enquanto norma peremptória, esta forma deixaria então de existir para ele como forma da língua para tornar-se simples potencial de seu aparelho psicofísico individual. O indivíduo recebe da comunidade lingüística um sistema já constituído, e qualquer mudança no interior deste sistema ultrapassa os limites de sua consciência individual. O ato individual de emissão de todo e qualquer som só se torna ato lingüístico na medida em que se ligue a um sistema lingüístico imutável (num determinado momento de sua história) e peremptório para o indivíduo.

Quais são, pois, as leis que governam este sistema interno da língua? Elas são puramente *imanentes e específicas*, irredutíveis a leis ideológicas, artísticas ou a quaisquer outras. Todas as formas da

---

[*] O termo "fonologia" ainda não é usado. Lembremos que esta obra é anterior aos trabalhos do Círculo Fonológico de Praga (N.d.T.fr.).

[16] Entretanto, como veremos, no terreno do racionalismo tal qual o descrevemos, os fundamentos da segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico são inteiramente compatíveis com a idéia de uma língua universal racional artificialmente criada.

língua, consideradas num momento preciso (ou seja, do ponto de vista sincrônico) são indispensáveis umas às outras, completam-se mutuamente, e fazem da língua um sistema estruturado que obedece a leis lingüísticas específicas. Estas leis lingüísticas específicas, à diferença das leis ideológicas - que se referem a processos cognitivos, à criação artística, etc. - *não podem depender da consciência individual*. Um tal sistema, o indivíduo tem que toma-lo e assimilá-lo no seu conjunto, tal como ele é. Não há lugar, aqui, para quaisquer distinções ideológicas, de caráter apreciativo: é pior, é melhor, belo ou repugnante, etc. Na verdade só existe um critério lingüístico: está certo ou errado; além do mais, por correção lingüística deve-se entender apenas a conformidade a uma dada norma do sistema normativo da língua. Não se poderia, por conseguinte, falar em "gosto lingüístico" nem em verdade lingüística. Do ponto de vista do indivíduo, as leis lingüísticas são arbitrárias, isto é, privadas de uma justificação natural ou ideológica (por exemplo, artístico). Assim, entre a face fonética da palavra e seu sentido, não há nem uma conexão natural nem uma correspondência de natureza artística. Se a língua, como conjunto de formas, é independente de todo impulso criador e de toda ação individual, segue-se ser ela o produto de uma criação coletiva, um fenômeno social e, portanto, como toda instituição social, normativa para cada indivíduo.

Entretanto, o sistema lingüístico, único e sincronicamente imutável, transforma-se, evolui no processo de evolução histórica de uma determinada comunidade lingüística, posto que a identidade normativa do fonema, tal qual nós a estabelecemos, é diferente nas diferentes épocas da evolução de uma língua. Em poucas palavras, a língua tem sua história. Como podemos pensar esta história do ponto de vista da segunda orientação?

Para esta segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico, o fato mais significativo é o fosso que separa *a história do sistema lingüístico em questão da abordagem não histórica, sincrônica*. A argumentação fundamental da segunda orientação faz deste fosso dialético, um fosso intransponível. Entre a lógica que governa o sistema de formas lingüísticas num determinado momento da história e a lógica (ou antes, a ausência de lógica) da evolução histórica destas formas, nada pode haver de comum. São duas lógicas diferentes. Ou melhor, se nós reconhecemos uma como sendo lógica, então a outra deve ser definida como alógica, isto é, como a negação pura e simples da lógica estabelecida.

Na verdade, as formas que constituem o sistema lingüístico são mutuamente dependentes e completam-se como elementos de uma só e mesma fórmula matemática. A mudança de um dos elementos do sistema cria um novo sistema, assim como a mudança de um dos elementos da fórmula cria uma nova fórmula. A relação e as regras que governam as ligações entre os elementos de uma dada fórmula não se estendem, nem poderiam se estender, para a relação entre o sistema ou a fórmula em questão e um outro sistema ou outra fórmula que a eles se seguissem.

Podemos utilizar aqui uma analogia grosseira, mas que exprime entretanto com suficiente exatidão as relações que a segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico mantém com a história da língua. Comparemos o sistema da língua com a fórmula de resolução

do binômio de Newton. Esta fórmula é regida por regras bem estritas, que subordinam todos os elementos e os tornam imutáveis. Suponhamos que um aluno, utilizando esta fórmula, se engane - que, por exemplo, ele confunda os sinais de mais e menos ou os expoentes. Disto resultaria uma nova fórmula com suas regras internas (esta fórmula, por certo, não mais convém à resolução do binômio de Newton, mas isto não tem importância para efeitos de nossa analogia). Entre a primeira e a segunda fórmulas, já não existe mais relação matemática, análoga à que rege as relações internas de cada fórmula.

Na língua, as coisas se passam do mesmo modo. As relações sistemáticas que existem entre duas formas lingüísticas no sistema (em sincronia), nada têm de comum com as relações que unem qualquer destas formas à sua imagem transformada no estágio posterior da evolução histórica da língua. O germânico de antes do século XVI conjugava: *ich was - wir waren*. O alemão contemporâneo conjuga: *ich war - wir waren*; *ich was* transformou-se pois em *ich war*. Entre as formas *ich was - wir waren* e *ich war - wir waren* existe uma ligação lingüística sistemática, os termos se completam mutuamente. Eles se ligam e são complementares, particularmente como formas do singular e plural da primeira pessoa na conjugação de um único e mesmo verbo. Entre *ich war - wir waren* de um lado e *ich was* (séculos XV e XVI) - *ich war* (contemporâneo) de outro, existe uma relação diferente, que nada tem de comum com a primeira. A forma *ich war* formou-se por analogia a *wir waren*. No lugar de *ich was*, nós (indivíduos separados) viemos a criar *ich war*[17] sob influência de *wir waren*. O fenômeno tornou-se fenômeno de massa, e o resultado foi que de um erro individual originou-se uma norma lingüística.

Desta maneira, entre as duas relações:

1.°) *ich was - wir waren* (no quadro sincrônico, digamos, do século XV) ou então *ich war - wir waren* (no quadro sincrônico do século XIX) e

2.°) *ich was - ich war => wir waren* (na qualidade de fator determinante da nova forma analógica), existem diferenças bem profundas no plano dos princípios. A primeira relação, sincrônica, é regida por combinações lingüísticas sistemáticas entre elementos interdependentes e complementares. Esta relação opõe-se ao indivíduo, na sua qualidade de norma peremptória. A segunda relação (histórica ou diacrônica) está submetida às suas próprias leis particulares, mais precisamente, às leis do erro analógico.

A lógica da história da língua é a lógica dos erros individuais ou dos desvios. A passagem de *ich was* a *ich war* se efetua fora do campo da consciência individual. A passagem é involuntária e passa desapercebida, e esta é a condição de sua realização. A cada época só pode corresponder uma única norma lingüística: ou *ich was* ou *ich war*. Fora da norma só há lugar para a transgressão, mas não para uma outra norma, contraditória (razão pela qual não poderia existir "tragédia" lingüística). Se a transgressão não é percebida como tal e, por isso mesmo, não é corrigida, e se existe um terreno favorável para a generalização do erro (no caso considerado, este terreno favorável é a

[17] Os ingleses utilizam ainda *I was*.

analogia), então este desvio torna-se a nova norma lingüística.

Assim, entre a lógica da língua, como sistema de formas e a lógica da sua evolução histórica, não há nenhum vínculo, nada de comum. As duas esferas são regidas por leis completamente diferentes, por fatores heterogêneos. O que torna a língua significante e coerente no quadro sincrônico é excluído e inútil no quadro diacrônico. O presente da língua e sua história não se entendem entre si, são ambos incapazes de se entenderem.

Assinalamos a divergência bem profunda que existe, justamente sob este aspecto, entre a primeira e a segunda orientação da filosofia da linguagem. Para a primeira orientação, a essência da língua está precisamente na sua história. A lógica da língua não é absolutamente a da repetição de formas identificadas a uma norma, mas sim uma renovação constante, a individualização das formas em enunciações estilisticamente únicas e não reiteráveis. *A realidade da língua constitui também sua evolução.* Entre um momento particular da vida de uma língua e sua história se estabelece uma comunhão total. As mesmas motivações ideológicas reinam numa e noutra parte. Como diria Vossler, "o gosto lingüístico cria a unicidade da língua num momento dado. Ele cria e garante da mesma maneira a unicidade da evolução histórica da língua". A passagem de uma forma histórica a outra se efetua, essencialmente, nos limites da consciência individual, posto que também, como sabemos, toda forma gramatical foi na origem, para Vossler, uma forma estilística livre.

A diferença entre as duas orientações fica muito bem ilustrada pela seguinte: as formas normativas, responsáveis pelo imobilismo do sistema lingüístico (*ergon*), não eram, para a primeira orientação, senão resíduos deteriorados da evolução lingüística, da verdadeira substância da língua, tornada viva pelo ato de criação individual e único. Para a segunda orientação, é justamente este sistema de formas normativas que se torna a substância da língua. A refração e a variação de caráter individual e criador das formas lingüísticas não constituem mais que detritos da vida da língua (mais exatamente, do imobilismo fenomenal desta), harmônicos inúteis e intangíveis do tom fundamentalmente estável das formas lingüísticas. Nós podemos sintetizar o essencial das considerações da segunda orientação nas seguintes proposições:

1. A língua é um sistema estável, imutável, de formas lingüísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência individual e peremptória para esta.

2. As leis da língua são essencialmente leis lingüísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos lingüísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva.

3. As ligações lingüísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). Não se encontra, na base dos fatos lingüísticos, nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico.

4. Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações

das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. Entre *o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si*.

O leitor terá notado que as quatro proposições que resumem a segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico constituem a antítese das quatro proposições correspondentes da primeira orientação.

O traçado histórico da segunda orientação é bem mais difícil de ser feito. Aí não encontramos, no início de nossa era, representante ou teórico cuja estatura possa se comparar à de Humboldt. É preciso procurar as raízes desta orientação no racionalismo dos séculos XVII e XVIII. Tais raízes mergulham no solo fértil do cartesianismo[18]. Foi Leibniz quem exprimiu, pela primeira vez, estas idéias de forma clara, na sua teoria da gramática universal.

A idéia de uma língua *convencional, arbitrária*, é característica de toda corrente racionalista, bem como o paralelo estabelecido entre o *código lingüístico* e o *código matemático*. Ao espírito orientado para a matemática, dos racionalistas, o que interessa não é a relação do signo com a realidade por ele refletida ou com o indivíduo que o engendra, mas a relação de signo para signo no interior de um sistema *fechado,* e não obstante aceito e integrado. Em outras palavras, só lhes interessa a *lógica* interna do próprio sistema de signos; este é considerado, assim como na lógica, independentemente por completo das significações ideológicas que a ele se ligam. Os racionalistas também se inclinam a levar em conta o ponto de vista do receptor, mas nunca o do locutor enquanto sujeito que exprime sua vida interior, já que o signo matemático é menos passível do que qualquer outro de ser interpretado como a expressão do psiquismo individual; ora, o signo matemático era, para os racionalistas, o signo por excelência, o modelo semiótico, inclusive para a língua. São precisamente estas idéias que se acham claramente expressas no conceito leibniziano da gramática universal[19].

Convém aqui assinalar que a primazia do ponto de vista do receptor sobre o do locutor é uma constante da segunda orientação. Por isso mesmo, em função do terreno escolhido por esta última, o problema da expressão não é nunca abordado nem, por conseguinte, o da evolução do pensamento e do psiquismo subjetivo tal como ele transpira através da palavra (o que é uma das principais preocupações da primeira

---

[18] Não resta qualquer dúvida de que um elo interno une em profundidade a segunda orientação ao pensamento cartesiano e à visão geral do mundo do neoclassicismo com seu culto da forma fixa, racional e imutável. O próprio Descartes não publicou nada sobre a filosofia da linguagem, mas encontramos na sua correspondência observações características. Ver a este respeito o capítulo já citado no livro de Cassirer.

[19] Podemos familiarizar-nos com estas considerações de Leibniz lendo a obra fundamental de Cassirer, *Leibniz System in seinem Wiessenschaftlichen Grundlagen*, Marburg, 1902.

orientação).

A idéia da língua como sistema de signos arbitrários e convencionais, essencialmente racionais, foi elaborada de forma simplificada já no século XVIII pelos filósofos do Século das Luzes. As idéias que constituem o objetivismo abstrato vieram à luz primeiramente na França e ainda encontram aí seu terreno preferido[20].

Sem nos determos nas etapas intermediárias do desenvolvimento destas idéias, passaremos imediatamente para a caracterização desta segunda orientação na época contemporânea. A chamada escola de Genebra, com Ferdinand de Saussure, mostra-se como a mais brilhante expressão do objetivismo abstrato em nosso tempo. Os representantes desta escola, particularmente Charles Bally, estão entre os maiores lingüistas contemporâneos. Saussure deu a todas as idéias da segunda orientação uma clareza e uma precisão admiráveis. Suas formulações dos conceitos de base da lingüística tornaram-se clássicas. E mais, ele levou todas suas reflexões a seu termo, dotando assim os traços essenciais do objetivismo abstrato de uma limpidez e de um rigor excepcionais. A pouca audiência que a escola de Vossler tem na Rússia corresponde inversamente à popularidade e influência de que a de Saussure aí goza. Podemos dizer que a maioria dos representantes de nosso pensamento lingüístico se acha sob a influência determinante de Saussure e de seus discípulos, Bally e Sechehaye[21]. Nós nos deteremos um pouco mais longamente nas concepções de Saussure, dada a imensa importância de seus fundamentos teóricos para toda a segunda orientação e para a lingüística russa. Mas, aí também, limitar-nos-emos às posições filosófico-lingüísticas de base[22].

Saussure parte do princípio de uma tríplice distinção: *le langage, la langue* (como sistema de formas) e o ato da enunciação individual, *la parole*. A língua (*la langue*) e a fala (*la parole*) são os elementos constitutivos da linguagem, compreendida como a totalidade (sem exceção) de todas as manifestações - físicas, fisiológicas e psíquicas - que entram em jogo na comunicação lingüística. A linguagem não pode ser, segundo Saussure, o objeto da lingüística. Considerada em si mesma, falta-lhe unidade interna e leis

---

[20] É interessante notar que ao contrário da primeira, a segunda orientação desenvolveu-se e continua a desenvolver-se na Alemanha.

[21] O livro de R. Schor, *Iazík i óbchtchestuo* (Linguagem e Sociedade), Moscou, 1926, situa-se no espírito da escola de Genebra. Schor nele faz uma viva apologia das idéias fundamentais de Saussure, como também no artigo já citado "A Crise da Lingüística Contemporânea". Vinogradov se situa também como um êmulo da escola de Genebra. Duas escolas lingüísticas russas, a escola de Fortunátov e a de Kazan (Kruchevski e Baudouin de Courtenay), que constituem uma expressão brilhante do formalismo em lingüística, inserem-se perfeitamente no quadro da segunda orientação tal como a esboçamos.

[22] A obra teórica fundamental de Saussure, publicada depois de sua morte por seus discípulos, intitula-se *Curso de Lingüística Geral* (1916). Nós a citaremos aqui na edição de 1922. É de causar admiração o fato de que este livro, tendo em conta sua enorme influência, nunca tenha sido traduzido para o russo. Podemos encontrar uma breve apresentação das idéias de Saussure no artigo já indicado de Schor e no artigo de Peterson, "Óbchtchaia lingvistika (Lingüística Geral), *in Petchát i revoliútsia* (Imprensa e Revolução), 1923, vol. 6.

independentes, autônomas. Ela é compósita, heterogênea. É difícil não se perder em sua composição contraditória. É impossível, se permanecermos no terreno da linguagem, fazer uma descrição dos fatos da língua. A linguagem não pode ser o ponto de partida de uma análise lingüística.

Qual é, pois, o caminho metodológico correto que Saussure nos propõe para explicitar o objeto específico da lingüística? A ele a palavra:

"Não há, no nosso entender, senão uma solução para todas estas dificuldades [trata-se das contradições internas da "linguagem" como ponto de partida de sua análise]: *é preciso, antes de tudo, instalar-se no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as demais manifestações da linguagem*. Com efeito, em meio a tantas dualidades, só a língua parece suscetível de uma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito." (F. de Saussure, *Cours de linguistique générale*, p. 24; itálicos de Saussure).*

Qual é, pois, segundo Saussure, a distinção de princípio entre língua e linguagem?

"Tomada como um todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; participando de diversos domínios, tanto do físico, quanto do fisiológico e do psíquico, ela pertence ainda ao domínio individual e ao domínio social; ela não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos, porque não se sabe como isolar sua unidade.

A língua, ao contrário, é um todo em si mesma e um princípio de classificação. A partir do momento em que lhe atribuímos o maior destaque entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação" (*Op. cit.*, p. 25).

Assim, para Saussure, é indispensável partir da língua como sistema de formas cuja identidade se refira a uma norma e esclarecer todos os fatos de linguagem com referência a suas formas estáveis e autônomas (auto-regulamentadas).

Tendo distinguido a língua da linguagem, no sentido da totalidade absoluta das manifestações lingüísticas, Saussure vai em seguida distinguir a língua dos atos individuais de enunciação, isto é, da fala:

"Separando-se a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: em primeiro lugar, o que é social do que é individual; em segundo lugar o que é essencial do que é acessório e relativamente acidental.

---

* Todas as citações francesas do livro estão em francês no texto original. Lembremos que *iazík*, em russo, designa a linguagem, a língua e a língua - enquanto órgão -, e que *rietch*, em russo, designa a fala, a língua, a linguagem, o discurso. Traduziu-se *iazik* ora por "linguagem", como no título, ora por "língua". Entretanto, para suprimir a ambigüidade, Bakhtin forjou um substantivo composto: *iazík-rietch* (a linguagem) que ele opôs a *iazík kak sistiema form* (A Língua como sistema de formas) e a *viskazivánie* (a enunciação do ato de fala). (N.d.T.fr.).

A língua não é função do sujeito falante, ela é um produto que o indivíduo registra passivamente; ela não supõe nunca premeditação e a reflexão aí só intervém para a atividade de classificação de que nos ocuparemos.

A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e de inteligência no interior do qual convém distinguir: primeiramente, as combinações pelas quais o sujeito falante utiliza o código da língua para exprimir seu pensamento pessoal; em segundo lugar, o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar estas combinações". (*Op. cit.*, p. 30).

A fala, tal como Saussure a entende, não poderia ser objeto da lingüística[23]. Na fala, os elementos que concernem à lingüística são constituídos apenas pelas formas normativas da língua que aí se manifestam. Todo o resto é "acessório e acidental".

Destaquemos esta tese fundamental de Saussure: a língua se opõe à fala como o social ao individual. A fala é, assim, absolutamente individual. Nisto consiste, como veremos, o *proton pseudos* de Saussure e de toda tendência do objetivismo abstrato. O ato individual de fala-enunciação, rechaçado decisivamente para os confins da lingüística, aí encontra todavia um lugar como fator indispensável da história da língua[24]. Esta última, de acordo com o espírito de toda a segunda orientação, opõe-se rigorosamente à língua como sistema sincrônico, para Saussure. Na história da língua, a fala, com seu caráter individual e acidental, é soberana; razão pela qual é regida por leis completamente diferentes das que regem o sistema da língua.

"Assim é que o 'fenômeno' sincrônico nada tem de comum com o diacrônico." (p. 129).

"A *lingüística sincrônica* irá se ocupar das relações lógicas e psicológicas que unem termos coexistentes e formadores de um sistema, tal como eles são percebidos pela mesma consciência coletiva.

A *lingüística diacrônica* estudará, ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência, e que se substituem uns aos outros, sem formar sistema entre si." (*Op. cit.*, p. 140; itálicos de Saussure).

Estas idéias de Saussure sobre a história são bem características do espírito racionalista que reina até hoje na segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico e para o qual a história é um domínio irracional que corrompe a pureza lógica do sistema lingüístico.

Saussure e sua escola não estão sozinhos no pináculo do

---

[23] Saussure, na verdade, admite a possibilidade de uma outra lingüística, a da fala, mas ele não diz em que poderia ela consistir. Eis o que ele escreve a respeito: "Há que se escolher entre dois caminhos impossíveis de serem seguidos ao mesmo tempo; eles devem ser trilhados separadamente. Pode-se a rigor conservar o nome de lingüística da fala. Mas não se deverá confundi-la com a lingüística propriamente dita, aquela em que a língua é o único objeto" (*Op. cit.*, p. 39).

[24] Saussure diz: Tudo o que é diacrônico na língua, só o é através da fala. É na fala que se encontra o germe de todas as mudanças. (*Op. cit.*, p. 138).

objetivismo abstrato contemporâneo. Ao lado deles, nós vemos ascender uma outra escola, a escola sociológica de Durkheim. Nela encontramos uma figura de lingüista como a de Meillet. Nós não nos deteremos numa descrição de suas concepções[25]. Elas se inserem perfeitamente no quadro dos fundamentos já apresentados da segunda orientação. Também para Meillet não é a qualidade de processo, mas a de sistema estável de normas lingüísticas, que faz da língua um fenômeno social. O fato de opor-se a língua do exterior à consciência individual, e mais o seu caráter coercitivo constituem para ele os traços sociais fundamentais da língua.

Não iremos discorrer sobre as inúmeras escolas e tendências da lingüística que não entram no quadro das duas orientações aqui definidas. Falaremos um pouco, entretanto, a respeito dos neogramáticos, cujo movimento constitui uma das mais importantes manifestações da lingüística na segunda metade do século XIX.

Por algumas de suas posições, os neogramáticos mostram um certo parentesco com a segunda orientação, da qual eles realçam o componente menor - o fisiológico. O indivíduo criador da língua é essencialmente para eles um ser fisiológico. Por outro lado, no terreno psicofisiológico, os neogramáticos tentaram construir leis lingüísticas calcadas nas ciências naturais, ou seja, leis imutáveis, completamente privadas do livre arbítrio dos indivíduos locutores. Donde a idéia neogramática das leis fonéticas (*Lautgesetze*[26]).

Em lingüística, como em toda ciência específica, existem essencialmente duas maneiras de se livrar do penoso trabalho que uma reflexão filosófica séria, fundada sobre princípios, exige. A primeira consiste em erigir, logo de saída, todos os princípios em axiomas (academicismo eclético); a outra consiste em descartar todos os princípios e proclamar o fato (*factum*) como fundamento e critério último de todo ato cognitivo (positivismo acadêmico). O efeito filosófico que resulta destes dois procedimentos para se livrar da filosofia é o mesmo, já que, no segundo caso, podem caber no saco onde se lê "Fato" todos os princípios possíveis e imagináveis. A escolha de uma modalidade ou de outra depende inteiramente do temperamento do pesquisador: os ecléticos são mais relaxados, os positivistas mais exigentes.

Encontram-se em lingüística numerosas produções e mesmo escolas inteiras (escolas no sentido de estudo científico-técnico) que se dispensam da tarefa de seguir uma orientação filosófico-lingüística. Mas elas não entram, evidentemente, no quadro de nossa apresentação. Existem, por fim, alguns lingüistas e filósofos não mencionados aqui, como Otto Dietrich e Anton Marty, e que citaremos adiante quando analisarmos os problemas da interação lingüística e da significação.

---

[25] M. N. Peterson expõe as idéias de Meillet relacionando-as com os fundamentos do método sociológico de Durkheim no artigo já citado, "A Língua Como Manifestação Social". Ver a bibliografia aí contida.

[26] Os principais trabalhos da tendência neogramática são *Osthoff, Das physiologische und psychologische Moment in der sprachlichen Formenbildung*, Berlim, 1879, Brugmann e Delbrück, *Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen* (cinco volumes, 1886). O programa dos neogramáticos está exposto no prefácio do livro de Osthoff e Brugmann, *Morphologische Untersuchungen*, Leipzig, 1878.

Colocamos no início do capítulo o problema da explicitação e da delimitação da língua como objeto específico de pesquisa. Tentamos descobrir as balizas já colocadas no caminho da resolução deste problema pelas tendências do pensamento filosófico lingüístico que nos precederam. Por fim, achamo-nos diante de duas categorias de sinalizações colocadas em direções diametralmente opostas. De um lado, as teses do subjetivismo individualista e, de outro, as antíteses do objetivismo abstrato. Mas o que é que se revela como o verdadeiro núcleo da realidade lingüística? O ato individual da fala - a enunciação - ou o sistema da língua? E qual é, pois, o modo de existência da realidade lingüística? Evolução criadora ininterrupta ou imutabilidade de normas idênticas a si mesmas?

CAPÍTULO 5

LÍNGUA, FALA E ENUNCIAÇÃO

No capítulo precedente, tentamos representar de maneira totalmente objetiva as duas orientações do pensamento filosófico lingüístico. Agora, devemos submete]ê-las a uma análise crítica em profundidade. Isso feito, estaremos em condições de responder à questão colocada no fim do Capítulo 4. Comecemos pela crítica da

segunda orientação, a do objetivismo abstrato.

Coloquemo-nos, primeiro, a seguinte questão: em que medida um sistema de normas imutáveis - isto é, um sistema de língua, segundo os representantes da segunda orientação - conforma-se à realidade? Evidentemente, nenhum dos representantes do objetivismo abstrato confere ao sistema lingüístico um caráter de realidade material eterna. Esse sistema exprime-se, efetivamente, em coisas materiais, em signos, mas, enquanto sistema de formas normativas, sua realidade repousa na sua qualidade de norma social. Os representantes dessa orientação acentuam constantemente que o sistema lingüístico constitui um fato objetivo externo à consciência individual e independente desta - e isto representa uma de suas posições fundamentais. E, no entanto, é só para a consciência individual, e do ponto de vista dela, que a língua se apresenta como sistema de normas rígidas e imutáveis. Na verdade, se fizermos abstração da consciência individual subjetiva e lançarmos sobre a língua um olhar verdadeiramente objetivo, um olhar, digamos, oblíquo, ou melhor, de cima, não encontraremos nenhum indício de um sistema de normas imutáveis. Pelo contrário, depararemos com a evolução ininterrupta das normas da língua. De um ponto de vista realmente objetivo, percebendo a língua de um modo completamente diferente daquele como ela pareceria para um certo indivíduo, num dado momento do tempo, a língua apresenta-se como uma corrente evolutiva ininterrupta. Para o observador que enfoca a língua de cima, o lapso de tempo em cujos limites é possível construir um sistema sincrônico não passa de uma ficção.

Assim, *de um ponto de vista objetivo, o sistema sincrônico não corresponde a nenhum momento efetivo do processo de evolução da língua*. E, na verdade, para o historiador da língua que adota um ponto de vista diacrônico, o sistema sincrônico não constitui uma realidade; ele apenas serve de escala convencional para registrar os desvios que se produzem a cada momento no tempo. O sistema sincrônico da língua só existe do ponto de vista da consciência subjetiva do locutor de uma dada comunidade lingüística num dado momento da história. Objetivamente, esse sistema não existe em nenhum verdadeiro momento da história. Podemos admitir que no momento em que César escrevia suas obras, a língua latina constituía para ele um sistema imutável e incontestável de normas fixas; mas, para o historiador da língua latina, naquele mesmo momento em que César escrevia, produzia-se um processo contínuo de transformação lingüística - mesmo se o historiador não for capaz de registrar essas transformações.

Todo sistema de normas sociais encontra-se numa posição análoga; somente existe relacionado à consciência subjetiva dos indivíduos que participam da coletividade regida por essas normas. São assim os sistemas de normas morais, jurídicas, estéticas (tais normas realmente existem), etc. Certamente, essas normas variam. Diferem pelo grau de coerção que exercem, pela extensão de sua escala social, pelo grau de significação social, que é função de sua relação mais ou menos próxima com a infra-estrutura, etc. Mas, enquanto normas, a natureza de sua existência permanece a mesma; só existem relativamente à consciência subjetiva dos indivíduos de uma dada comunidade. Segue-se, então, que essa relação entre a consciência subjetiva e a língua como sistema objetivo de normas incontestáveis seja desprovida de qualquer

objetividade? Não, evidentemente. Compreendida corretamente, essa relação pode ser considerada um fato objetivo. Dizer que a língua, como sistema de normas imutáveis e incontestáveis, possui uma existência objetiva é cometer um grave erro. Mas exprime-se uma relação perfeitamente objetiva quando se diz que a língua constitui, relativamente à consciência individual, um sistema de normas imutáveis, que este é o modo de existência da língua para todo membro de uma comunidade lingüística dada. Se o próprio fato está corretamente estabelecido, se é realmente verdade que a língua se apresenta para a consciência do locutor como um sistema de normas fixas e imutáveis, é uma outra questão que, por enquanto, será deixada em aberto. Em todo caso, nosso alvo é poder estabelecer uma certa relação objetiva. Qual a posição dos partidários do objetivismo abstrato com relação a esse ponto? Afirmam eles que a língua é um sistema de normas fixas objetivas e incontestáveis ou percebem que este é apenas o modo de existência da língua para a consciência subjetiva dos locutores de uma dada comunidade? A melhor resposta a essa questão é a seguinte: a maioria dos partidários do objetivismo abstrato tende a afirmar a realidade e a objetividade imediatas da língua como sistema de formas normativas. Para esses representantes da segunda orientação, o objetivismo abstrato torna-se simplesmente hipostático. Outros representantes da mesma orientação (Meillet, por exemplo) são mais críticos e percebem a natureza abstrata e convencional do sistema lingüístico. No entanto, nenhum dos objetivistas abstratos chegou a compreender de maneira clara e precisa o funcionamento intrínseco da língua como sistema objetivo. Na maioria dos casos, eles oscilam entre as duas acepções que a palavra "objetivo" possui quando aplicada ao sistema lingüístico: a acepção, por assim dizer, entre aspas (expressando o ponto de vista da consciência subjetiva do locutor) e a acepção sem aspas (objetivo no sentido próprio). Até Saussure procede dessa maneira Ele não resolve a questão claramente.

Devemos, agora, perguntar-nos se a língua existe realmente para a consciência subjetiva do locutor unicamente como sistema objetivo de formas normativas e intocáveis. O objetivismo abstrato captou corretamente o ponto de vista da consciência subjetiva do locutor? É realmente este o modo de existência da língua na consciência lingüística subjetiva? A essa questão somos obrigados a responder pela negativa. A consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua como de um sistema de formas normativas. Tal sistema é uma mera abstração, produzida com dificuldade por procedimentos cognitivos bem determinados. O sistema lingüístico é o produto de uma reflexão sobre a língua, reflexão que não procede da consciência do locutor nativo e que não serve aos propósitos imediatos da comunicação.

Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas (para o locutor, a construção da língua está orientada no sentido da enunciação da fala). Trata-se, para ele, de utilizar as formas normativas (admitamos, por enquanto, a legitimidade destas) num dado contexto concreto. Para ele, o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto. O que importa não é o aspecto da forma lingüística que, em qualquer caso em que esta

é utilizada, permanece sempre idêntico. Não; para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. Para o locutor, a forma lingüística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível. Este é o ponto de vista do locutor.

Mas o locutor também deve levar em consideração o ponto de vista do receptor. Seria aqui que a norma lingüística entraria em jogo? Não, também não é exatamente assim. É impossível reduzir se o ato de descodificação ao reconhecimento de uma forma lingüística utilizada pelo locutor como forma familiar, conhecida - modo como reconhecemos, por exemplo, um sinal ao qual não estamos suficientemente habituados ou uma forma de uma língua que conhecemos mal. Não; o essencial na tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. Em suma, trata se de perceber seu caráter de novidade e não somente sua conformidade à norma. Em outros termos, o receptor, pertencente à mesma comunidade lingüística, também considera a forma lingüística utilizada como um signo variável e flexível e não como um sinal imutável e sempre idêntico a si mesmo.

O processo de descodificação (compreensão) não deve, em nenhum caso, ser confundido com o processo de identificação. Trata-se de dois processos profundamente distintos. O signo é descodificado; só o sinal é identificado. O sinal é uma entidade de conteúdo imutável; ele não pode substituir, nem refletir, nem refratar nada; constitui apenas um instrumento técnico para designar este ou aquele objeto (preciso e imutável) ou este ou aquele acontecimento (igualmente preciso e imutável)[1]. O sinal não pertence ao domínio da ideologia; ele faz parte do mundo dos objetos técnicos, dos instrumentos de produção no sentido amplo do termo. Mais distantes ainda da ideologia estão os sinais com os quais trabalha a reflexologia. Esses sinais, considerados em relação ao organismo que os recebe, isto é, ao organismo sobre o qual eles incidem, nada têm a ver com as técnicas de produção. Nesse caso, não são mais sinais, mas estímulos de uma espécie particular.

Só se tornam instrumentos de produção nas mãos do experimentador. Somente um concurso infeliz de circunstâncias e as inextirpáveis práticas da reflexão mecanicista puderam induzir certos pesquisadores a fazer desses "sinais', praticamente, a chave da compreensão da linguagem e do psiquismo humano (do discurso interior).

Enquanto uma forma lingüística for apenas um sinal e for percebida pelo receptor somente como tal, ela não terá para ele nenhum valor lingüístico. A pura "sinalidade" não existe, mesmo nas primeiras fases da aquisição da linguagem. Até mesmo ali, a forma é orientada

[1] Karl Bühler, no seu artigo "Vom Wesem der Syntax" (*in Festschrift für Karl Vossler*, p. 61 69), estabelece distinções interessantes e astuciosas entre, de um lado, o sinal e suas combinações (no domínio marítimo, por exemplo) e, de outro, a forma lingüística e suas combinações, em conexão com os problemas de sintaxe.

pelo contexto, já constitui um signo, embora o componente de "sinalidade" e de identificação que lhe é correlata seja real. Assim, o elemento que torna a forma lingüística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a descodificação da forma lingüística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra no seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo[2].

Disso não se conclui que o componente de "sinalidade" e seu correlato, a identificação, não existam na língua. Existem, mas não como constituintes da língua como tal. O componente de "sinalidade" é dialeticamente deslocado, absorvido pela nova qualidade do signo (isto é, da língua como tal). Na língua materna, isto é, precisamente para os membros de uma comunidade lingüística dada, o sinal e o reconhecimento estão dialeticamente apagados. No processo de assimilação de uma língua estrangeira, sente-se a "sinalidade" e o reconhecimento, que não foram ainda dominados: a língua ainda não se tornou língua. A assimilação ideal de uma língua dá-se quando o sinal é completamente absorvido pelo signo e o reconhecimento pela compreensão[3].

Assim, na prática viva da língua, a consciência lingüística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular. Para o falante nativo, a palavra não se apresenta como um item de dicionário, mas como parte das mais diversas enunciações dos locutores A, B ou C de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática lingüística. Para que se passe a perceber a palavra como uma forma fixa pertencente ao sistema lexical de uma língua dada - como uma palavra de dicionário -, é preciso que se adote uma orientação particular e específica. É por isso que os membros de uma comunidade

---

[2] Veremos mais adiante que é justamente a compreensão no sentido próprio, a compreensão da evolução, que se acha na base da resposta, isto é, da interação verbal. É impossível delimitar de modo estrito o ato de compreensão e a resposta. Todo ato de compreensão é uma resposta, na medida em que ele introduz o objeto da compreensão num novo contexto - o contexto potencial da resposta.

[3] O ponto de vista que defendemos, embora careça de uma sustentação teórica, constitui, na prática, a base de todos os métodos eficazes de ensino de línguas vivas estrangeiras. O essencial desses métodos é familiarizar o aprendiz com cada forma da língua inserida num contexto e numa situação concretas. Assim, uma palavra nova só é introduzida mediante uma série de contextos em que ela figure. O que faz com que o fator de reconhecimento da palavra normativa seja, logo de início, associado e dialeticamente integrado aos fatores de mutabilidade contextual, de diferença e de novidade. A palavra isolada de seu contexto, inscrita num caderno e apreendida por associação com seu equivalente russo, torna-se, por assim dizer, sinal, torna-se uma coisa única e, no processo de compreensão, o fator de reconhecimento adquire um peso muito forte. Em suma, um método eficaz e correto de ensino prático exige que a forma seja assimilada não no sistema abstrato da língua, isto é, como uma forma sempre idêntica a si mesma, mas na estrutura concreta da enunciação, como um signo flexível e variável.

lingüística, normalmente, não percebem nunca o caráter coercitivo das normas lingüísticas. A significação normativa da forma lingüística só se deixa perceber nos momentos de conflito, momentos raríssimos e não característicos do uso da língua (para o homem contemporâneo, eles estão quase exclusivamente associados à expressão escrita).

Cumpre ainda acrescentar aqui uma observação extremamente importante: a consciência lingüística dos sujeitos falantes não tem o que fazer com a forma lingüística enquanto tal, nem com a própria língua como tal.

De fato, a forma lingüística, como acabamos de mostrar, sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.

O critério de correção só se aplica à enunciação em situações anormais ou particulares (por exemplo, no estudo de uma língua estrangeira). Em condições normais, o critério de correção lingüística cede lugar ao critério puramente ideológico: importa-nos menos a correção da enunciação do que seu valor de verdade ou de mentira, seu caráter poético ou vulgar, etc.[4]. A língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida. Para se separar abstratamente a língua de seu conteúdo ideológico ou vivencial, é preciso elaborar procedimentos particulares não condicionados pelas motivações da consciência do locutor.

Se, à maneira de alguns representantes da segunda orientação, fizermos dessa separação abstrata um princípio, se concedermos um estatuto separado à forma lingüística vazia de ideologia, só encontraremos sinais e não mais signos da linguagem. A separação da língua de seu conteúdo ideológico constitui um dos erros mais grosseiros do objetivismo abstrato.

Assim, a língua, para a consciência dos indivíduos que a falam, de maneira alguma se apresenta como um sistema de formas normativas. O sistema lingüístico tal como é construído pelo objetivismo abstrato não é diretamente acessível à consciência do sujeito falante, definido por sua prática viva de comunicação social.

No que consiste, então, esse sistema? É claro, desde o começo, que esse sistema resulta de uma análise abstrata, que ele se compõe de elementos abstratamente isolados das unidades reais da cadeia verbal, das enunciações. Todo procedimento abstrato, para se legitimar, deve ser justificado por um propósito teórico e prático preciso. Uma abstração pode ser fecunda ou estéril, útil para certos fins e determinadas tarefas e não para outras.

---

[4] Por isso, como veremos, não podemos concordar com Vossler quanto à existência de um "gosto lingüístico" específico e determinado que não se confunda a cada momento com um "gosto" ideológico particular (artístico, cognitivo, ético, etc.).

Quais são, então, as metas da análise lingüística abstrata que conduz ao sistema sincrônico da língua? E de que ponto de vista esse sistema se revela produtivo e necessário? Na base dos métodos de reflexão lingüística que levam à postulação da língua como sistema de formas normativas, estão os procedimentos práticos e teóricos elaborados para o estudo das línguas *mortas*, que se conservaram em documentos *escritos*. É preciso salientar com insistência que essa abordagem filológica foi determinante para o pensamento lingüístico do mundo europeu. Esse pensamento nasceu e nutriu-se dos cadáveres dessas línguas escritas. Quase todas as abordagens fundamentais e as práticas desse pensamento foram elaboradas no processo de ressurreição desses cadáveres. O filologismo é um traço inevitável de toda a lingüística européia, condicionada pelas vicissitudes históricas que presidiram ao seu nascimento e seu desenvolvimento. Por mais que voltemos os olhos ao passado para traçar a história das categorias e dos métodos lingüísticos, sempre encontraremos filólogos. Os alexandrinos eram filólogos, assim como os romanos e os gregos (Aristóteles é um exemplo típico). Também a Índia possuía seus filólogos.

Podemos dizer que a lingüística surgiu quando e onde surgiram exigências filológicas. Os imperativos da filologia engendraram a lingüística, acalentaram-na e deixaram dentro de suas fraldas a flauta da filologia. Essa flauta tem por função despertar os mortos. Mas essa flauta carece da potência necessária para dominar a fala viva, com sua evolução permanente.

Nicolau Marr salienta muito corretamente essa essência filológica do pensamento lingüístico indo-europeu:

"A lingüística indo européia, dispondo já há muito tempo de um objeto de investigação estabelecido e completamente formado - a saber, as línguas indo-européias das épocas históricas - e, além do mais, tirando todas as suas conclusões das formas petrificadas das línguas escritas - favorecendo, entre estas, as línguas mortas - foi, com toda evidência, incapaz de descrever o processo de aparição da linguagem em geral e a origem das diferentes formas que ela adquire."[5]

Ou ainda:

"O que gera os maiores obstáculos (ao estudo da linguagem primitiva) não é a dificuldade das pesquisas enquanto tal, nem a insuficiência de dados sólidos; é nosso modo de pensamento cientifico, forjado por uma visão do mundo tradicionalmente filológica e pela história da cultura; esse pensamento não foi nutrido por uma concepção etnolingüística da fala viva, por suas formas que ela adquire."[6]

Essas palavras de N. Marr parecem-nos justas não apenas no que tange aos estudos indo-europeus, que forneceram o tom a toda a lingüística contemporânea, mas também no que respeita à lingüística toda, tal como a conhecemos pela história. Em toda parte, a lingüística é filha da filologia. Submetida aos imperativos desta, a

---

[5] N. Marr, *Po etapam iafeticheskoi teórii* (As Etapas da Teoria Jafética), 1926, p. 269.

[6] Ibid., p. 94.

lingüística sempre se apoiou em enunciações constitutivas de monólogos fechados, por exemplo, em inscrições em monumentos antigos, considerando-as como a realidade mais imediata. A lingüística elaborou seus métodos e categorias trabalhando com monólogos mortos, ou melhor, com um *corpus* de enunciações desse tipo, cujo único ponto comum, é o uso da mesma língua.

E, no entanto, a enunciação monológica já é uma abstração, embora seja uma abstração de tipo "natural". Toda enunciação monológica, inclusive uma inscrição num monumento, constitui um elemento inalienável da comunicação verbal. Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. Cada inscrição constitui uma parte inalienável da ciência ou da literatura ou da vida política. Uma inscrição, como toda enunciação monológica, é produzida para ser compreendida, é orientada para uma leitura no contexto da vida científica ou da realidade literária do momento, isto é, no contexto do processo ideológico do qual ela é parte integrante.

O filólogo-lingüista desvincula-a dessa esfera real, apreende-a como um todo isolado que se basta a si mesmo, e não lhe aplica uma compreensão ideológica ativa, e sim, ao contrário, uma compreensão totalmente passiva, que não comporta nem o esboço de uma resposta, como seria exigido por qualquer espécie autêntica de compreensão. O filólogo contenta-se em tomar essa inscrição isolada como um documento de linguagem e em compará-la com outras inscrições no quadro geral de uma língua dada. É nesse processo de comparação e de mútua correlação das enunciações de uma dada língua que os métodos e as categorias do pensamento lingüístico se constituíram.

Uma língua morta apresenta-se claramente como uma língua estrangeira para o lingüista que a estuda. Por isso é impossível afirmar que o sistema das categorias lingüísticas constitui o produto da reflexão epistemológica do locutor de uma língua dada. Não se trata de uma reflexão sobre a percepção que o locutor nativo tem de sua própria língua; trata-se, antes, da reflexão de uma consciência que luta para abrir caminho no mundo misterioso de uma língua estrangeira.

A compreensão inevitavelmente passiva do filólogo-lingüista projeta-se sobre a própria inscrição, sobre o objeto do estudo lingüístico, como se essa inscrição tivesse sido concebida, desde a origem, para ser apreendida dessa maneira, como se ela tivesse sido escrita para os filólogos. Disso resulta uma teoria completamente falsa da compreensão, que está na base não só dos métodos de interpretação lingüística dos textos, mas também de toda a semasiologia européia. Toda a sua posição em relação ao sentido e ao tema da palavra está impregnada dessa falsa concepção da compreensão como ato passivo - compreensão da palavra que exclui de antemão e por princípio qualquer réplica ativa.

Veremos mais adiante que esse tipo de compreensão, que exclui de antemão qualquer resposta, nada tem a ver com a compreensão da linguagem. Essa última confunde-se com uma tomada de posição ativa a propósito do que é dito e compreendido. A compreensão passiva caracteriza-se justamente por uma nítida percepção do componente

normativo do signo lingüístico, isto é, pela percepção do signo como objeto-sinal: correlativamente, o reconhecimento predomina sobre a compreensão.

Assim é a língua *morta-escrita-estrangeira* que serve de base à concepção da língua que emana da reflexão lingüística. A enunciação *isolada-fechada-monológica*, desvinculada de seu contexto lingüístico e real, à qual se opõe, não uma resposta potencial ativa, mas a compreensão passiva do filólogo: este é o "dado" último e o ponto de partida da reflexão lingüística.

Originada no processo de aquisição de uma língua estrangeira num propósito de investigação científica, a reflexão lingüística serviu também a outros propósitos, não mais de pesquisa, mas de ensino; não se trata mais de decifrar uma língua, mas, uma vez essa língua decifrada, de ensiná-la. As inscrições extraídas de documentos heurísticos transformam-se em exemplos escolares, em clássicos da língua.

O segundo problema fundamental da lingüística: criar o instrumental indispensável para a aquisição da língua decifrada, codificar essa língua no propósito de adaptá-la às necessidades da transmissão escolar, marcou profundamente o pensamento lingüístico. A *fonética, a gramática, o léxico*, essas três divisões do sistema da língua, os três centros organizadores das categorias lingüísticas, formaram-se em função das duas tarefas atribuídas à lingüística: uma *heurística e a outra pedagógica*.

O que é um filólogo? Independentemente das diferenças profundas, de ordem cultural e histórica, que separam os sacerdotes hindus dos lingüistas contemporâneos, o filólogo, sempre e em toda parte, é o adivinho que tenta decifrar o "mistério" de letras e de palavras estrangeiras e o mestre que transmite aquilo que decifrou ou herdou da tradição. Os sacerdotes foram sempre e em toda parte os primeiros filólogos e os primeiros lingüistas. A história não conhece nenhum povo cujas escrituras sagradas ou tradições não tenham sido numa certa medida redigidas numa língua estrangeira e incompreensível para o profano. Decifrar o mistério das escrituras sagradas foi justamente a tarefa dos sacerdotes-lingüistas.

É também sobre esse terreno que, desde os tempos mais remotos, a filosofia da linguagem se desenvolveu: o ensino védico da palavra, o ensino dos *logos* dos antigos pensadores gregos e a filosofia bíblica da palavra.

Para compreender esses *filosofemas*, convém não perder de vista o fato de que eles são filosofemas de palavras *estrangeiras*. Suponhamos um povo que só disponha de sua língua materna, um povo para o qual a palavra só possa ser a da língua nativa e que não esteja exposto à palavra estrangeira, críptica: esse povo jamais teria criado tais filosofemas[7]. Trata-se de um fato surpreendente: desde a mais remota

---

[7] Na religião védica, a palavra sagrada, no uso que dela faz o iniciado, o sacerdote consagrado, torna-se soberano do Ser, dos deuses e dos homens. O sacerdote onisciente define-se aqui como aquele que dispõe da palavra - e é nisso que repousa seu poder. A doutrina correspondente já se encontra no Rig Veda. O filosofema do *logos* na Grécia antiga e a doutrina alexandrina do *logos* são universalmente conhecidos.

antiguidade até nossos dias, a filosofia da palavra e a reflexão lingüística fundamentam-se, especificamente, na apreensão da palavra estrangeira e nos problemas que a língua estrangeira apresenta para a consciência: a saber, o deciframento e a transmissão do que foi decifrado. Na sua reflexão sobre a linguagem, o sacerdote védico e o lingüista-filólogo contemporâneo deixam-se fascinar e subjugar por um único e idêntico fenômeno: o da palavra estrangeira *críptica.*

A palavra da língua *nativa* é percebida de modo totalmente diverso; ela não é habitualmente percebida como uma palavra carregada de todas aquelas categorias que ela engendrou na reflexão lingüística e que engendrava na reflexão filosófico-religiosa da antiguidade. A palavra nativa é percebida como um irmão, como uma roupa familiar, ou melhor, como a atmosfera na qual habitualmente se vive e se respira. Ela não apresenta nenhum mistério. Só pode apresentar algum, na boca de um estrangeiro, duplamente estrangeiro por sua posição hierárquica e se trata, por exemplo, de um chefe ou de um sacerdote; mas, nesse, a palavra muda de natureza, transforma-se exteriormente ou desprende-se de seu uso cotidiano (torna-se tabu na vida ordinária ou então arcaíza-se) - isto se a palavra em questão já não for, desde a origem, uma palavra estrangeira na boca de algum chefe-conquistador. É somente nessas condições que a "Palavra" nasce: *incipit philosophia, incipit philologia.*

O fato de que a lingüística e a filologia estejam voltadas para a palavra estrangeira não é produto do acaso ou de uma escolha arbitrária da parte dessas duas ciências. Não, essa orientação reflete o imenso papel histórico que a palavra estrangeira desempenhou no processo de formação de todas as civilizações da história. Esse papel foi conferido à palavra estrangeira em todas as esferas da criação ideológica, desde a estrutura sócio-política até o código de boas maneiras. A palavra estrangeira foi, efetivamente, o veículo da civilização, da cultura, da religião, da organização política (os sumérios em relação aos semitas babilônicos; os jaféticos em relação aos helenos; Roma, o cristianismo, em relação aos eslavos do leste, etc.). Esse grandioso papel organizador da palavra estrangeira - palavra que transporta consigo forças e estruturas estrangeiras e que algumas vezes é encontrada por um jovem povo conquistador no território invadido de uma cultura antiga e poderosa (cultura que, então, escraviza, por assim dizer, do seu túmulo, a consciência ideológica do povo invasor) - fez com que, na consciência histórica dos povos, a palavra estrangeira se fundisse com a idéia de *poder, de força, de santidade, de verdade, e obrigou* a reflexão lingüística a voltar-se de maneira privilegiada para seu estudo.

E, no entanto, a filosofia da linguagem e a lingüística até hoje ainda não se conscientizaram do imenso papel ideológico da palavra estrangeira. A lingüística continua escravizada por ela. Representa, por assim dizer, a última onda trazida pelas águas outrora criativas e vivas da palavra estrangeira, a última peripécia de sua carreira ditatorial e geradora de cultura.

Esta é a razão pela qual a lingüística, ela própria produto da palavra estrangeira, está ainda longe de alcançar uma compreensão correta do papel dessa palavra na história da língua e da consciência lingüística. Pelo contrário, os estudos indo-europeus elaboraram

categorias de análise da história da língua que excluem completamente qualquer apreciação correta desse papel. Entretanto, esse papel, como vimos, é imenso.

A idéia do "cruzamento" de línguas (da interferência lingüística) como fator essencial da evolução das línguas foi avançada com toda clareza por Nicolau Marr. Ele também reconheceu esse fator como fundamental para a resolução do problema da origem da linguagem:

"A interferência em geral, como fator que provoca a aparição de formas e de tipos lingüísticos diferentes, é a fonte da formação de novas espécies: isso é observado e apontado em todas as línguas jaféticas e esse é um dos resultados mais bem sucedidos da lingüística jafética (...). O fato é que não existe nenhuma língua onomatopaica primitiva, comum a todos os povos e, como veremos, tal língua jamais existiu nem poderia ter existido. A língua é uma criação da sociedade, oriunda da intercomunicação entre os povos provocada por imperativos econômicos; constitui um subproduto da comunicação social, que implica sempre populações numerosas."[8]

No seu artigo intitulado "Sobre a Origem da Linguagem", ele diz o seguinte:

"Em suma, a concepção que a assim chamada cultura nacional possui dessa ou daquela língua, como língua nativa, de massa, de toda a população, é anticientífica e irrealista. Por enquanto, a idéia de uma língua nacional comum a todas as castas, a todas as classes é uma ficção. Ou melhor: assim como a estratificação da sociedade durante as primeiras fases de desenvolvimento procede das tribos, isto é, na realidade, de formações tribais — que nem por isso são simples - por via de cruzamento, assim também as línguas tribais concretas, e *a fortiori*, as línguas nacionais, representam tipos cruzados de línguas - cruzamentos constituídos de elementos simples cuja associação está na base de qualquer língua. A análise paleontológica da linguagem humana não vai além da definição desses elementos tribais; mas a teoria jafética ajusta esses elementos de maneira tão direta e decisiva que a questão da origem da linguagem fica reduzida à questão do surgimento desses elementos, que nada mais são do que as denominações tribais."[9]

Os problemas da significação da palavra e da origem da linguagem fogem do quadro de nossa pesquisa. Não examinaremos aqui a teoria da palavra estrangeira dos antigos[10] e limitar-nos-emos a esboçar as categorias provenientes da palavra estrangeira que serviram de base ao objetivismo abstrato; resumiremos assim o exposto acima e completaremos essa exposição por uma série de pontos essenciais:

---

[8] N. Marr, *Po etapam iafetítcheskoi teórii* (As Etapas da Teoria Jafética), p. 268.

[9] Ibid., p. 315-316.

[10] Assim, a percepção que o homem pré-histórico tem do caráter mágico da palavra é fortemente marcada pela palavra estrangeira. Estamos pensando aqui na totalidade dos fenômenos com ela relacionados.

1. Nas formas lingüísticas, o fator *normativo* e estável prevalece sobre o caráter *mutável*.

2. O *abstrato* prevalece sobre o concreto.

3. O *sistemático* abstrato prevalece sobre a verdade histórica.

4. As formas dos elementos prevalecem sobre as do conjunto.

5. A *reificação* do elemento lingüístico isolado substitui a dinâmica da fala.

6. *Univocidade* da palavra mais do que *polisemia* e *plurivalência* vivas.

7. Representação da linguagem como um *produto acabado*, que se transmite de geração a geração.

8. Incapacidade de compreender o processo gerativo *interno* da língua.

Consideremos brevemente cada uma dessas particularidades da reflexão dominada pela palavra estrangeira.

1. A primeira dispensa qualquer explicação. Já mostramos que a compreensão que o indivíduo tem de sua língua não está orientada para a identificação de elementos normativos do discurso, mas para a apreciação de sua nova qualidade contextual. A construção de um sistema de formas submetidas a uma norma é uma etapa indispensável e importante no processo de deciframento e de transmissão de uma língua estrangeira.

2. O segundo ponto fica também bastante claro à luz do que já expusemos. A enunciação monológica fechada constitui, de fato, uma abstração. A concretização da palavra só é possível com a inclusão dessa palavra no contexto histórico real de sua realização primitiva. Na enunciação monológica isolada, os fios que ligam a palavra a toda a evolução histórica concreta foram cortados.

3. O formalismo e o sistematismo constituem os traços típicos de toda reflexão que se exerce sobre um objeto acabado, por assim dizer, estagnado. Essa última particularidade manifesta-se de diferentes maneiras. De modo característico, é o pensamento alheio que é habitualmente, se não exclusivamente, sistematizado. Os criadores - iniciadores de novas correntes ideológicas - nunca sentem necessidade de formalizar sistematicamente. A sistematização aparece quando nos sentimos sob a dominação de um pensamento autoritário aceito como tal. É preciso que a época de criatividade acabe; só aí é que então começa a sistematização-formalização; é o trabalho dos herdeiros e dos epígonos dominados pela palavra alheia que parou de ressoar. A orientação da corrente em evolução nunca pode ser formalizada e sistematizada. Esta é a razão pela qual o pensamento gramatical formalista e sistematizante desenvolveu-se com toda plenitude e vigor no campo das línguas mortas e, ainda, somente nos casos em que essas línguas perderam, até certo ponto, sua influência e seu caráter autoritário sagrado. A reflexão lingüística de caráter formal sistemático foi inevitavelmente coagida a adotar em relação às línguas vivas uma posição conservadora e acadêmica, isto é, a tratar a língua viva como se fosse algo acabado, o que implica uma atitude hostil em relação a todas as inovações lingüísticas. A reflexão lingüística de caráter formal-sistemático é incompatível com uma abordagem histórica

e viva da língua. Do ponto de vista do sistema, a história apresenta-se sempre como uma série de destruições devidas ao acaso.

4. A lingüística, como vimos, está voltada para o estudo da enunciação monológica isolada. Estudam-se documentos históricos em relação aos quais o filólogo adota uma atitude de compreensão passiva. Assim, todo o trabalho desenvolve-se nos limites de uma dada enunciação. Os próprios limites da enunciação como uma entidade total são pouco percebidos. O trabalho de pesquisa reduz-se ao estudo das relações imanentes no interior do terreno da enunciação. Todos os problemas daquilo que se poderia chamar de "política externa" da enunciação ficam excluídos do campo da observação. Conseqüentemente, todas as relações que ultrapassam os limites da enunciação monológica constituem um todo que é ignorado pela reflexão lingüística. Esta, na verdade, não ousa ir além dos elementos constitutivos da enunciação monológica. Seu alcance máximo é a frase complexa (o período). A estrutura da enunciação completa é algo cujo estudo a lingüística deixa para outras disciplinas: a retórica e a poética. Ela própria é incapaz de abordar as formas de composição do todo. Eis porque, de maneira geral, não há relação nem transição progressiva alguma entre as formas dos elementos constituintes da enunciação e as formas do todo no qual ela se insere. Existe um abismo entre a sintaxe e os problemas de composição do discurso. Isso é totalmente inevitável, pois as formas que constituem uma enunciação completa só podem ser percebidas e compreendidas quando relacionadas com outras enunciações completas pertencentes a um único e mesmo domínio ideológico. Assim, as formas de uma enunciação literária, de uma obra literária, só podem ser apreendidas na unicidade da vida literária, em conexão permanente com outras espécies de formas literárias. Se encerrarmos a obra literária na unicidade da língua como sistema, se a estudarmos como um monumento lingüístico, destruiremos o acesso a suas formas como formas da literatura como um todo. Existe um abismo entre as duas abordagens: a que refere a obra ao sistema lingüístico e aquela que a refere à unicidade concreta da vida literária. Esse abismo é intransponível sobre a base do objetivismo abstrato.

5. A forma lingüística somente constitui um elemento abstratamente isolado do todo dinâmico da fala, da enunciação. Bem entendido, essa abstração revela-se legítima quando serve a determinados objetivos lingüísticos. Entretanto, o objetivismo abstrato dota a forma lingüística de uma substância própria, torna-a um elemento realmente isolável, capaz de assumir uma existência histórica separada, independente[11]. Isso é perfeitamente compreensível, já que se nega ao sistema, como um todo, o direito ao desenvolvimento

[11] Não se deve esquecer que o objetivismo abstrato em sua nova versão reflete a posição da palavra estrangeira no estágio em que ela já perdeu, numa larga medida, seu caráter autoritário e sua força produtiva. Além disso, a especificidade da apreensão da palavra estrangeira é atenuada no objetivismo abstrato devido ao fato de que todas as categorias fundamentais do pensamento dessa escola foram estendidas às línguas vivas e nativas. Com efeito, a lingüística estuda as línguas vivas como se fossem mortas e a língua nativa como se fosse estrangeira. Essa é a razão pela qual o sistema construído pelo objetivismo abstrato difere dos filosofemas da palavra estrangeira elaborados pelos antigos.

histórico. A enunciação como um todo não existe para a lingüística. Conseqüentemente, apenas subsistem os elementos do sistema, isto é, as formas lingüísticas isoladas. Somente elas podem suportar o choque da história.

Assim, a história da língua torna-se a história das formas lingüísticas separadas (fonética, morfologia, etc.) que se desenvolvem independentemente do sistema como um todo e sem qualquer referência à enunciação concreta[12]. A propósito da história da língua tal como a concebe o objetivismo abstrato, Vossler, com razão, diz o seguinte:

"Pode se comparar grosseiramente a história da língua, tal como a concebe a gramática histórica, com a história do vestuário: essa última não é um reflexo da concepção de mundo ou do gosto de uma época; ela fornece-nos listas cronológicas e geograficamente ordenadas de botões, alfinetes, chapéus e fitas. Em gramática histórica, esses botões e essas cifras chamam-se, por exemplo, /e/ aberto e fechado, /t/ surdo ou /d/ sonoro etc."[13]

6. O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis[14]. No entanto, nem por isso a palavra deixa de ser una. Ela não se desagrega em tantas palavras quantos forem os contextos nos quais ela pode se inserir. Evidentemente, essa unicidade da palavra não é somente assegurada pela unicidade de sua composição fonética; há também uma unicidade inerente a todas as suas significações. Como conciliar a polissemia da palavra com sua unicidade? É assim que podemos formular, de modo grosseiro e elementar, o problema fundamental da semântica. Esse problema só pode ser resolvido pela dialética. Que procedimentos são empregados pelo objetivismo abstrato? Ele salienta o fator de unicidade da palavra em detrimento da pluralidade de suas significações. Essa pluralidade é percebida como análoga a harmônicos ocasionais de um único e mesmo significado estável e firme. A atitude do lingüista é diametralmente oposta à atitude da viva compreensão que caracteriza os falantes empenhados num processo de comunicação verbal. Quando o filólogo-lingüista alinha os contextos possíveis de uma palavra dada, ele acentua o fator de conformidade à norma: o que lhe importa é extrair desses contextos dispostos lado a lado uma determinação descontextualizada, para poder encerrar a palavra num dicionário. Esse processo de isolamento da palavra, de estabilização de sua significação fora de todo contexto, é reforçado ainda mais pela justaposição de línguas, isto é, pela procura da palavra paralela numa língua diferente. A pesquisa lingüística constrói a significação a partir do ponto de convergência de pelo menos duas línguas. Esse trabalho do lingüista torna-se ainda mais complicado pelo fato de que ele cria a ficção de um recorte único da realidade, que se reflete na língua. É o objeto único, sempre idêntico a si próprio, que garante a unicidade do sentido. A ficção da palavra como decalque da realidade ajuda ainda mais a congelar sua

---

[12] A enunciação constitui apenas o meio neutro no qual se opera a transformação das formas da língua.

[13] Cf. o artigo de Vossler j á citado "Gramática e História da Língua", p. 170.

[14] Não nos preocuparemos, por enquanto, em distinguir a significação e o tema. Essa distinção será o objeto do Cap. 7.

significação. Sobre essa base, a associação dialética de unicidade e de pluralidade torna-se impossível.

Mencionaremos ainda um outro erro grave do objetivismo abstrato: para seus adeptos, os diferentes contextos em que aparece uma palavra qualquer estão num único e mesmo plano. Esses contextos dão origem a uma série de enunciações fechadas que têm significado próprio e apontam todas para uma mesma direção. Na realidade, as coisas são bem diferentes: os contextos possíveis de uma única e mesma palavra são freqüentemente opostos. As réplicas de um diálogo são um exemplo clássico disso. Ali, uma única e mesma palavra pode figurar em dois contextos mutuamente conflitantes. É evidente que o diálogo constitui um caso particularmente evidente e ostensivo de contextos diversamente orientados. Pode-se, no entanto, dizer que toda enunciação efetiva, seja qual for a sua forma, contém sempre, com maior ou menor nitidez, a indicação de um acordo ou de um desacordo com alguma coisa. Os contextos não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto. A mudança do acento avaliativo da palavra em função do contexto é totalmente ignorada pela lingüística e não encontra nenhuma repercussão na sua doutrina da unicidade da significação. Embora os acentos avaliativos sejam privados de substância, é a pluralidade de acentos que dá vida à palavra. O problema da pluriacentuação deve ser estreitamente relacionado com o da polissemia. Só assim é que ambos os problemas poderão ser resolvidos. Ora, é impossível estabelecer essa vinculação a partir dos princípios do objetivismo abstrato. A lingüística se desembaraça dos acentos avaliativos ao mesmo tempo que da enunciação, da fala[15].

7. Para o objetivismo abstrato, a língua, como produto acabado, transmite-se de geração a geração. Evidentemente, é de um ângulo metafórico que os adeptos da segunda orientação entendem essa transmissão da língua como herança de um objeto; mas essa comparação não constitui para eles apenas uma metáfora. Configurando o sistema da língua e tratando as línguas vivas como se fossem mortas e estrangeiras, o objetivismo abstrato coloca a língua fora do fluxo da comunicação verbal. Esse fluxo avança continuamente, enquanto a língua, como uma bola, pula de geração para geração.

Entretanto, a língua é inseparável desse fluxo e avança juntamente com ele. Na verdade, a língua não se transmite; ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar. É apenas no processo de aquisição de uma língua estrangeira que a consciência já constituída - graças à língua materna - se confronta com uma língua toda pronta, que só lhe resta assimilar. Os sujeitos não "adquirem" sua língua materna; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência[16].

---

[15] As posições aqui expressas serão fundamentadas no Capítulo 7.

[16] O processo pelo qual a criança assimila sua língua materna é um processo de integração progressiva da criança na comunicação verbal. À medida que essa

8. O objetivismo abstrato, como vimos, não sabe ligar a existência da língua na sua abstrata dimensão sincrônica com sua evolução. Para a consciência do locutor, a língua existe como sistema de formas sujeitas a normas; e só para o historiador é que ela existe como processo evolutivo. O que exclui a possibilidade de associação ativa da consciência do locutor com o processo de evolução histórica. Torna-se, assim, impossível a conjunção dialética entre necessidade e liberdade e até, por assim dizer, a responsabilidade lingüística. Assenta-se, aqui, o reino de uma concepção puramente mecanicista da necessidade no domínio da língua. Não há dúvida de que esse traço do objetivismo abstrato está ligado à irresponsável fixação dessa escola nas línguas mortas.

Só nos resta tirar as conclusões de nossa análise crítica do objetivismo abstrato. O problema que colocamos no começo do quarto capítulo, o da realidade dos fenômenos lingüísticos como objeto de estudo específico e único, é solucionado de maneira incorreta. A língua, como sistema de formas que remetem a uma norma, não passa de uma abstração, que só pode ser demonstrada no plano teórico e prático do ponto de vista do deciframento de uma língua morta e do seu ensino. Esse sistema não pode servir de base para a compreensão e explicação dos fatos lingüísticos enquanto fatos vivos e em evolução. Ao contrário, ele nos distancia da realidade evolutiva e viva da língua e de suas funções sociais, embora os adeptos do objetivismo abstrato tenham pretensões quanto à significação sociológica de seus pontos de vista. Na base dos fundamentos teóricos do objetivismo abstrato, estão as premissas de uma visão do mundo racionalista e mecanicista, as menos favoráveis a uma concepção correta da história; ora, a língua é um fenômeno puramente histórico.

Seriam os princípios fundamentais da primeira orientação, a do subjetivismo individualista, os corretos? Não teria o subjetivismo individualista conseguido tocar de perto a verdadeira natureza da linguagem? Ou a verdade estaria no meio-termo, entre as teses do subjetivismo individualista e as antíteses do objetivismo abstrato, constituindo um compromisso entre as duas orientações?

Acreditamos que aqui como em qualquer lugar a verdade não se encontra exatamente no meio, num compromisso entre a tese e a antítese; a verdade encontra-se além, mais longe, manifesta uma idêntica recusa tanto da tese como da antítese, e constitui uma síntese dialética. As teses da primeira orientação, como veremos no capítulo seguinte, não resistem à crítica mais do que as da segunda.

Queremos, agora, chamar a atenção para o seguinte: ao considerar que só o sistema lingüístico pode dar conta dos fatos da língua, o objetivo abstrato rejeita a enunciação, o ato de fala, como sendo individual. Como dissemos, é esse o *proton pseudos*, a "primeira mentira", do objetivismo abstrato. O subjetivismo individualista, ao contrário, só leva em consideração a fala. Mas ele também considera o ato de fala como individual e é por isso que tenta explicá-lo a partir das condições da vida psíquica individual do sujeito falante. E esse é o seu *proton pseudos*.

Na realidade, o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a

---

integração se realiza, sua consciência é formada e adquire seu conteúdo.

enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. A *enunciação é de natureza social*. Cabe-nos firmar essa tese no próximo capítulo.

CAPÍTULO 6

A INTERAÇÃO VERBAL

A segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico liga-se, como vimos, ao Racionalismo e ao Neoclassicismo. A primeira orientação - a do subjetivismo individualista - está ligada ao Romantismo. O Romantismo foi, em grande medida, uma reação contra a palavra estrangeira e o domínio que ela exerceu sobre as categorias do pensamento. Mais particularmente, o Romantismo foi uma reação contra a última reincidência do poder cultural da palavra estrangeira: as épocas do Renascimento e do Classicismo. Os românticos foram os primeiros filólogos da língua materna, os primeiros a tentar reorganizar totalmente a reflexão lingüística sobre a base da atividade mental em língua materna, considerada como meio de desenvolvimento da consciência e do pensamento. É verdade, contudo,

que os românticos permaneceram filólogos no sentido estrito do termo. Estava além de suas forças, com certeza, reestruturar uma maneira de pensar sobre a língua que se formara e mantivera durante séculos. Não obstante, foram introduzidas naquela reflexão novas categorias, e elas é que deram à primeira orientação suas características específicas. É sintomático que mesmo os representantes recentes do subjetivismo individualista sejam especialistas em línguas modernas, principalmente românicas (Vossler, Leo Spitzer, Lorck e outros).

Entretanto, o subjetivismo individualista apóia-se também sobre a enunciação monológica como ponto de partida da sua reflexão sobre a língua. É verdade que seus representantes não abordaram a enunciação monológica do ponto de vista do filólogo de compreensão passiva, mas sim de dentro, do ponto de vista da pessoa que fala, exprimindo-se.

Como se apresenta a enunciação monológica do ponto de vista do subjetivismo individualista? Vimos que ela se apresenta como um ato puramente individual, como uma expressão da consciência individual, de seus desejos, suas intenções, seus impulsos criadores, seus gostos, etc. A categoria da expressão é aquela categoria geral, de nível superior, que engloba o ato de fala, a enunciação.

Mas o que é afinal a expressão? Sua mais simples e mais grosseira definição é: tudo aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores.

A expressão comporta, portanto, duas facetas: o *conteúdo* (interior) e sua *objetivação exterior* para outrem (ou também para si mesmo). Toda teoria da expressão, por mais refinadas e complexas que sejam as formas que ela pode assumir, deve levar em conta, inevitavelmente, essas duas facetas: todo o ato expressivo move-se entre elas. Conseqüentemente, a teoria da expressão deve admitir que o conteúdo a exprimir pode constituir-se fora da expressão, que ele começa a existir sob uma certa forma, para passar em seguida a uma outra. Pois, se não fosse assim, se o conteúdo a exprimir existisse desde a origem sob a forma de expressão, se houvesse entre o conteúdo e a expressão uma passagem quantitativa (no sentido de um esclarecimento, de uma diferenciação, etc.), então toda a teoria da expressão cairia por terra. A teoria da expressão supõe inevitavelmente um certo dualismo entre o que é interior e o que é exterior, com primazia explícita do conteúdo interior, já que todo ato de objetivação (expressão) procede do interior para o exterior. Suas fontes são interiores. Não é por acaso que a teoria do subjetivismo individualista, como todas as teorias da expressão, só se pôde desenvolver sobre um terreno idealista e espiritualista. Tudo que é essencial é interior, o que é exterior só se torna essencial a título de receptáculo do conteúdo interior, de meio de expressão do espírito.

É verdade que, exteriorizando-se, o conteúdo interior muda de aspecto, pois é obrigado a apropriar-se do material exterior, que dispõe de suas próprias regras, estranhas ao pensamento interior. No curso do processo de dominar o material, de submetê-lo, de transformá-lo em *meio* obediente, da expressão, o conteúdo da atividade verbal a exprimir muda de natureza e é forçado a um certo compromisso. Por isso o idealismo, que deu origem a todas as teorias da expressão, engendrou igualmente teorias que rejeitam completamente a expressão, considerada

como deformação da pureza do pensamento interior[1]. Em todo caso, todas as forças criadoras e organizadoras da expressão estão no interior. O exterior constitui apenas o material passivo do que está no interior. Basicamente, a expressão se constrói no interior; sua exteriorização não é senão a sua tradução. Disso resulta que a compreensão, o comentário e a explicação do fato ideológico devem dirigir-se para o interior, isto é, fazer o caminho inverso do da expressão: procedendo da objetivação exterior, a explicação deve infiltrar-se até as suas raízes formadoras internas. Essa é a concepção da expressão no subjetivismo individualista.

A teoria da expressão que serve de fundamento à primeira orientação do pensamento filosófico-lingüístico é radicalmente falsa. O conteúdo a exprimir e sua objetivação externa são criados, como vimos, a partir de um único e mesmo material, pois não existe atividade mental sem expressão semiótica. Conseqüentemente, é preciso eliminar de saída o princípio de uma distinção qualitativa entre o conteúdo interior e a expressão exterior. Além disso, o centro organizador e formador não se situa no interior, mas no exterior. Não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é *a expressão que organiza a atividade mental*, que a modela e determina sua orientação.

Qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo *pela situação social mais imediata*.

Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra *dirige-se a um interlocutor*: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado. Se algumas vezes temos a pretensão de pensar e de exprimir-nos *urbi et orbi*, na realidade é claro que vemos "a cidade e o mundo" através do prisma do meio social concreto que nos engloba. Na maior parte dos casos, é preciso supor além disso um certo *horizonte social* definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito.

O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um *auditório* social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc. Quanto mais aculturado for o indivíduo, mais o auditório em questão se aproximará do auditório médio da criação ideológica, mas em todo caso o interlocutor ideal não pode ultrapassar as fronteiras de uma classe e de uma época bem definidas.

---

[1] "O pensamento expresso pela palavra é uma mentira" (Tiutchev). "Oh, se pelo menos alguém pudesse exprimir a alma sem palavras!" (Fiet). Essas duas declarações são típicas do romantismo idealista.

Essa orientação da palavra em função do interlocutor tem uma importância muito grande. Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a um em relação *ao outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.

Mas como se define o locutor? Com efeito, se a palavra não lhe pertence totalmente, uma vez que ela se situa numa espécie de zona fronteiriça, cabe-lhe contudo uma boa metade. Em um determinado momento, o locutor é incontestavelmente o único dono da palavra, que é então sua propriedade inalienável. É o instante do ato fisiológico de materialização da palavra. Mas a categoria da propriedade não é aplicável a esse ato, na medida em que ele é puramente fisiológico.

Se, ao contrário, considerarmos, não o ato físico de materialização do som, mas a materialização da palavra como signo, então a questão da propriedade tornar-se-á bem mais complexa. Deixando de lado o fato de que a palavra, como signo, é extraída pelo locutor de um estoque social de signos disponíveis, a própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais. A individualização estilística da enunciação de que falam os vosslerianos, constitui justamente este reflexo da inter-relação social, em cujo contexto se constrói uma determinada enunciação. *A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação.*

Na verdade, qualquer que seja a enunciação considerada, mesmo que não se trate de uma informação factual (a comunicação, no sentido estrito), mas da expressão verbal de uma necessidade qualquer, por exemplo a fome, é certo que ela, na sua totalidade, é socialmente dirigida. Antes de mais nada, ela é determinada da maneira mais imediata pelos participantes do ato de fala, explícitos ou implícitos, em ligação com uma situação bem precisa; a situação dá forma à enunciação, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela, por exemplo a exigência ou a solicitação, a afirmação de direitos ou a prece pedindo graça, um estilo rebuscado ou simples, a segurança ou a timidez, etc. A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor.

Se tomarmos a enunciação no estágio inicial de seu desenvolvimento, "na alma", não se mudará a essência das coisas, já que a estrutura da atividade mental é tão social como a da sua objetivação exterior. O grau de consciência, de clareza, de acabamento formal da atividade mental é diretamente proporcional ao seu grau de orientação social.

Na verdade, a simples tomada de consciência, mesmo confusa, de uma sensação qualquer, digamos a fome, pode dispensar uma expressão

exterior mas não dispensa uma expressão ideológica; tanto isso é verdade que toda tomada de consciência implica discurso interior, entoação interior e estilo interior, ainda que rudimentares. A tomada de consciência da fome pode ser acompanhada de deprecação, de raiva, de lamento ou de indignação. Enumeramos aqui apenas os matizes mais grosseiros e mais marcados da entoação interior; na realidade, a atividade mental pode ser marcada por entoações sutis e complexas. A expressão exterior, na maior parte dos casos, apenas prolonga e esclarece a orientação tomada pelo discurso interior, e as entoações que ele contém.

De que maneira será marcada a sensação interior da fome? Isso depende ao mesmo tempo da situação imediata em que se situa a percepção, e da situação social da pessoa faminta, em geral. Com efeito, essas são as condições que determinam o contexto apreciativo, o angulo social em que será recebida a sensação da fome. O contexto social imediato determina quais serão os ouvintes possíveis, amigos ou inimigos para os quais serão orientadas a consciência e a sensação da fome: as imprecações serão lançadas contra a natureza ingrata, contra si mesmo, a sociedade, um grupo social determinado, um certo indivíduo? Claro, é preciso distinguir graus na consciência, na clareza e na diferenciação dessa orientação social da experiência mental. Mas é certo que sem uma orientação social de caráter apreciativo não há atividade mental. Mesmo os gritos de um recém-nascido são orientados para a mãe. Pode-se descrever a fome, acrescentando-se um apelo à revolta, à agitação; nesse caso a atividade mental será estruturada em função de um apelo potencial, a fim de provocar a agitação; a tomada de consciência pode tomar a forma do protesto, etc.

Na relação com um ouvinte potencial (e algumas vezes distintamente percebido), podem-se distinguir dois pólos, dois limites, dentro dos quais se realiza a tomada de consciência e a elaboração ideológica. A atividade mental oscila de um a outro. Por convenção, chamemos esses dois pólos *atividade mental do eu e atividade mental do nós.*

Na verdade, a atividade mental do *eu* tende para a auto-eliminação; à medida que se aproxima do seu limite, perde a sua modelagem ideológica e conseqüentemente seu grau de consciência, aproximando-se assim da reação fisiológica do animal. A atividade mental dilapida então o seu potencial, seu esboço de orientação social e perde portanto sua representação verbal. Atividades mentais isoladas, ou mesmo seqüências inteiras podem tender para o pólo do *eu*, prejudicando assim sua clareza e sua modelagem ideológica, e dando provas de que a consciência foi incapaz de enraizar-se socialmente[2].

A atividade mental do nós não é uma atividade de caráter primitivo, gregário: é uma atividade diferenciada. Melhor ainda a diferenciação ideológica, o crescimento do grau de consciência são diretamente proporcionais à firmeza e à estabilidade da orientação social. Quanto mais forte, mais bem organizada e diferenciada for a

---

[2] Sobre a possibilidade de uma série de experiências sexuais humanas escaparem ao contexto social com perda concomitante da verbalização da experiência, ver *Freidizm*. Op. cit. p. 135-136.

coletividade no interior da qual o indivíduo se orienta, mais distinto e complexo será o seu mundo interior.

A atividade mental do *nós* permite diferentes graus e diferentes tipos de modelagem ideológica.

Suponhamos que o homem faminto tome consciência da sua fome no meio de uma multidão heteróclita de pessoas igualmente famintas, cuja situação se deve ao acaso (desafortunados, mendigos, etc.). A atividade mental desse indivíduo isolado, sem classe, terá uma coloração específica e tenderá para formas ideológicas determinadas, cuja gama pode ser bastante extensa: a resignação, a vergonha, o sentimento de dependência e muitas outras tonalidades tingirão a sua atividade mental. As formas ideológicas correspondentes, isto é, o resultado dessa atividade mental, serão, conforme o caso, ou o protesto individualista do mendigo, ou a resignação mística do penitente.

Suponhamos agora que o faminto pertença a uma coletividade onde a fome não se deve ao acaso, onde ela é uma realidade coletiva, mas onde entretanto não existe vínculo material sólido entre os famintos, de forma que cada um deles passa fome isoladamente. É essa, freqüentemente, a situação dos camponeses. A coletividade (o "mir"[*]) sente a fome, mas os seus membros estão materialmente isolados, não estão ligados por uma economia comum, cada um suporta a fome no pequeno mundo fechado de sua própria exploração. Em tais condições, predominará uma consciência da fome feita de resignação, mas desprovida de sentimento de vergonha ou de humilhação: cada um diz a si próprio: "Já que todos sofrem em silêncio, eu também o farei". É sobre um tal terreno que se desenvolvem os sistemas filosóficos e religiosos fundados sobre o fatalismo e a resignação na adversidade (os primeiros cristãos, os tolstoianos, etc.).

De maneira completamente diferente será experimentada a fome pelos membros de uma coletividade unida por vínculos materiais objetivos (batalhão de soldados, operários reunidos no interior da usina, trabalhadores numa grande propriedade agrícola de tipo capitalista, enfim toda uma classe social desde que nela tenha amadurecido a noção de "classe para si"). Nesse caso, dominarão na atividade mental as tonalidades do protesto ativo e seguro de si mesmo; não haverá lugar para uma mentalidade resignada e submissa. É aí que se encontra o terreno mais favorável para um desenvolvimento nítido e ideologicamente bem formado da atividade mental[3].

Todos os tipos de atividade mental que examinamos, com suas inflexões principais, geram modelos e formas de enunciações correspondentes. Em todos os casos, a situação social determina que

---

[*] Organismo de propriedade coletiva rural antes da revolução de 1917. (N.d.T.fr.).

[3] Dados interessantes sobre a expressão da fome podem ser encontrados nas obras de um célebre lingüista contemporâneo, membro da escola de Vossler, Leo Spitzer: *Italienische Kriegsgefangenenbriefe* e *Die Umschreibungen des Begriffes Hunger*. O problema fundamental exposto é a adaptação flexível da palavra e da representação às condições de uma situação excepcional. Falta ao autor, contudo, uma abordagem sociológica genuína.

modelo, que metáfora, que forma de enunciação servirá para exprimir a fome a partir das direções inflexivas da experiência.

É preciso classificar à parte *a atividade mental para si*. Ela distingue-se claramente da atividade mental do eu que definimos acima. A atividade mental individualista é perfeitamente diferenciada e definida. O individualismo é uma forma ideológica particular da atividade mental do nós da classe burguesa (encontra-se um tipo análogo na classe feudal aristocrática). A atividade mental de tipo individualista caracteriza-se por uma orientação social sólida e afirmada. Não é do interior, do mais profundo da personalidade que se tira a confiança individualista em si, a consciência do próprio valor, mas do exterior; trata-se da explicitação ideológica do meu *status* social, da defesa pela lei e por toda a estrutura da sociedade de um bastião objetivo, a minha posição econômica individual. A personalidade individual é tão socialmente estruturada como a atividade mental de tipo coletivista: a explicitação ideológica de uma situação econômica complexa e estável projeta-se na alma individual. Mas a contradição interna que está inscrita nesse tipo de atividade mental do *nós*, assim como na estrutura social correspondente, cedo ou tarde destruirá sua modelagem ideológica.

Encontra-se uma estrutura análoga na atividade mental *para si* isolada ("a capacidade e a força de sentir-se no seu direito enquanto indivíduo isolado", atitude cultivada em particular por Romain Rolland, e em parte igualmente por Tolstói). O orgulho que esta posição solitária implica apóia-se igualmente sobre o "nós". Essa variante da atividade mental do *nós* é característica da *intelligentsia* ocidental contemporânea. As palavras de Tolstói, afirmando que existe um pensamento para si e um pensamento para o público, implicam uma confrontação entre duas concepções de público. Esse "para si" tolstoiano, na realidade, apenas indica uma concepção social do ouvinte que lhe é própria. O pensamento não existe fora de sua expressão potencial e conseqüentemente fora da orientação social dessa expressão e o próprio pensamento.

Assim, a personalidade que se exprime, apreendida, por assim dizer, do interior, revela-se um produto total da inter-relação social. A atividade mental do sujeito constitui, da mesma forma que a expressão exterior, um território social. Em conseqüência, todo o itinerário que leva da atividade mental (o "conteúdo a exprimir") à sua objetivação externa (a "enunciação") situa-se completamente em território social. Quando a atividade mental se realiza sob a forma de uma enunciação, a orientação social à qual ela se submete adquire maior complexidade graças à exigência de adaptação ao contexto social imediato do ato de fala, e, acima de tudo, aos interlocutores concretos.

Tudo isso lança uma nova luz sobre o problema da consciência e da ideologia. *Fora de sua objetivação, de sua realização num material determinado* (o gesto, a palavra, o grito), *a consciência é uma ficção*. Não é senão uma construção ideológica incorreta, criada sem considerar os dados concretos da expressão social. Mas, enquanto expressão material estruturada (através da palavra, do signo, do desenho, da pintura, do som musical, etc.), a consciência constitui um fato

objetivo e uma força social imensa. É preciso notar que essa consciência não se situa acima do ser e não pode determinar a sua constituição, uma vez que ela é, ela mesma, uma parte do ser, uma das suas forças; e é por isso que a consciência tem uma existência real e representa um papel na arena do ser. Enquanto a consciência permanece fechada na cabeça do ser consciente, com uma expressão embrionária sob a forma de discurso interior, o seu estado é apenas de esboço, o seu raio de ação ainda limitado. Mas assim que passou por todas as etapas da objetivação social, que entrou no poderoso sistema da ciência, da arte, da moral e do direito, a consciência torna-se uma força real, capaz mesmo de exercer em retorno uma ação sobre as bases econômicas da vida social. Certo, essa força materializa-se em organizações sociais determinadas, reforça-se por uma expressão ideológica sólida (a ciência, a arte, etc.) mas, mesmo sob a forma original confusa do pensamento que acaba de nascer, pode-se já falar de fato social e não de ato individual interior.

A atividade mental tende desde a origem para uma expressão externa plenamente realizada. Mas pode acontecer também que ela seja bloqueada, freada: nesse último caso, a atividade mental desemboca numa expressão inibida (não nos ocuparemos aqui do problema muito complexo das causas e condições do bloqueio). Uma vez materializada, a expressão exerce um efeito reversivo sobre a atividade mental: ela põe-se então a estruturar a vida interior, a dar-lhe uma expressão ainda mais definida e mais estável.

Essa ação reversiva da expressão bem formada sobre a atividade mental (isto é, a expressão interior) tem uma importância enorme, que deve ser sempre considerada. Pode-se dizer que não é tanto a expressão que se adapta ao nosso mundo interior, mas o nosso *mundo interior que se adapta às possibilidades de nossa expressão*, aos seus caminhos e orientações possíveis. Chamaremos a totalidade da atividade mental centrada sobre a vida cotidiana, assim como a expressão que a ela se liga, *ideologia do cotidiano*, para distingui-la dos sistemas ideológicos constituídos, tais como a arte, a moral, o direito, etc. A ideologia do cotidiano constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência. Considerando a natureza sociológica da estrutura da expressão e da atividade mental, podemos dizer que a ideologia do cotidiano corresponde, no essencial, àquilo que se designa, na literatura marxista, sob o nome de "psicologia social". Nesse contexto particular, preferimos evitar o termo "psicologia", pois importa-nos apenas o conteúdo do psiquismo e da consciência; ora, esse conteúdo é totalmente ideológico, sendo determinado por fatores não individuais e orgânicos (biológicos, fisiológicos), mas puramente sociológicos. O fator individual-orgânico não é pertinente para a compreensão das forças criadoras e vivas essenciais do conteúdo da consciência.

Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano;

alimentam-se de sua seiva, pois, fora dela, morrem, assim como morrem, por exemplo, a obra literária acabada ou a idéia cognitiva se não são submetidas a uma avaliação crítica viva. Ora, essa avaliação crítica, que é a única razão de ser de toda produção ideológica, opera-se na língua da ideologia do cotidiano. Esta coloca a obra numa situação social determinada. A obra estabelece assim vínculos com o conteúdo total da consciência dos indivíduos receptores e só é apreendida no contexto dessa consciência que lhe é contemporânea. A obra é interpretada no espírito desse conteúdo da consciência (dos indivíduos receptores) e recebe dela uma nova luz. É nisso que reside a vida da obra ideológica. Em cada época de sua existência histórica, a obra é levada a estabelecer contatos estreitos com a ideologia cambiante do cotidiano, a impregnar-se dela, a alimentar-se da seiva nova secretada. É apenas na medida em que a obra é capaz de estabelecer um tal vínculo orgânico e ininterrupto com a ideologia do cotidiano de uma determinada época, que ela é capaz de viver nesta época (é claro, nos limites de um grupo social determinado). Rompido esse vínculo, ela cessa de existir, pois deixa de ser apreendida como ideologicamente significante.

Na ideologia do cotidiano, é preciso distinguir vários níveis, determinados pela escala social que serve para medir a atividade mental e a expressão, e pelas forças sociais em relação às quais eles devem diretamente orientar-se.

O horizonte no qual esta ou aquela atividade mental ou expressão se materializa pode ser, como vimos, mais ou menos amplo. O pequeno mundo da atividade mental pode ser limitado e confuso, sua orientação social pode ser acidental, pouco durável e pertinente apenas no quadro da reunião fortuita e por tempo limitado de algumas pessoas. É claro, mesmo essas atividades mentais ocasionais têm uma coloração sociológica e ideológica, mas situam-se já na fronteira do normal e do patológico. A atividade mental fortuita permanece isolada da vida espiritual dos indivíduos. Ela não é capaz de consolidar-se e de encontrar uma expressão completa e diferenciada. Pois, se ela não é dotada de um auditório social determinado, sobre que bases poderia diferenciar-se e tomar uma forma acabada? A fixação de uma atividade mental como essa é ainda mais impossível por escrito, e *a fortiori* sob forma impressa. A atividade mental nascida de uma situação fortuita não tem a menor chance de adquirir uma força e uma ação duráveis no plano social.

Esse tipo de atividade mental constitui o nível inferior, aquele que desliza e muda mais rapidamente na ideologia do cotidiano. Conseqüentemente, colocaremos nesse nível todas as atividades mentais e pensamentos confusos e informes que se acendem e apagam na nossa alma, assim como as palavras fortuitas ou inúteis. Estamos diante de abortos da orientação social, incapazes de viver, comparáveis a romances sem heróis ou a representações sem espectadores. São privados de toda lógica ou unicidade. É extremamente difícil perceber nesses farrapos ideológicos leis sociológicas. No nível inferior da ideologia do cotidiano, só se apreendem regras estatísticas: é apenas a partir de uma grande massa de produtos dessa ordem que se podem descobrir as grandes linhas de uma ordem sócio-econômica. Claro, na prática, é impossível descobrir as premissas sócio-econômicas de uma atividade

mental ou de uma expressão isoladas.

Os níveis superiores da ideologia do cotidiano que estão em contato direto com os sistemas ideológicos, são substanciais e têm um caráter de responsabilidade e de criatividade. São mais móveis e sensíveis que as ideologias constituídas. São capazes de repercutir as mudanças da infra-estrutura sócio-econômica mais rápida e mais distintamente. Aí justamente é que se acumulam as energias criadoras com cujo auxílio se efetuam as revisões parciais ou totais dos sistemas ideológicos. Logo que aparecem, as novas forças sociais encontram sua primeira expressão e sua elaboração ideológica nesses níveis superiores da ideologia do cotidiano, antes que consigam invadir a arena da ideologia oficial constituída. E claro, no decorrer da luta, no curso do processo de infiltração progressiva nas instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência), essas novas correntes da ideologia do cotidiano, por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos, e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumulados.

O que se chama habitualmente "individualidade criadora" constitui a expressão do núcleo central sólido e durável da orientação social do indivíduo. Aí situaremos principalmente os estratos superiores, mais bem formados, do discurso interior (ideologia do cotidiano), onde cada representação e inflexão passou pelo estágio da expressão, de alguma forma sofreu a prova da expressão externa. Aí situaremos igualmente as palavras, as entoações e os movimentos interiores que passaram com sucesso pela prova da expressão externa numa escala social mais ou menos ampla e adquiriram, por assim dizer, um grande polimento e lustro social, pelo efeito das reações e réplicas, pela rejeição ou apoio do auditório social.

Certamente, nos níveis inferiores da ideologia do cotidiano, o fator biográfico e biológico tem um papel importante, mas à medida que a enunciação se integra no sistema ideológico, decresce a importância desse fator. Conseqüentemente, se as explicações de caráter biológico e biográfico têm algum valor nos níveis superiores, o seu papel é extremamente modesto. Aqui o método sociológico objetivo tem total primazia.

Assim, a teoria da expressão subjacente ao subjetivismo individualista deve ser completamente rejeitada. O *centro* organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo. Só o grito inarticulado de um animal procede do interior, do aparelho fisiológico do indivíduo isolado. É uma reação fisiológica pura e não ideologicamente marcada. Pelo contrário, a enunciação humana mais primitiva, ainda que realizada por um organismo individual, é, do ponto de vista do seu conteúdo, de sua significação, organizada fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social. A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística.

A enunciação individual (a "parole"), contrariamente à teoria do objetivismo abstrato, não é de maneira alguma um fato individual que,

pela sua individualidade, não se presta à análise sociológica. Com efeito, se assim fosse, nem a soma desses atos individuais, nem as características abstratas comuns a todos esses atos individuais (as "formas normativamente idênticas") poderiam gerar um produto social.

O subjetivismo individualista tem razão em sustentar que as enunciações isoladas constituem a substância real da língua e que a elas está reservada a função criativa na língua. Mas está errado quando ignora e é incapaz de compreender a natureza social da enunciação e quando tenta deduzir esta última do mundo interior do locutor, enquanto expressão desse mundo interior. A estrutura da enunciação e da atividade mental a exprimir são de natureza *social*. A elaboração estilística da enunciação é de natureza *sociológica* e a própria cadeia verbal, à qual se reduz em última análise a realidade da língua, é *social*. Cada elo dessa cadeia é social, assim como toda a dinâmica da sua evolução.

O subjetivismo individualista tem toda a razão quando diz que não se pode isolar uma forma lingüística do seu conteúdo ideológico. Toda palavra é ideológica e toda utilização da língua está ligada à evolução ideológica. Está errado quando diz que esse conteúdo ideológico pode igualmente ser deduzido das condições do psiquismo individual.

O subjetivismo individualista está errado em tomar, da mesma maneira que o objetivismo abstrato, a enunciação monológica como seu ponto de partida básico. É verdade que alguns vosslerianos começaram a abordar o problema do diálogo, o que os leva a uma compreensão mais justa da interação verbal. Citaremos por exemplo o livro de Leo Spitzer, *Italienische Umgangsprache*, onde se encontra uma tentativa de análise das formas de italiano utilizado na conversação, em estreita ligação com as condições de utilização e sobretudo com a situação social do interlocutor[4]. O método de Leo Spitzer, contudo, é *psicológico-descritivo*. Ele não tira de sua análise nenhuma conclusão sociológica coerente. A enunciação monológica permanece a base da realidade lingüística para os vosslerianos.

Otto Dietrich colocou com grande clareza o problema da interação verbal[5]. Toma como ponto de partida a crítica da teoria de enunciação como meio de expressão. Para ele, a função central da linguagem não é a expressão, mas a *comunicação*. Isso o leva a considerar o papel do ouvinte. O par locutor-ouvinte constitui para Dietrich, a condição necessária da linguagem. Contudo, ele partilha essencialmente as premissas psicológicas do subjetivismo individualista. Além disso, as pesquisas de Dietrich são desprovidas de qualquer base sociológica bem definida.

Agora estamos em condições de responder às questões que colocamos

---

[4] A esse respeito, a própria construção do livro é sintomática. Ele divide-se em quatro partes, cujos títulos são: "I. Formas de Introdução do Diálogo. II. Locutor e Interlocutor: a) Cortesia Para com o Parceiro; b) Economia e Desperdício da Expressão; c) Imbricação de Fala e Réplica. III. Locutor e situação. IV. Fim do Diálogo". Hermann Wunderlich precedeu Spitzer na direção do estudo da língua da conversação corrente nas condições reais da comunicação. Cf. seu livro: *Unsere Umgangsprache* (1894).

[5] Ver Die Probleme der Sprachpsychologie, 1914.

no início do quarto capítulo. A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra "diálogo" num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja.

O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de maneira ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso interior, sem contar as reações impressas, institucionalizadas, que se encontram nas diferentes esferas da comunicação verbal (críticas, resenhas, que exercem influência sobre os trabalhos posteriores, etc.). Além disso, o ato de fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores na mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros autores: ele decorre portanto da situação particular de um problema científico ou de um estilo de produção literária. Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.

Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.). Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado. Um importante problema decorre daí: o estudo das relações entre a interação concreta e a situação extralingüística - não só a situação imediata, mas também, através dela, o contexto social mais amplo. Essas relações tomam formas diversas, e os diversos elementos da situação recebem, em ligação com uma ou outra forma, uma significação diferente (assim, os elos que se estabelecem com os diferentes elementos de uma situação de comunicação artística diferem dos de uma comunicação científica). A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção. Não se pode, evidentemente, isolar a comunicação verbal dessa comunicação global em perpétua evolução. Graças a esse vínculo concreto com a situação, a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não verbal (gestos do trabalho, atos simbólicos de um ritual, cerimônias, etc.), dos quais ela é muitas vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar.

A língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal*

concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes.

Disso decorre que a ordem metodológica para o estudo da língua deve ser o seguinte:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual.

É nessa mesma ordem que se desenvolve a evolução real da língua: as relações sociais evoluem (em função das infra-estruturas), depois a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em conseqüência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua.

De tudo o que dissemos, decorre que o problema das formas da enunciação considerada como um todo adquire uma enorme importância. Já indicamos que o que falta à lingüística, contemporânea é uma abordagem da enunciação em si. Sua análise não ultrapassa a segmentação em constituintes imediatos. E, no entanto, as unidades reais da cadeia verbal são as enunciações. Mas, justamente, para estudar as formas dessas unidades, convém não separá-las do curso histórico das enunciações. Enquanto um todo, a enunciação só se realiza no curso da comunicação verbal, pois o todo é determinado pelos seus limites, que se configuram pelos pontos de contato de uma determinada enunciação com o meio extraverbal e verbal (isto é, as outras enunciações).

A primeira palavra e a última, o começo e o fim de uma enunciação permitem-nos já colocar o problema do todo. O processo da fala, compreendida no sentido amplo como processo de atividade de linguagem tanto exterior como interior, é ininterrupto, não tem começo nem fim. A enunciação realizada é como uma ilha emergindo de um oceano sem limites, o discurso interior. As dimensões e as formas dessa ilha são determinadas pela situação da enunciação e por seu *auditório*. A situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida, que se insere diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente, e nele se amplia pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes na situação de enunciação. Uma questão completa, a exclamação, a ordem, o pedido são enunciações completas típicas da vida corrente. Todas (particularmente as ordens, os pedidos) exigem um complemento extraverbal assim como um início não verbal. Esses tipos de discursos menores da vida cotidiana são modelados pela fricção da palavra contra o meio extraverbal e contra a palavra do outro.

Assim, a forma da ordem é determinada pelos obstáculos que ela pode encontrar, o grau de submissão do receptor, etc. A modelagem das enunciações responde aqui a particularidades fortuitas e não reiteráveis das situações da vida corrente. Só se pode falar de fórmulas específicas, de estereótipos no discurso da vida cotidiana

quando existem formas de vida em comum relativamente regularizadas, reforçadas pelo uso e pelas circunstâncias. Assim, encontram-se tipos particulares de fórmulas estereotipadas servindo às necessidades da conversa de salão, fútil e que não cria nenhuma obrigação, em que todos os participantes são familiares uns aos outros e onde a diferença principal é entre homens e mulheres. Encontram-se elaboradas formas particulares de palavras-alusões, de subentendidos, de reminiscências de pequenos incidentes sem nenhuma importância, etc. Um outro tipo de fórmula elabora-se na conversa entre marido e mulher, entre irmão e irmã. Pessoas inteiramente estranhas umas às outras e reunidas por acaso (numa fila, numa entidade qualquer) começam, constroem e terminam suas declarações e suas réplicas de maneira completamente diferente. Encontram-se ainda outros tipos nos serões no campo, nas quermesses populares na cidade, na conversa dos operários à hora do almoço, etc. Toda situação inscrita duravelmente nos costumes possui um auditório organizado de uma certa maneira e conseqüentemente um certo repertório de pequenas fórmulas correntes. A fórmula estereotipada adapta-se, em qualquer lugar, ao canal de interação social que lhe é reservado, refletindo ideologicamente o tipo, a estrutura, os objetivos e a composição social do grupo. As fórmulas da vida corrente fazem parte do meio social, são elementos da festa, dos lazeres, das relações que se travam no hotel, nas fábricas, etc. Elas coincidem com esse meio, são por ele delimitadas e determinadas em todos os aspectos. Assim, encontram-se diferentes formas de construção de enunciações nos lugares de produção de trabalho e nos meios de comércio. No que se refere às formas da comunicação ideológica no sentido preciso do termo - as formas das declarações políticas, atos políticos, leis, decretos, manifestos, etc.; e as formas das enunciações poéticas, tratados científicos, etc. - todas elas foram objeto de pesquisas especializadas em retórica e poética. Mas, como vimos, essas pesquisas estiveram completamente divorciadas, de um lado, do problema da linguagem, e do outro, do problema da comunicação social[6]. Uma análise fecunda das formas do conjunto de enunciações como unidades reais na cadeia verbal só é possível de uma perspectiva que encare a enunciação individual como um fenômeno puramente sociológico. A filosofia marxista da linguagem deve justamente colocar como base de sua doutrina a enunciação como realidade da linguagem e como estrutura sócio-ideológica.

Após ter mostrado a estrutura sociológica da enunciação, voltemos agora às duas orientações do pensamento filosófico lingüístico para tirar conclusões definitivas. A lingüista moscovita R. Schor, que pertence à segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico (objetivismo abstrato), termina com as seguintes palavras um breve esboço da situação da lingüística contemporânea:

"A língua não é uma coisa (*ergon*), mas antes uma atividade natural e congênita do homem (*energeia*)", proclamava a investigação lingüística romântica do século XIX. É algo completamente diferente

---

[6] Sobre o tópico da disjunção de uma obra de arte literária das condições da comunicação artística e a resultante inércia da obra, ver nosso estudo, "Slóvo v jizni i slóvo v poézii" (A Palavra na Vida e a Palavra na Poesia), *Zvesdá* (Estrela), Editora do Estado, 6, 1926) (N.d.T.am.).

que diz a lingüística teórica contemporânea: "A língua não é uma atividade individual (*energeia*), mas um legado histórico-cultural da humanidade (*ergon*)."[7]

Essa conclusão espanta-nos por sua parcialidade e seu apriorismo. No plano dos fatos, ela é completamente falsa. Com efeito, a escola de Vossler liga-se igualmente à lingüística teórica contemporânea, sendo na Alemanha atual um dos movimentos mais fortes do pensamento lingüístico. É inadmissível reduzir a lingüística a apenas uma das suas orientações. No plano da teoria, é preciso refutar tanto a tese quanto a antítese apresentadas por Schor. Com efeito, nem uma nem outra dão conta da verdadeira natureza da língua.

Vamos tentar formular nosso próprio ponto de vista com as seguintes proposições:

1. A língua como sistema estável de formas normativamente idênticas é apenas uma abstração científica que só pode servir a certos *fins teóricos* e *práticos particulares*. Essa abstração não dá conta de maneira adequada da *realidade concreta* da língua.

2. A língua constitui um *processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*.

3. As leis da evolução lingüística não são de maneira alguma as leis da psicologia individual, mas também não podem ser divorciadas da atividade dos falantes. As leis da evolução lingüística são essencialmente leis sociológicas.

4. A *criatividade* da língua não coincide com a criatividade artística nem com qualquer outra forma de criatividade ideológica específica. Mas, ao mesmo tempo, a criatividade da língua não pode ser compreendida *independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que a ela se ligam*. A evolução da língua, como toda evolução histórica, pode ser percebida como uma necessidade cega de tipo mecanicista, mas também pode tornar-se "uma necessidade de funcionamento livre", uma vez que alcançou a posição de uma necessidade consciente e desejada.

5. *A estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social*. A enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes. O ato de fala individual (no sentido estrito do termo "individual") é uma *contradictio in adjecto*.

[7] Artigo já citado de Schor, "Krizis sovremiénnoi lingvistiki" (A Crise da Lingüística Contemporânea), p. 71.

CAPÍTULO 7

TEMA E SIGNIFICÃO NA LÍNGUA

O problema da significação é um dos mais difíceis da lingüística. As tentativas de resolução desse problema têm revelado o estreito solilóquio da ciência lingüística com particular clareza. Com efeito, a teoria que se apóia sobre uma compreensão passiva não nos dá os meios de abordar os fundamentos e as características essenciais da significação lingüística. Dentro dos limites da nossa investigação, limitar-nos-emos a um exame muito breve e superficial dessa questão. Procuraremos simplesmente traçar as grandes linhas de uma investigação produtiva nesse campo.

Um sentido definido e único, uma significação unitária, é uma propriedade que pertence a cada enunciação *como um todo*. Vamos chamar o sentido da enunciação completa o seu *tema*[1]. O tema deve ser único.

---

[1] Esse termo é, naturalmente, sujeito a dúvidas. Para nós, o termo "tema" cobre igualmente sua realização; é por isso que ele não deve ser confundido

Caso contrário, não teríamos nenhuma base para definir a enunciação. O tema da enunciação é na verdade, assim como a própria enunciação, individual e não reiterável. Ele se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação. A enunciação: "Que horas são?" tem um sentido diferente cada vez que é usada e também, conseqüentemente, na nossa terminologia, um outro tema, que depende da situação histórica concreta (histórica, numa escala microscópica) em que é pronunciada e da qual constitui na verdade um elemento.

Conclui-se que o tema da enunciação é determinado não só pelas formas lingüísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entoações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação. Se perdermos de vista os elementos da situação, estaremos tão pouco aptos a compreender a enunciação como se perdêssemos suas palavras mais importantes. O tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda a sua amplitude concreta, como fenômeno histórico, possui um tema. Isto é o que se entende por tema da enunciação.

Entretanto, se nos limitássemos ao caráter não reiterável e historicamente único de cada enunciação concreta, estaríamos sendo medíocres dialéticos. Além do tema, ou, mais exatamente, no interior dele, a enunciação é igualmente dotada de uma *significação*. Por significação, diferentemente do tema, entendemos os elementos da enunciação que são *reiteráveis* e *idênticos* cada vez que são repetidos. Naturalmente, esses elementos são abstratos: fundados sobre uma convenção, eles não têm existência concreta independente, o que não os impede de formar uma parte inalienável, indispensável, da enunciação. O tema da enunciação é na essência irredutível a análise. A significação da enunciação, ao contrário, pode ser analisada em um conjunto de significações ligadas aos elementos lingüísticos que a compõem. O tema da enunciação: "Que horas são?", tomado em ligação indissolúvel com a situação histórica concreta, não pode ser segmentado. A significação da enunciação: "Que horas são?" é idêntica em todas as instâncias históricas em que é pronunciada; ela se compõe das significações de todas as palavras que fazem parte dela, das formas de suas relações morfológicas e sintáticas, da entoação interrogativa, etc.

O tema é um *sistema de signos dinâmico e complexo*, que procura adaptar-se adequadamente às condições de *um dado momento da evolução*. O tema é uma *reação da consciência em devir ao ser em devir*. A significação é um *aparato técnico para a realização do tema*. Bem entendido, é impossível traçar uma fronteira mecânica absoluta entre a significação e o tema. Não há tema sem significação, e vice-versa. Além disso, é impossível designar a significação de uma palavra isolada (por exemplo, no processo de ensinar uma língua estrangeira) sem fazer dela o elemento de um tema, isto é, sem construir uma enunciação, um "exemplo". Por outro lado, o tema deve apoiar-se sobre uma certa estabilidade da significação; caso contrário, ele perderia

---

com o tema de uma obra de arte. O conceito de "unidade temática" é o que estaria mais próximo do nosso.

seu elo com o que precede e o que segue, ou seja, ele perderia, em suma, o seu sentido.

O estudo das línguas dos povos primitivos e a paleontologia contemporânea das significações levam-nos a uma conclusão acerca da chamada "complexidade" do pensamento primitivo. O homem pré-histórico usava uma mesma e única palavra para designar manifestações muito diversas, que, do nosso ponto de vista, não apresentam nenhum elo entre si. Além disso, uma mesma e única palavra podia designar conceitos diametralmente opostos: o alto e o baixo, a terra e o céu, o bem o mal, etc.

"É suficiente dizer", diz Nicolau Marr, "que a paleontologia lingüística contemporânea nos dá a possibilidade de aceder, graças às suas investigações, às épocas em que as tribos só tinham à sua disposição uma única palavra para cobrir todas as significações de que a humanidade tinha consciência."[2]

Mas, perguntar-se-á, será que uma palavra onisignificante é realmente uma palavra? Sim, é precisamente uma palavra. Diremos ainda mais que, se um complexo sonoro qualquer comportasse uma única significação inerte e imutável, então esse complexo não seria uma palavra, não seria um signo, mas apenas um sinal[3]. *A multiplicidade das significações é o índice que faz de uma palavra uma palavra*. Em relação à palavra onisignificante de que falava Marr, podemos dizer o seguinte: tal palavra, de fato, não tem praticamente significado: é um *tema puro*. Sua significação é inseparável da situação concreta em que se realiza. Sua significação é diferente a cada vez, de acordo com a situação. Dessa maneira, o tema absorve, dissolve em si a significação, não lhe deixando a possibilidade de estabilizar-se e consolidar-se. Mas, à medida que a linguagem se desenvolveu, que o seu estoque de complexos sonoros aumentou, as significações começaram a estabilizar-se segundo as linhas que eram básicas e mais freqüentes na vida da comunidade para a utilização temática dessa ou daquela palavra.

O tema, como dissemos, é um atributo apenas da enunciação completa; ele pode pertencer a uma palavra isolada somente se essa palavra opera como uma enunciação global. Assim, por exemplo, a palavra onisignificante de Marr sempre opera como uma enunciação completa (e não tem significações fixas precisamente por isso). Por outro lado, a significação pertence a um elemento ou conjunto de elementos na sua relação com o todo. É claro que se abstrairmos por completo essa relação com o todo, (isto é, com a enunciação), perderemos a significação. É por isso que não se pode traçar uma fronteira clara entre o tema e a significação.

---

[2] "As Etapas da Teoria Jafética", *loc. cit.*, p. 278.

[3] Deduz-se daqui, claramente, que mesmo a palavra da época mais recuada da humanidade, de que fala Marr, não se assemelha em nada ao sinal (ao qual alguns investigadores procuram reduzir a linguagem). Afinal, um sinal que significasse tudo seria muito pouco capaz de desempenhar a função de sinal. A capacidade de um sinal adaptar-se às condições mutáveis de uma situação é muito pequena. Na verdade, mudança num sinal significa substituição de um sinal por outro.

A maneira mais correta de formular a inter-relação do tema e da significação é a seguinte: o tema constitui o *estágio superior real da capacidade lingüística de significar*. De fato, apenas o tema significa de maneira determinada. A significação é o *estágio inferior da capacidade de significar*. A significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um *potencial*, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto. A investigação da significação de um ou outro elemento lingüístico pode, segundo a definição que demos, orientar-se para duas direções: para o estágio superior, o tema; nesse caso, tratar-se-ia da investigação da significação contextual de uma dada palavra nas condições de uma enunciação concreta. Ou então ela pode tender para o estágio inferior, o da significação: nesse caso, será a investigação da significação da palavra no sistema da língua, ou em outros termos a investigação da palavra dicionarizada.

Para constituir uma ciência sólida da significação, é importante distinguir bem entre o tema e a significação e compreender bem a sua inter-relação. Até o momento ninguém compreendeu a importância dessa conduta. Tais distinções como as que se estabelecem entre o sentido *usual e ocasional* de uma palavra, entre o seu sentido central e os laterais, entre denotação e conotação, etc., são fundamentalmente insatisfatórias. A tendência básica subjacente a todas essas discriminações - de atribuir maior valor ao aspecto central, usual da significação, pressupondo que esse aspecto realmente existe e é estável - é completamente falaciosa. Além disso, ela deixaria o tema inexplicado, uma vez que ele de maneira nenhuma poderia ser reduzido à condição de significação ocasional ou lateral das palavras.

A distinção entre tema e significação adquire particular clareza em conexão com o *problema da compreensão*, que abordaremos brevemente aqui. Já tivemos a ocasião de mencionar o modo de compreensão *passiva*, próprio dos filólogos, que exclui a priori qualquer resposta. Qualquer tipo genuíno de compreensão deve ser *ativo* deve conter já o germe de uma resposta. Só a compreensão ativa nos permite apreender o tema, pois a evolução não pode ser apreendida senão com a ajuda de um outro processo evolutivo. Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão.

Assim, cada um dos elementos significativos isoláveis de uma enunciação e a enunciação toda são transferidos nas nossas mentes para um outro contexto, ativo e responsivo. A compreensão é uma forma de *diálogo*; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma *contrapalavra*. Só na compreensão de uma língua estrangeira é que se procura encontrar para cada palavra uma palavra equivalente na própria língua. É por isso que não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o

efeito da *interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro*. É como uma faísca elétrica que só se produz quando há contato dos dois pólos opostos. Aqueles que ignoram o tema (que só é acessível a um ato de compreensão ativa e responsiva) e que, procurando definir o sentido de uma palavra, atingem o seu valor inferior, sempre estável e idêntico a si mesmo, é como se quisessem acender uma lâmpada depois de terem cortado a corrente. Só a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz da sua significação.

Passemos agora ao problema da inter-relação entre a apreciação e a significação, cujo papel é muito importante na ciência das significações. Toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas também um acento de valor ou *apreciativo*, isto é, quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavra.

Em que consiste esse acento e qual é a sua relação com a face objetiva da significação? O nível mais óbvio, que é ao mesmo tempo o mais superficial da apreciação social contida na palavra, é transmitido através da *entoação expressiva*. Na maioria dos casos, a entoação é determinada pela situação imediata e freqüentemente por suas circunstancias mais efêmeras. Eis aqui um caso clássico de utilização da entoação no discurso familiar: No *Diário de um Escritor*, Dostoievski conta[*]:

"Certa vez, num domingo, já perto da noite, eu tive ocasião de caminhar ao lado de um grupo de seis operários embriagados, e subitamente me dei conta de que é possível exprimir qualquer pensamento, qualquer sensação, e mesmo raciocínios profundos, através de um só e único substantivo, por mais simples que seja [Dostoievski está pensando aqui numa palavrinha censurada de largo uso]. Eis o que aconteceu. Primeiro, um desses homens pronuncia com clareza e energia esse substantivo para exprimir a respeito de alguma coisa que tinha sido dita antes, a sua contestação mais desdenhosa. Um outro lhe responde repetindo o mesmo substantivo, mas com um tom e uma significação completamente diferentes, para contrariar a negação do primeiro. O terceiro começa bruscamente a irritar-se com o primeiro, intervém brutalmente e com paixão na conversa e lança-lhe o mesmo substantivo, que toma agora o sentido de uma injúria. Nesse momento, o segundo intervém novamente para injuriar o terceiro que o ofendera. 'O quê há, cara? quem tá pensando que é? a gente tá conversando tranqüilo e aí vem você e começa a bronquear!' Só que esse pensamento, ele o exprime pela mesma palavrinha mágica de antes, que designa de maneira tão simples um certo objeto; ao mesmo tempo, ele levanta o braço e bate no ombro do companheiro. Mas eis que o quarto, o mais jovem do grupo, que se calara até então e que aparentemente acabara de encontrar a solução, do problema que estava na origem da disputa, exclama com um tom entusiasmado, levantando a mão: ... 'Eureka!' 'Achei, achei!' é isso que vocês pensam? Não, nada de 'Eureka', nada de 'Achei'. Ele simplesmente repete o mesmo substantivo banido do dicionário, uma única palavra, mas com um tom de exclamação arrebatada, com êxtase, aparentemente excessivo, pois o sexto homem, o mais carrancudo e mais velho dos seis, olha-o de lado e arrasa num instante o entusiasmo do jovem, repetindo com uma imponente voz de baixo e

---

[*] P*ólnoie sobránie sotchiniénii* F. M. Dostoievskovo (Obras Completas de F. M. Dostoievsk), 1996, tomo 9, p. 274-275.

num tom rabugento... sempre a mesma palavra, interdita na presença de damas para significar claramente: 'Não vale a pena arrebentar a garganta, já compreendemos!' Assim, sem pronunciar uma única outra palavra, eles repetiram seis vezes seguidas sua palavra preferida, um depois do outro, e se fizeram compreender perfeitamente."

As seis "falas" dos operários são todas diferentes, apesar do fato de todas consistirem de uma mesma e única palavra. Essa palavra, de fato, só constitui um suporte da entoação. A conversa é conduzida por meio de entoações que exprimem as apreciações dos interlocutores. Essas apreciações, assim como as entoações correspondentes, são inteiramente determinadas pela situação social imediata em cujo quadro se desenvolve a conversa; é por isso que elas não têm necessidade de um suporte concreto. No registro familiar, a entoação às vezes não tem nada a ver com o conteúdo do discurso. O material entoativo acumulado interiormente encontra muitas vezes uma saída em construções lingüísticas que não são absolutamente adaptadas à entoação em questão. Mais ainda, a entoação não se integra no conteúdo intelectual, objetivo, da construção. Quando exprimimos os nossos sentimentos, damos muitas vezes a uma palavra que veio à mente por acaso uma entoação expressiva e profunda. Ora, freqüentemente, trata-se de uma interjeição ou de uma locução vazias de sentido. Quase todas as pessoas têm as suas interjeições e locuções favoritas; pode-se utilizar correntemente uma palavra de carga semântica muito grande para resolver de forma puramente entoativa situações ou crises da vida cotidiana, sejam elas menores ou graves. Encontram-se, servindo de válvulas de segurança entoativa, expressões como: "pois é, pois é", "sei, sei" "é, é", "pois não, pois não", etc. A reduplicação habitual dessas palavrinhas, isto é, o alongamento artificial da representação sonora com o fim de dar à entoação acumulada uma escapatória, é muito característica. Pode-se, é claro, pronunciar a mesma palavrinha favorita com uma infinidade de entoações diferentes, conforme as diferentes situações ou disposições que podem ocorrer na vida.

Em todos esses casos, o tema, que é uma propriedade de cada enunciação (cada uma das enunciações dos seis operários tinha um tema próprio), realiza-se completa e exclusivamente através da entoação expressiva, sem ajuda da significação das palavras ou da articulação gramatical. Os acentos apreciativos dessa ordem e as entoações correspondentes não podem ultrapassar os limites estreitos da situação imediata e de um pequeno círculo social íntimo. Podemos qualificá-los como auxiliares marginais das significações lingüísticas.

Entretanto, nem todos os julgamentos de valor são como esses. Em qualquer enunciação, por maior que seja amplitude do seu espectro semântico e da audiência social de que goza, uma enorme importância pertence à apreciação. É verdade que a entoação não traduz adequadamente o valor apreciativo; esse serve antes de mais nada para orientar a escolha e a distribuição dos elementos mais carregados de sentido da enunciação. Não se pode construir uma enunciação sem modalidade apreciativa. Toda enunciação compreende antes de mais nada uma orientação apreciativa. É por isso que, na enunciação viva, cada elemento contém ao mesmo tempo um sentido e uma apreciação. Apenas os elementos abstratos considerados no sistema da língua e não na

estrutura da enunciação se apresentam destituídos de qualquer valor apreciativo. Por causa da construção de um sistema lingüístico abstrato, os lingüistas chegaram a separar o apreciativo do significativo, e a considerar o apreciativo como um elemento marginal da significação, como a expressão de uma relação individual entre o locutor e o objeto do seu discurso[4].

Um lingüista russo, G. Spätt, fala da apreciação como de um valor conotativo da palavra. Ele procura estabelecer uma distinção entre a significação objetiva (denotativa) e a conotação apreciativa, que ele coloca em esferas diferentes da realidade. Esse tipo de demarcação entre o denotativo e o apreciativo parece-nos completamente ilegítimo; ela se fundamenta sobre o fato de que as funções mais profundas da apreciação não são perceptíveis na superfície do discurso. E, no entanto, a significação objetiva forma-se graças à apreciação; ela indica que uma determinada significação objetiva entrou no horizonte dos interlocutores - tanto no horizonte imediato como no horizonte social mais amplo de um dado grupo social. Além disso, é à apreciação que se deve o papel criativo nas mudanças de significação. A mudança de significação é sempre, no final das contas, uma *reavaliação*: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro. A palavra ou é elevada a um nível superior, ou abaixada a um inferior. Isolar a significação da apreciação inevitavelmente destitui a primeira de seu lugar na evolução social viva (onde ela está sempre entrelaçada com a apreciação) e torna-a um objeto ontológico, transforma-a num ser ideal, divorciado da evolução histórica.

É justamente para compreender a evolução histórica do tema e das significações que o compõem que é indispensável levar em conta a apreciação social. A evolução semântica na língua é sempre ligada à evolução do horizonte apreciativo de um dado grupo social e a evolução do horizonte apreciativo - no sentido da totalidade de tudo que tem sentido e importância aos olhos de um determinado grupo - é inteiramente determinada pela expansão da infra-estrutura econômica. À medida que a base econômica se expande, ela promove uma real expansão no escopo de existência que é acessível, compreensível e vital para o homem. O criador de gado pré-histórico não tinha preocupações, não havia muita coisa que realmente o tocasse. O homem do fim da era capitalista está diretamente relacionado com todas as coisas, seus interesses atingem os cantos mais remotos da terra e mesmo as mais distantes estrelas. Esse alargamento do horizonte apreciativo efetua-se de maneira dialética. Os novos aspectos da existência, que foram integrados no círculo do interesse social, que se tornaram objetos da fala e da emoção humana, não coexistem pacificamente com os elementos que se integraram à existência antes deles; pelo contrário, entram em luta com eles, submetem-nos a uma reavaliação, fazem-nos mudar de lugar no interior da unidade do horizonte apreciativo. Essa evolução dialética reflete-se na evolução semântica. Uma nova significação se

---

[4] É assim que Anton Marty define a apreciação, depois de ter efetuado a análise mais sutil e detalhada das significações das palavras. V. A. Marty, *Untersuchungen zur Grundlegung der allgemeinen Grammatik und Sprachphilosophie*, Halle, 1908.

descobre na antiga e através da antiga, mas a fim de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la.

O resultado é uma luta incessante dos acentos em cada área semântica da existência. Não há nada na composição do sentido que possa colocar-se acima da evolução, que seja independente do alargamento dialético do horizonte social. A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável nesse processo. É por isso que a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias.

TERCEIRA PARTE

PARA UMA HISTÓRIA DAS FORMAS DA ENUNCIAÇAO NAS CONSTRUÇÕES SINTÁTICAS

Tentativa de aplicação do método sociológico aos problemas sintáticos

CAPITULO 8
TEORIA DA ENUNCIAÇÃO E PROBLEMAS SINTATICOS

Não há abordagem fecunda dos problemas sintáticos que se fundamente sobre os princípios e métodos tradicionais da lingüística, particularmente os do objetivismo abstrato, onde tais métodos e princípios encontraram sua expressão mais clara e conseqüente. As categorias de base do pensamento lingüístico contemporâneo, que foram elaboradas principalmente a partir da lingüística comparada das línguas indo-européias, são de ponta a ponta fonéticas e morfológicas. Esse pensamento, que se nutriu de fonética e de morfologia, só é capaz de ver os outros fenômenos da língua através das lentes das formas fonéticas e morfológicas. Ele procura ver os problemas de sintaxe da mesma maneira, o que leva a fazer deles problemas de morfologia[1]. Por isso, a sintaxe encontra-se em má situação, fato que a maior parte dos

[1] Essa tendência oculta de tratar a sintaxe como a morfologia tem como conseqüência que a reflexão escolástica reina na sintaxe mais do que em qualquer outra parte da lingüística.

pesquisadores das línguas indo-européias reconhece de boa vontade. Compreende-se perfeitamente isso se se recordam as características fundamentais da apreensão das línguas mortas, governada originariamente pelos fins de deciframento dessas línguas e de seu ensino[2].

Entretanto, os problemas de sintaxe são da maior importância para a compreensão da língua e de sua evolução, considerando-se que, de todas as formas da língua, as formas sintáticas são as que mais se aproximam das formas concretas da enunciação, dos *atos de fala*. Todas as análises sintáticas do discurso constituem análises do corpo vivo da enunciação; portanto, é ainda mais difícil trazê-las a um sistema abstrato da língua. As formas sintáticas são mais concretas que as formas morfológicas ou fonéticas e são mais estreitamente ligadas às condições reais da fala. É por isso que, na nossa reflexão sobre os fatos vivos da língua, demos justamente prioridade às formas sintáticas sobre as formas morfológicas ou fonéticas. Mas, como também já deixamos claro, um estudo fecundo das formas sintáticas só é possível no quadro da elaboração de uma teoria da enunciação. Enquanto a enunciação como um todo permanecer terra incógnita para o lingüista, está fora de questão falar de uma compreensão real, concreta, não escolástica das formas sintáticas. Já dissemos que a enunciação completa ocupa uma posição bem pobre na lingüística. Pode-se mesmo dizer que o *pensamento lingüístico perdeu, sem esperança de reavê-la, a percepção da fala como um todo*.

O lingüista sente-se mais à vontade quando opera no centro de uma unidade frasal. Quanto mais ele se aproxima das fronteiras do discurso, da enunciação completa, menos segura é a sua posição. Nenhuma das categorias lingüísticas convém à determinação do todo. Com efeito, as categorias lingüísticas, tais como são, só são aplicáveis no interior do território da enunciação. Assim, as categorias morfológicas só têm sentido no interior da enunciação; elas deixam de ser úteis quando se trata de definir o todo. O mesmo se dá com as categorias sintáticas, por exemplo a *oração*: a categoria *oração* é meramente uma definição da oração como uma unidade dentro de uma enunciação, mas de nenhuma maneira como entidade global.

Para convencer-se da "elementaridade" fundamental de todas as categorias lingüísticas, basta tomar a enunciação completa (relativamente falando, aliás, já que toda enunciação faz parte do processo verbal) constituída por uma única palavra. Se aplicarmos todas as categorias usadas pelos lingüistas a essa palavra, fica evidente que essas categorias definem a palavra exclusivamente em termos de um elemento potencial da fala e que nenhuma engloba a enunciação completa. O elemento suplementar que faz dessa palavra uma

---

[2] É preciso acrescentar a isso os fins particulares da lingüística comparada: o estabelecimento do parentesco das línguas e de sua hierarquia genética. Tais fins reforçam ainda mais o lugar privilegiado da fonética na reflexão lingüística. Infelizmente, não pudemos, no âmbito deste trabalho, tocar nos problemas da lingüística comparada, apesar da sua enorme importância para a filosofia da linguagem e o lugar que ela ocupa na investigação lingüística contemporânea. Trata-se de um problema muito complexo, e, para tratá-lo, ainda que superficialmente, seria preciso alargar consideravelmente o âmbito deste livro.

enunciação completa permanece inacessível a todas as categorizações ou determinações lingüísticas, quaisquer que sejam. A expansão dessa palavra até uma oração completa com todos os seus constituintes (de acordo com a prescrição: "não afirmado, mas subentendido") sempre nos dará apenas uma oração, e de maneira nenhuma uma enunciação. Não importa que categoria lingüística tentássemos aplicar a essa oração, jamais encontraríamos aquilo que justamente a converte em uma enunciação completa. Dessa maneira, se ficarmos nos limites das categorias gramaticais efetivas da lingüística contemporânea, jamais poremos a mão sobre a inacessível enunciação completa. As categorias da língua puxam-nos obstinadamente da enunciação e de sua estrutura para o sistema abstrato da língua.

Na verdade, essa falha da definição lingüística aplica-se não apenas à enunciação como um todo, mas até mesmo às unidades dentro de uma enunciação monológica com alguma pretensão a serem consideradas unidades completas. Isso acontece com os *parágrafos*, que podem ser separados uns dos outros por alíneas. A composição sintática dos parágrafos é extremamente variada. Eles podem conter desde uma única palavra até um grande número de orações complexas. Dizer que um parágrafo deve conter a expressão de um pensamento completo não leva a nada. O que é preciso, afinal, é uma definição do ponto de vista da linguagem, e em nenhuma circunstancia pode a noção de "pensamento completo" ser considerada como uma definição lingüística. Se é verdade, como acreditamos, que as definições lingüísticas não podem ser completamente divorciadas das definições ideológicas, também elas não podem ser usadas para substituir uma à outra.

Penetrando mais fundo na essência lingüística dos parágrafos, convencer-nos-emos de que, em certos aspectos essenciais, eles são análogos às réplicas de um diálogo. Trata-se, de qualquer forma, de diálogos viciados trabalhados no corpo de uma enunciação monológica. Na base da divisão do discurso em partes, denominadas parágrafos na sua forma escrita, encontra-se *o ajustamento às reações previstas do ouvinte ou do leitor*. Quanto mais fraco o ajustamento ao ouvinte e a consideração das suas reações, menos organizado, no que diz respeito aos parágrafos, será o discurso.

Os tipos clássicos de parágrafo são: pergunta e resposta (o autor faz as perguntas e dá as respostas); suplementação; antecipação de possíveis objeções; exposição de aparentes incoerências ou contradições no próprio discurso, etc.[3].

É particularmente comum tomar como objeto de discussão o próprio discurso ou parte dele (por exemplo, o parágrafo precedente). Nesse caso, a atenção do falante transfere-se do objeto do discurso para o próprio discurso (reflexão sobre o próprio discurso). Essa mudança de pólo de interesse do discurso é condicionada pela atenção do ouvinte. Se o discurso ignorasse totalmente o destinatário (um tipo impossível

---

[3] Apenas esboçamos aqui o problema dos parágrafos. Nossas afirmações podem parecer dogmáticas, uma vez que as apresentamos sem prova e não as sustentamos com materiais *ad hoc*. Além disso simplificamos o problema. Nos textos escritos, a alínea que assinala os parágrafos permite decompor o discurso monológico de diversas maneiras. Mencionamos aqui apenas um desses tipos - uma forma de divisão que leva decisivamente em conta o destinatário e sua ativa compreensão.

de discurso, é claro), a possibilidade de decompô-lo em constituintes seria próxima de zero.

Naturalmente, não nos ocupamos aqui de certos tipos especiais de divisão condicionados pelos objetivos e fins particulares de domínios ideológicos específicos - por exemplo, a divisão estrófica do discurso em verso ou as análises puramente lógicas do tipo: premissas/conclusões; tese/antítese, etc.

Apenas o estudo das formas da comunicação verbal e das formas correspondentes da enunciação completa pode lançar luz sobre o sistema dos parágrafos e todos os problemas análogos. Enquanto a lingüística orientar suas pesquisas para a enunciação monológica isolada, ela permanecerá incapaz de abordar essas questões em profundidade. A elucidação dos problemas mais elementares da sintaxe só é possível, também, sobre a base da comunicação verbal. Todas as categorias básicas da lingüística deveriam ser cuidadosamente reexaminadas nesse sentido. O interesse recentemente manifestado em sintaxe pela entoação e as tentativas correlatas de renovar a determinação das unidades sintáticas por meio da consideração mais sutil e diferenciada da entoação parecem-nos pouco fecundos. Só se tornarão produtivos se forem combinados com uma compreensão adequada das bases da comunicação verbal.

Os capítulos seguintes do nosso estudo são precisamente consagrados a um problema específico de sintaxe. Algumas vezes é extremamente importante expor um fenômeno bem conhecido e aparentemente bem estudado a uma luz nova, reformulando-o como problema, isto é, iluminando novos aspectos dele através de uma série de questões bem orientadas. Isso é particularmente útil nos domínios em que a pesquisa desaba sob o peso de uma massa de descrições e de classificações meticulosas e detalhadas, mas destituídas de qualquer orientação. Uma problematização renovada pode colocar em evidência um caso aparentemente limitado e de interesse secundário como um fenômeno cuja importância é fundamental para todo o campo de estudo. Pode-se assim, graças a um problema bem colocado, trazer à luz um potencial metodológico oculto.

Acreditamos que um fenômeno assim altamente produtivo, "nodal" mesmo, é o do *discurso citado*, isto é, os esquemas lingüísticos (discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre), as modificações desses esquemas e as variantes dessas modificações que encontramos na língua, e que servem para a transmissão das enunciações de outrem e para a integração dessas enunciações, enquanto enunciações de outrem, num contexto monológico coerente. O interesse metodológico excepcional que apresentam esses fatos ainda não foi apreciado na sua justa medida. Ninguém foi capaz de discernir nessa questão de sintaxe à primeira vista secundária os problemas de enorme significação que ela coloca para a lingüística[4]; e foi justamente a orientação sociológica que tomou o interesse científico pela língua, que permitiu descobrir toda a significação metodológica e o aspecto revelador

---

[4] Pechkovski, por exemplo, só dedica quatro páginas à questão na sua Sintaxe. Ver A. M. Pechkovski, *Rússki sintaksis v naútchnom osvechtchénie* (A Sintaxe Russa à Luz da Ciência). 2ª ed., Moscou, 1920, p. 465-468 (3ª ed., p. 552-555).

desses fatos.

Dotar de uma orientação sociológica o fenômeno de transmissão da palavra de outrem, tal é o problema a que nos vamos consagrar agora. Através desse problema, tentaremos traçar os caminhos do método sociológico em lingüística. Não temos a pretensão de fazer grandes deduções positivas de caráter histórico. Os materiais que recolhemos são suficientes para expor o problema e mostrar até que ponto é indispensável orientá-lo sociologicamente; mas eles estão longe de ser suficientes para tirar generalizações históricas de grande porte. Tais generalizações, quando ocorrem, são de caráter meramente provisório e hipotético.

CAPÍTULO 9

O "DISCURSO DE OUTREM"

O discurso citado é o *discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*.

Aquilo de que nós falamos é apenas o conteúdo do discurso, o tema de nossas palavras. Um exemplo de um tema que é apenas um tema seria, por exemplo, "a natureza", o "homem", "a oração subordinada" (um dos temas da sintaxe). Mas o discurso de outrem constitui mais do que o tema do discurso; ele pode entrar no discurso e na sua construção sintática, por assim dizer, "em pessoa", como uma unidade integral da construção. Assim, o discurso citado conserva sua autonomia estrutural e semântica sem nem por isso alterar a trama lingüística do contexto que o integrou.

Ainda mais, a enunciação citada tratada apenas como um tema do discurso, só pode ser caracterizada superficialmente. Para penetrar completamente no seu conteúdo, é indispensável integrá-lo na

construção do discurso. Se nos limitarmos ao tratamento do discurso citado em termos temáticos, poderemos responder às questões "Como" e "De que falava Fulano?", mas "O que dizia ele?" só pode ser descoberto através da transmissão das suas palavras, mesmo que só sob a forma de discurso indireto.

Entretanto, quando passa a unidade estrutural do discurso narrativo, no qual se integra por si, a enunciação citada passa a constituir ao mesmo tempo um tema do discurso narrativo. Faz parte integrante de sua unicidade temática, na qualidade de enunciação citada, uma enunciação com seu próprio tema: o *tema autônomo então torna-se o tema de um tema*.

O discurso citado é visto pelo falante como a enunciação de uma *outra* pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa, e situada fora do contexto narrativo. É a partir dessa existência autônoma que o discurso de outrem passa para o contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e ao menos rudimentos da sua integridade lingüística e da sua autonomia estrutural primitivas. A enunciação do narrador, tendo integrado na sua composição uma outra enunciação, elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilá-la parcialmente, para associá-la à sua própria unidade sintática, estilística e composicional, embora conservando, pelo menos sob uma forma rudimentar, a autonomia primitiva do discurso de outrem, sem o que ele não poderia ser completamente apreendido.

Nas línguas modemas, certas variantes do discurso indireto, em particular o discurso indireto livre, têm uma tendência inerente a transferir a enunciação citada do domínio da construção lingüística ao plano temático, de conteúdo. Entretanto, mesmo assim, a diluição da palavra citada no contexto narrativo não se efetua, e não poderia efetuar-se, completamente: não somente o conteúdo semantico mas também a estrutura da enunciação citada permanecem relativamente estáveis, de tal forma que a substancia do discurso do outro permanece palpável, como um todo auto-suficiente. Manifesta-se assim, nas formas de transmissão do discurso de outrem, uma *relação ativa* de uma enunciação a outra, e isso não no plano temático, mas através de construções estáveis da própria língua.

Esse fenômeno da *reação da palavra à palavra* é, contudo, radicalmente diferente do que se passa no diálogo. Aí, as réplicas são gramaticalmente separadas e não são integradas num contexto único. Com efeito, não existem formas sintáticas com a função de construir a unidade do diálogo. Se o diálogo se apresenta no contexto do discurso narrativo, estamos simplesmente diante de um caso de discurso direto, isto é, uma das variantes do fenômeno de que estamos tratando.

O problema do diálogo começa a chamar cada vez mais a atenção dos lingüistas e, algumas vezes, torna-se mesmo o centro das preocupações em lingüística[1]. Isso é perfeitamente compreensível, pois, como

[1] Na literatura lingüística russa, só se encontra um estudo consagrado ao problema do diálogo: L. P. Iakubinski "O dialoguítcheskoi rietchi" (Sobre o Discurso Dialogado), *in Rússkaia rietch* (A Fala Russa), Petrogrado, 1923. No livro de V. Vinogradov, *Poézia Anni Akhmátovoi* (A Poesia de Ana Akhmátova), Leningrado, 1925 (ver o capítulo "Os Gestos do Diálogo") encontram-se observações interessantes de caráter semilingüístico e semi-estilístico. Os

sabemos, a unidade real da língua que é realizada na fala (*Sprache als Rede*) não é a enunciação monológica individual e isolada, mas a interação de pelo menos duas enunciações, isto é, o diálogo. O estudo fecundo do diálogo pressupõe, entretanto, uma investigação mais profunda das formas usadas na citação do discurso, uma vez que essas formas refletem tendências básicas e constantes da *recepção ativa do discurso de outrem*, e é essa recepção, afinal, que é fundamental também para o diálogo.

Como, na realidade, apreendemos o discurso de outrem? Como o receptor experimenta a enunciação de outrem na sua consciência, que se exprime por meio do discurso interior? Como é o discurso ativamente absorvido pela consciência e qual a influência que ele tem sobre a orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida? Encontramos justamente nas formas do discurso citação um documento objetivo que esclarece esse problema. Esse documento, quando sabemos lê-lo, dá-nos indicações, não sobre os processos subjetivo-psicológicos passageiros e fortuitos que se passam na "alma" do receptor, mas sobre as tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua. O mecanismo desse processo não se situa na alma individual, mas na sociedade, que escolhe e gramaticaliza - isto é, associa às estruturas gramaticais da língua - apenas os elementos da apreensão ativa, apreciativa, da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constantes e que, por conseqüência, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade lingüística dada.

Naturalmente, há diferenças essenciais entre a recepção ativa da enunciação de outrem e sua transmissão no interior de um contexto. É conveniente levar isso em conta. Toda transmissão, particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica, etc. Além disso, a transmissão leva em conta uma terceira pessoa - a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas. Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso. Numa situação real de diálogo, quando respondemos a um interlocutor, habitualmente não retomamos no nosso discurso as próprias palavras que ele pronunciou. Só o fazemos em casos excepcionais: para afirmar que compreendemos corretamente, para apanhar o interlocutor com suas próprias palavras, etc. É preciso levar em conta todas essas características da situação de transmissão. Mas isso não altera em nada a essência do problema. As condições de transmissão e suas finalidades apenas contribuem para a realização daquilo que já está inscrito nas tendências da apreensão ativa, no quadro do discurso interior; ora, essas últimas só podem desenvolver-se, por sua vez, dentro dos limites das formas existentes numa determinada língua para transmitir o discurso.

Estamos bem longe, é claro, de afirmar que as formas sintáticas - por exemplo as do discurso direto ou indireto - exprimem de maneira direta e imediata as tendências e as formas da apreensão ativa e apreciativa da enunciação de outrem. É evidente que o processo não se

---

lingüistas alemães da escola de Vossler trabalham ativamente na atualidade sobre o diálogo; ver, especialmente, Gertraud Lerch, "Die uneigentliche direkte Rede", *Festschrift für Karl Vossler* (1922).

realiza diretamente sob a forma de discurso direto ou indireto. Essas formas são apenas esquemas padronizados para citar o discurso. Mas esses esquemas e suas variantes só podem ter surgido e tomado forma de acordo com as tendências dominantes da apreensão do discurso de outrem; além disso, na medida em que esses esquemas assumiram uma forma e uma função na língua, eles exercem uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, sobre o desenvolvimento das tendências da apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas.

A língua não é o reflexo das hesitações subjetivo-psicológicas, mas das relações sociais estáveis dos falantes. Conforme a língua, conforme a época ou os grupos sociais, conforme o contexto apresente tal ou qual objetivo específico, vê-se dominar ora uma forma ora outra, ora uma variante ora outra. O que isso atesta é a relativa força ou fraqueza daquelas tendências na interorientação social de uma comunidade de falantes, das quais as próprias formas lingüísticas são cristalizações estabilizadas e antigas. Se, em certas condições bem determinadas, uma forma qualquer se encontra relegada a segundo plano (por exemplo, certas variantes do discurso indireto no romance russo contemporâneo, que são justamente de tipo racionalista dogmático), isso testemunha então a favor do fato de que as tendências dominantes da compreensão e da apreciação da enunciação de outrem têm dificuldade em manifestar-se sob essas formas, pois estas últimas as freiam, não lhes deixando campo suficiente.

Toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso interior. Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar o "fundo perceptivo", é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior. A palavra vai à palavra. É no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação, isto é, a orientação ativa do falante. Esse processo efetua-se em dois planos: de um lado, a enunciação de outrem é recolocada no contexto de comentário efetivo (que se confunde em parte com o que se chama o fundo perceptivo da palavra); na situação (interna e externa), um elo se estabelece com a expressão facial, etc. Ao mesmo tempo prepara-se a *réplica* (Gegenrede). Essas duas operações, a *réplica interior* e o *comentário efetivo*[2] são, naturalmente, organicamente fundidos na unidade da apreensão ativa e não são isoláveis senão de maneira abstrata. Os dois planos da apreensão exprimem-se, objetivam-se no contexto narrativo que engloba o discurso citado. Qualquer que seja a orientação funcional de um determinado contexto - quer se trate de uma obra literária, de um artigo polêmico, da defesa de um advogado, etc. - nele discerniremos claramente essas duas tendências: o *comentário efetivo*, de um lado, e a *réplica*, de outro. Habitualmente, um dos dois é dominante. O discurso citado e o contexto narrativo unem-se por relações dinâmicas, complexas e tensas. E impossível compreender qualquer forma de discurso citado sem levá-

---

[2] O termo é emprestado de L. P. Jakubinski; cf. *loc. cit*.

las em conta.

O erro fundamental dos pesquisadores que já se debruçaram sobre as formas de transmissão do discurso de outrem, é tê-lo sistematicamente divorciado do contexto narrativo. Daí o caráter estático das pesquisas nesse campo (o que se aplica igualmente a todas as investigações em sintaxe). No entanto, o objeto verdadeiro da pesquisa deve ser justamente a interação dinâmica dessas duas dimensões, o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo. Na verdade, eles só têm uma existência real, só se formam e vivem através dessa inter-relação, e não de maneira isolada. O discurso citado e o contexto de transmissão são somente os termos de uma inter-relação dinâmica. Essa dinâmica, por sua vez, reflete a dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal. (Trata-se, naturalmente, de tendências essenciais e constantes dessa comunicação.).

Em que direção pode desenvolver-se a dinâmica da inter-relação entre o discurso narrativo e o discurso citado? Estamos diante de duas orientações principais:

Primeiramente, a tendência fundamental da reação ativa ao discurso de outrem pode visar à conservação da sua integridade e autenticidade. A língua pode esforçar-se por delimitar o discurso citado com fronteiras nítidas e estáveis. Nesse caso, os esquemas lingüísticos e suas variantes têm a função de isolar mais clara e mais estritamente o discurso citado, de protegê-lo de infiltração pelas entoações próprias ao autor, de simplificar e consolidar suas características lingüísticas individuais.

Essa é a primeira orientação; convém discernir claramente nesse quadro até que ponto a apreensão social do discurso de outrem é diferenciada numa determinada comunidade lingüística, até que ponto as expressões, as particularidades estilísticas do discurso, a coloração lexical, etc., são distintamente percebidas e têm uma significação social. Pode ser que o discurso de outrem seja recebido como um único bloco de comportamento social, como uma tomada de posição inanalisável do falante - e nesse caso apenas o "o quê" do discurso é apreendido, enquanto o "como" fica fora do campo de compreensão. Esse tipo de apreensão e de transmissão do discurso de outrem lingüisticamente despersonalizado e preocupado com o sentido objetivo domina em francês antigo e medieval (nesse último caso, constata-se um desenvolvimento importante das variantes do discurso indireto sem sujeito aparente[3]). Encontramos esse mesmo tipo nos documentos russos antigos, embora neles falte quase completamente o esquema do discurso indireto. O tipo dominante nesse caso é o do discurso direto com sujeito não aparente (no sentido lingüístico[4]).

---

[3] Sobre algumas particularidades do antigo francês nessa área ver mais adiante. Sobre o discurso citado em francês medieval, ver Gertraud Lerch. "Die uneigentliche direkte Rede”, in *Festschrift für Karl Vossler*, 1922, p. 122 ss. Ver igualmente Karl Vossler, *Frankreichs Kultur im Spiegel seiner Sprachentwicklung*, 1913.

[4] Por exemplo, na "Canção da Batalha de Igor” [célebre epopéia russa do século XII, anônima, que constitui o primeiro documento escrito em língua russa [sic] (N.d.T.fr.)], não há um único exemplo de discurso indireto, apesar da utilização abundante da "palavra de outrem" nesse documento. Encontra-se

No quadro da primeira orientação, convém discernir igualmente o grau de firmeza ideológica, o grau de autoritarismo e de dogmatismo que acompanha a apreensão do discurso. Quanto mais dogmática for a palavra, menos a apreensão apreciativa admitirá a passagem do verdadeiro ao falso, do bem ao mal, e mais impessoais serão as formas de transmissão do discurso de outrem. Na verdade, dentro de uma situação em que todos os julgamentos sociais de valor são divididos em alternativas nítidas e distintas, não há lugar para uma atitude positiva e atenta a todos os componentes individualizantes da enunciação de outrem. Um dogmatismo autoritário como esse é característico dos textos escritos em francês medieval e em russo antigo. O século XVII na França e o XVIII na Rússia caracterizam-se por um tipo racionalista de dogmatismo que trata de maneira semelhante, embora com orientações diferentes, o componente individual do discurso. No quadro do dogmatismo racionalista, dominam as variantes analisadoras do conteúdo do discurso indireto e as variantes retóricas do discurso direto[5]. As fronteiras que separam o discurso citado do resto da enunciação são nítidas e invioláveis.

Podemos chamar essa primeira orientação na qual se move o dinamismo da interorientação entre o discurso narrativo e o discurso citado, o *estilo linear* (*der lineare Stil*) de citação do discurso de outrem (tomando o termo emprestado do crítico de arte Wölfflin). A tendência principal do estilo linear é criar contornos exteriores nítidos à volta do discurso citado, correspondendo a uma fraqueza do fator individual interno. Nos casos em que existe completa homogeneidade estilística de todo o texto (o autor e suas personagens falam a mesma língua), o discurso construído como sendo o de outrem atinge uma sobriedade e uma plasticidade máximas.

Na segunda orientação da dinâmica da inter-relação da enunciação e do discurso citado, observamos processos de natureza exatamente oposta. A língua elabora meios mais sutis e mais versáteis para permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem. O contexto narrativo esforça-se por desfazer a estrutura compacta e fechada do discurso citado, por absorvê-lo e apagar as suas fronteiras. Podemos chamar esse estilo de transmissão do discurso de outrem o *estilo pictórico*. Sua tendência é atenuar os contornos exteriores nítidos da palavra de outrem. Além disso, o próprio discurso é bem mais individualizado. Os diferentes aspectos da enunciação podem ser sutilmente postos em evidência. Não é apenas o seu sentido objetivo que é apreendido, a asserção que está nela contida, mas também todas as particularidades lingüísticas da sua realização verbal.

Encontra-se igualmente, no quadro dessa segunda orientação, uma variedade de tipos. O narrador pode deliberadamente apagar as fronteiras do discurso citado, a fim de colori-lo com as suas entoações, o seu humor, a sua ironia, o seu ódio, com o seu encantamento ou o seu desprezo. Esse tipo é característico da época do

---

muito raramente o discurso indireto nos anais da Idade Média. O discurso de outrem é sempre introduzido sob a forma de massa compacta, fechada e pouco individualizada.

[5] O discurso indireto é quase inexistente na literatura russa da época clássica.

Renascimento (especialmente em francês), do fim do século XVIII e de quase todo o século XIX. O dogmatismo autoritário e racionalista tende a desaparecer completamente nesse caso. O que domina, é um certo relativismo das apreciações sociais, o que é muito favorável a uma apreensão positiva e intuitiva de todos os matizes lingüísticos individuais do pensamento, das opiniões, dos sentimentos. É sobre esse terreno que se desenvolve a corrente "decorativa" no tratamento do discurso citado, que leva algumas vezes a negligenciar o significado de uma enunciação em favor da sua "cor" - por exemplo, na "escola natural" russa. De fato, no próprio Gogol, a fala das personagens às vezes perde todo o seu sentido objetivo, tornando-se objeto decorativo, da mesma forma que o vestuário, a aparência, a mobília, etc.

Mas existe também um outro tipo, em que a dominante do discurso é deslocada para o discurso citado; esse torna-se, por isso, mais forte e mais ativo que o contexto narrativo que o enquadra. Dessa maneira, o discurso citado é que começa a dissolver, por assim dizer, o contexto narrativo. Esse último perde a grande objetividade que lhe é normalmente inerente em relação ao discurso citado; nessas condições, o contexto narrativo começa a ser percebido - e mesmo a reconhecer-se - como subjetivo, como fala de "outra pessoa". Nas obras literárias, isso é muitas vezes composicionalmente expresso pelo aparecimento de um narrador que substitui o autor propriamente dito. O discurso do narrador é tão individualizado, tão "colorido" e tão desprovido de autoritarismo ideológico como o discurso das personagens. A posição do narrador é fluida, e na maioria dos casos ele usa a linguagem das personagens representadas na obra. Ele não pode opor às suas posições subjetivas, um mundo mais autoritário e mais objetivo. Essa é a natureza da narração em Dostoievski, Andriéi Biéli, Remízov, Sologub e nos romancistas russos contemporâneos[6].

---

[6] Há uma literatura bastante vasta sobre o papel do narrador na epopéia. A obra básica até o presente é a de K. Friedmann, *Die Rolle des Erzählers in der Epek* (1910). Na Rússia, foram os formalistas que despertaram o interesse pelo problema do narrador. V. V. Vinogradov define o discurso do narrador em Gógol como "ziguezagueando do autor para as personagens", cf. *Gógol i naturálnaia chkola* [Gógol e a Escola Natural]). De acordo com Vinogradov, o estilo do narrador de Dostoievski em *Dvóinik* (O Duplo) ocupa uma posição semelhante em relação ao estilo do herói, Goliádkin. Ver "Stil peterbúrgskoi poemi, *Dvóinik*" (O Estilo do Poema de Petersburgo, *O Duplo*), [(*Dostoievski*)], editado por Dolinin, I, 1923, p. 239-241 (a semelhança entre a linguagem do narrador e a linguagem do herói já tinha sido notada por Bielínski). B. M. Engelhardt observa muito corretamente que "não se encontra nenhuma descrição por assim dizer objetiva do mundo exterior em Dostoievski... Devido a esse fato, gerou-se na obra de arte literária uma multiestratificação da realidade que levou a uma dissolução típica do ser, no caso dos sucessores de Dostoievski. Engelhardt observa essa "dissolução do ser" no *Miélki bies* (O Diabinho) de Sologub e no *Peterburg* de A. Biéli. (Ver B. M. Engelhardt. "Ideologuítcheski roman Dostoievskovo" [O Romance Ideológico de Dostoievski], *Dostoievski*, ed. por Dolinin, II, 1925, p. 94). Eis como Bally define o estilo de Zola: "Personne plus que Zola n'a usé et abusé du procédé qui consiste à faire passer tous les événements par le cerveau de ses personnages, à ne décrire les paysages que par leurs yeux, à n'énoncer des idées personelles que par leur bouche. Dans ses derniers romans, ce n'est

Se a ofensiva do contexto narrativo contra o discurso citado traz a marca de um idealismo ou de um coletivismo discretos no que diz respeito à apreensão do discurso de outrem, a decomposição do contexto narrativo testemunha uma posição de individualismo relativista na apreensão do discurso. Neste último, à enunciação citada subjetiva opõe-se um contexto narrativo que comenta e replica e que se reconhece como igualmente subjetivo.

Toda a segunda orientação caracteriza-se por um desenvolvimento notável dos modelos mistos de transmissão do discurso: o discurso indireto sem sujeito aparente e, particularmente, o discurso indireto livre, que é a forma última de enfraquecimento das fronteiras do discurso citado. Ainda, entre as variantes do discurso direto e indireto, predominam aquelas que possuem maior flexibilidade e são mais permeáveis às tendências do contexto narrativo (por exemplo, o discurso direto disperso, as formas de discurso indireto analíticas da textura do discurso, etc.).

O exame de todas essas tendências da apreensão ativa do discurso citado deve levar em conta todas as particularidades dos fenômenos lingüísticos em estudo. O fim que o contexto narrativo procura alcançar é particularmente importante. A esse respeito, o discurso literário transmite com muito mais sutileza que os outros todas as transformações na interorientação sócio-verbal. O discurso retórico, diferentemente do discurso literário, pela própria natureza da sua orientação, não é tão livre na sua maneira de tratar as palavras de outrem. Ele tem, de forma inerente, um sentimento agudo dos direitos de propriedade da palavra e uma preocupação exagerada com a autenticidade. A linguagem judicial intrinsecamente assume uma discrepância nítida entre o subjetivismo verbal das partes num processo e a objetividade do julgamento. A retórica política é análoga. É importante determinar o peso específico dos discursos retórico, judicial ou político na consciência lingüística de um dado grupo social numa determinada época. Além disso, é importante levar sempre em conta a posição que um discurso a ser citado ocupa na hierarquia social de valores. Quanto mais forte for o sentimento de eminência hierárquica na enunciação de outrem, mais claramente definidas serão as suas fronteiras, e menos acessível será ela à

---

plus une manière: c'est un tic, c'est une obsession. Dans *Rome*, pas un coin de la ville éternelle, pas une scène qu'il ne voie par les yeux de son abbé, pas une idée sur la religion qu'il ne formule par son intermédiaire" (*apud* E. Lorck, *Die "Erlebte Rede"*), p. 64. (Ninguém como Zola usou e abusou do procedimento que consiste em fazer passar todos os acontecimentos pela cabeça de suas personagens, em não descrever as paisagens a não ser pelos seus olhos, em só anunciar as idéias pessoais pela sua boca. Nos seus últimos romances, não se trata mais de uma maneira: é um tique, é uma obsessão. Em *Roma*, não ha um canto da cidade eterna, uma cena que ele não veja pelos olhos do seu abade, uma idéia sobre a religião que não seja formulada por seu intermédio).

Um artigo interessante dedicado ao problema do narrador é o de Iliá Gruzdiev, "O priiómakh khudójestvennovo povestvovánia" (Os Procedimentos da Narração Literária) in *Zapíski Peredvíjnovo Teatra* (Notas do Teatro Ambulante), Petrogrado, 1922, n° 40, 41, 42. Entretanto, nenhum desses trabalhos aborda o problema da transmissão do discurso da perspectiva da lingüística.

penetração por tendências exteriores de réplica e comentário. Assim, por exemplo, no interior do quadro do neoclassicismo, nos gêneros menores, observam-se desvios consideráveis do estilo linear, racionalista e dogmático de transmitir a palavra de outrem. É sintomático que o discurso indireto livre tenha atingido o seu primeiro desenvolvimento importante precisamente aí - nas fábulas e contos de La Fontaine.

Para resumir o que acabamos de dizer sobre as tendências possíveis da inter-relação dinâmica do discurso citado e do contexto narrativo, podemos propor a seguinte seqüência cronológica:

1. *Dogmatismo autoritário*, caracterizado pelo estilo linear, impessoal e monumental de transmitir a fala de outrem na Idade Média;

2. *Dogmatismo racionalista*, com seu estilo linear ainda mais pronunciado nos séculos XVII e XVIII;

3. *Individualismo realista e crítico*, com seu estilo pictórico e sua tendência para infiltrar o discurso citado com as réplicas e os comentários do autor (fim do século XVIII e começo do XIX); e, finalmente,

4. *Individualismo relativista*, com a sua diluição do contexto narrativo (época contemporânea).

A língua existe não por si mesma, mas somente em conjunção com a estrutura individual de uma enunciação concreta. É apenas através da enunciação que a língua toma contato com a comunicação, imbui-se do seu poder vital e torna-se uma realidade. As condições da comunicação verbal, suas formas e seus métodos de diferenciação são determinados pelas condições sociais e econômicas da época. As condições mutáveis da comunicação sócio-verbal precisamente são determinantes para as mudanças de formas que observamos no que concerne à transmissão do discurso de outrem. Além disso, aventuramo-nos mesmo a dizer que, nas formas pelas quais a língua registra as impressões do discurso de outrem e da personalidade do locutor, os tipos de comunicação sócio-ideológica em transformação no curso da história manifestam-se com um relevo especial.

CAPÍTULO 10

DISCURSO INDIRETO, DISCURSO DIRETO E SUAS VARIANTES

Estabelecemos as tendências fundamentais da dinâmica da orientação recíproca do discurso citado e do discurso narrativo. Essa dinâmica encontra sua expressão lingüística concreta nos esquemas de transmissão do discurso de outrem e nas variantes dos esquemas de base, que constituem, de alguma forma, os indicadores da relação de força que se estabelece entre o contexto narrativo e o discurso citado num determinado momento do desenvolvimento da língua.

Vamos agora fazer uma breve caracterização dos esquemas e de suas principais variantes do ponto de vista das tendências que indicamos.

Antes de mais nada, é preciso dizer algumas palavras acerca da relação entre as variantes e o esquema de base. Pode-se compará-la à relação entre a realidade viva do ritmo e a abstração que constitui a métrica. O esquema só se realiza sob a forma de uma variante específica. É nas variantes que se acumulam as mudanças, no curso dos séculos e dos decênios, e que se estabilizam os novos hábitos da orientação ativa em relação ao discurso de outrem, os quais se fixam

em seguida sob a forma de representações lingüísticas duráveis nos esquemas sintáticos. As variantes se encontram na fronteira da gramática e da estilística. Algumas vezes, pode haver controvérsia quanto a saber se uma forma de transmissão do discurso de outrem constitui um esquema de base ou uma variante, se se trata de uma questão de gramática ou de estilística. Houve, por exemplo, uma controvérsia dessa ordem a respeito do discurso indireto livre em francês e em alemão entre Bally, por um lado, e Kalepky e Lorck, por outro. Bally recusava-se a reconhecer no discurso indireto livre um legítimo esquema sintático e via-o como uma simples variante estilística. Do nosso ponto de vista, é impossível estabelecer uma fronteira estrita entre a gramática e a estilística, entre o esquema gramatical e sua variante estilística. Essa fronteira é instável na própria vida da língua, onde algumas formas se encontram num processo de gramaticalização, enquanto outras estão em vias de desgramaticalização, e essas formas ambíguas, esses casos limítrofes, é que apresentam maior interesse para o lingüista; é justamente neles que se podem captar as tendências da evolução da língua[1].

Limitaremos nossa caracterização dos esquemas dos discursos direto e indireto à língua literária russa. Mesmo assim, não tentaremos enumerar todas as suas variantes possíveis. Interessa-nos exclusivamente o aspecto metodológico da questão.

Os esquemas sintáticos de transmissão do discurso de outrem são, como se sabe, muito pouco desenvolvidos na língua russa. Além do discurso indireto livre, que é desprovido de marcas sintáticas claras (como ocorre também em alemão), há dois esquemas: o discurso direto e o discurso indireto. Mas não existem entre esses dois esquemas diferenças notáveis como acontece em outras línguas. As marcas do discurso indireto são fracas, e durante a conversa, podem ser facilmente confundidas com as do discurso direto[2].

A ausência de *consecutio temporum* e a não utilização do subjuntivo priva o discurso indireto em russo de identidade própria e não cria um terreno favorável para o desenvolvimento amplo de variantes importantes e interessantes do nosso ponto de vista. Na

---

[1] Ouve-se freqüentemente criticar Vossler e os vosslerianos porque eles se ocupam mais de estilística do que de lingüística propriamente dita. Na realidade, a escola de Vossler se interessa por problemas que estão nos limites das duas disciplinas, porque compreendeu a sua importância metodológica e heurística, e nós vemos nisso razão para admirá-la. Infelizmente, os vosslerianos como sabemos, colocam em primeiro plano os fatores subjetivos psicológicos e os dados estilísticos individuais quando tentam explicar esses fenômenos.

[2] Em muitas outras línguas, o discurso indireto se distingue claramente do discurso direto pela sintaxe (pelo emprego dos tempos, dos modos, das conjunções, dos anafóricos, etc.), de tal forma que ele constitui um esquema complexo de transmissão indireta do discurso. Em russo, entretanto, mesmo aquelas poucas marcas distintivas que mencionamos há pouco freqüentemente perdem seu efeito, de modo que o discurso indireto se confunde com o direto. Óssip, por exemplo, no *Revisor* (O Inspetor Geral) de Gógol diz: "o albergueiro disse *que* eu não *sirvo* de comer enquanto você não tiver pagado sua conta". (Exemplo tirado de Pechkovski, *A Sintaxe Russa*, 3ª ed., p. 553, com itálicos de Pechkovski).

verdade, somos obrigados a afirmar a predominância absoluta do discurso direto em russo. Não houve, na história da língua russa, nenhum período cartesiano, racionalista, durante o qual o "contexto narrativo", racional, seguro de si mesmo e objetivo analisasse e decompusesse o conteúdo objetivo do discurso de outrem e criasse assim variantes complexas e interessantes do discurso indireto.

Todas essas particularidades da língua russa criam uma situação extremamente favorável a um estilo pictórico de transmissão do discurso de outrem, embora, diga-se de passagem, bastante frouxo e flácido, isto é, sem a percepção de limites e oposições a ultrapassar que se sente em outras línguas. O que domina é um modo de interação e de interpenetração extremamente fácil do discurso narrativo e do discurso citado. Isso está relacionado com o papel pouco significativo que a retórica desempenhou na história da língua literária russa, marcada por um estilo linear de transmissão das palavras de outrem, comportando entoações pouco sutis e claramente unívocas.

Vamos expor inicialmente as características do discurso indireto, que constitui o esquema menos elaborado na língua russa. Começaremos por uma pequena crítica a A. M. Pechkovski. Depois de observar que as nossas formas de discurso indireto são pouco elaboradas, ele faz a seguinte declaração, que nos parece um pouco deslocada:

> “Para convencer-se de que o discurso indireto é estranho à língua russa, basta apenas tentar transpor qualquer trecho em discurso direto, mesmo uma simples afirmação, para discurso indireto. Por exemplo: O Asno, abaixando sua cabeça até o chão, diz ao Rouxinol *que nada mal, que sem brincadeira, é bonito ouvi-lo cantar, mas que pena que ele não conhece o Galo deles, que ele poderia dar uma boa melhorada no seu canto, se tomasse algumas lições com ele*".[3]

Se Pechkovski tivesse feito a mesma experiência de transpor mecanicamente o discurso direto para indireto, em francês, observando apenas as regras gramaticais, teria chegado exatamente às mesmas conclusões. Se, por exemplo, ele tivesse tentado passar para formas de discurso indireto o discurso direto ou mesmo indireto livre que La Fontaine usa em suas fábulas (a última forma é muito usada por ele), os resultados obtidos teriam sido tão gramaticalmente corretos e estilisticamente inadequados como no exemplo russo. E isso teria acontecido apesar do fato de ser o discurso indireto livre muito próximo do discurso indireto em francês (as mesmas mudanças de tempo e de pessoa ocorrem em ambos). Toda uma série de palavras, de expressões, de maneiras de dizer que convêm perfeitamente ao discurso

[3] *Ibid.*, p. 554. (O “trecho de discurso direto” que Pechkovski usa para o seu exemplo é tirado da conhecida fábula de Ivan Krylov, o Asno e o Rouxinol. Na fábula, o Asno diz ao Rouxinol depois que este demonstrou a sua arte: “Nada mal! Sem brincadeira, é bonito ouvi-lo cantar! Mas que pena que você não conhece o nosso Galo! Você poderia dar uma boa melhorada no seu canto se tomasse algumas lições com ele”. Pechkovski faz uma transposição puramente mecânica desse trecho para o discurso indireto. O resultado é estranho; na verdade, impossível. A tradução procura dar uma idéia desse resultado. (N.d.T.am.).

direto e indireto livre parecerão completamente estranhos se forem transpostos para o discurso indireto. Pechkovski comete um erro típico de um "gramático". A transposição palavra por palavra, por procedimentos puramente gramaticais, de um esquema para outro, sem fazer as modificações estilísticas correspondentes, é nada mais que um método escolar de exercícios gramaticais, pedagogicamente mau e inadmissível. Esse tipo de aplicação dos esquemas não tem nada a ver com a sua utilização viva na língua. Os esquemas exprimem uma tendência à apreensão ativa do discurso de outrem. Cada esquema recria à sua maneira a enunciação, dando-lhe assim uma orientação particular, específica. Se a língua, num determinado estágio do seu desenvolvimento, percebe a enunciação de outrem como um todo compacto, inanalisável, imutável e impenetrável, ela não comportará nenhum outro esquema além do esquema primitivo e inerte do discurso direto (o estilo monumental). É exatamente essa concepção da imutabilidade da enunciação de outrem, e absoluta literalidade da sua transmissão que Pechkovski adota na sua experiência; mas, ao mesmo tempo, ele procura aplicar o esquema do discurso indireto. O resultado obtido não prova em absoluto que o discurso indireto é estranho à língua russa. Ao contrário, prova que, apesar do pequeno grau de desenvolvimento do esquema indireto em russo, ele é suficientemente caracterizado para impedir a transposição literal de um enunciado qualquer em discurso direto[4].

A singular experiência efetuada por Pechkovski evidencia sua total ignorancia da significação lingüística própria do discurso indireto. Essa significação reside na transmissão *analítica* do discurso de outrem. O emprego do discurso indireto ou de uma de suas variantes implica uma análise da enunciação simultânea ao ato de transposição e inseparável dele. Variam apenas o grau e a orientação da análise. A tendência analítica do discurso indireto manifesta-se principalmente pelo fato de que os elementos *emocionais e afetivos* do discurso não são literalmente transpostos ao discurso indireto, na medida em que não são expressos no conteúdo mas nas *formas* da enunciação. Antes de entrar numa construção indireta, eles passam de formas de discurso a conteúdo ou então encontram se transpostos na proposição principal como um comentário do *verbum dicendi*. Por exemplo, a enunciação direta: "Muito bem! Que grande realização!" não pode ser transposta para discurso indireto da seguinte maneira: "Ele disse que muito bem e que grande realização". Ao contrário, esperamos ou: "Ele disse que estava muito bem e que era uma grande realização", ou "Ele disse entusiasmado que estava bem e que era uma grande realização".

As abreviações, elipses, etc., possíveis no discurso direto por motivos emocionais e afetivos, não são admissíveis no discurso inreto por causa da sua tendência analítica. Esses elementos só entram na sua construção sob uma forma completa e elaborada. No exemplo de Pechkovski, a exclamação do Asno: "Nada mal!" não pode ser diretamente integrada no discurso indireto sob a forma: "Ele diz que nada mal..." mas apenas como: "Ele diz que não estava mal..." ou mesmo "Ele diz que

---

[4] O erro de Pechkovski que analisamos aqui, mostra uma vez mais até que ponto é metodologicamente prejudicial divorciar a gramática da estilística.

o rouxinol não cantava mal". Da mesma forma, "sem brincadeira" não pode ser mecanicamente transposto para o discurso indireto, nem "Que pena que você não conhece..." pode ser transposto como "mas que pena que ele não conhece...".

É óbvio que a mesma impossibilidade de uma transposição mecânica do discurso direto para o indireto também se aplica à forma original de qualquer construção ou características de acentuação que o falante usou para expressar suas intenções. Assim as peculiaridades de construção e de entoação dos enunciados interrogativos, exclamativos ou imperativos não se conservam no discurso indireto, aparecendo apenas no conteúdo.

O discurso indireto ouve de forma diferente o discurso de outrem; ele integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros esquemas deixam de lado. Por isso transposição literal, palavra por palavra, da enunciação construída segundo um outro esquema só é possível nos casos em que a enunciação direta já se apresenta na origem como uma forma algo analítica - isso, naturalmente, dentro dos limites das possibilidades analíticas do discurso direto. A análise é a alma do discurso indireto.

Se examinarmos de mais perto a experiência de Pechkovski, observaremos que a "coloração" lexical de palavras tais como "nada mal" e "dar uma boa melhorada" não são totalmente compatíveis com o espírito analítico que caracteriza o discurso indireto. São expressões muito coloridas; elas não só transmitem o exato significado do que foi dito mas também sugerem a maneira de falar (individual ou tipológica) do Asno enquanto personagem. Poderíamos preferir substituí-los por sinônimos ("bem" ou "fazer progressos") ou, se quiséssemos conservá-las na construção indireta, iríamos pô-las entre aspas, pelo menos. Se fôssemos ler o resultado em voz alta, leríamos as expressões entre aspas de maneira diferente, para dar a entender através da nossa entoação que elas são tomadas diretamente do discurso de outra pessoa e que nós queremos manter distância. Mas aqui entramos no cerne do problema, isto é, na necessidade de distinguir as duas orientações que pode tomar a tendência analítica no discurso indireto e as duas variantes principais correspondentes.

De fato, a análise envolvida numa construção de discurso indireto pode seguir em duas direções ou, mais precisamente, pode dirigir a atenção para dois objetos fundamentalmente diferentes. A enunciação de outrem pode ser apreendida como uma *tornada de posição com conteúdo semântico preciso* por parte do falante, e nesse caso, através da construção indireta, transpõe-se de maneira analítica sua composição objetiva exata (o que disse o falante). Assim, no exemplo considerado, é possível transmitir exatamente o sentido objetivo da apreciação do canto do Rouxinol pelo Asno. Mas pode-se também apreender e transmitir de forma analítica a enunciação de outrem enquanto expressão que caracteriza não só o objeto do discurso (que é, de fato, menor) mas ainda o *próprio falante*: sua maneira de falar (individual, ou tipológica, ou ambas); seu estado de espírito, expresso não no conteúdo mas nas formas do discurso (por exemplo, a fala entrecortada, a escolha da ordem das palavras, a entoação expressiva, etc.); sua capacidade ou incapacidade de exprimir-se bem, etc.

Esses dois objetos de análise da transmissão indireta são

profunda e fundamentalmente diferentes. Num caso, o sentido é decomposto em constituintes semânticos, em elementos objetivos; no outro, a própria enunciação, enquanto tal, é analisada em níveis lingüístico-estilísticos. A segunda tendência, levada ao seu extremo lógico, corresponderia a uma análise lingüística técnica do estilo. Entretanto, simultaneamente com o que poderia parecer uma análise estilística, opera-se também, nesse tipo de transmissão indireta, uma análise objetiva do discurso de outrem; disso resulta, portanto, uma decomposição analítica do sentido objetivo do mesmo modo que da sua forma de representação verbal.

Vamos chamar a primeira variante de *discurso indireto analisador do conteúdo* e a segunda, de *discurso indireto analisador da expressão*. A variante analisadora do conteúdo apreende a enunciação de outrem no *plano meramente temático e permanece* surda e indiferente a tudo que não tenha significação temática. Os aspectos da construção verbal formal que têm uma significação temática, isto é, que são necessários à compreensão da posição semântica do falante, são transformados de maneira temática (no exemplo citado, a construção exclamativa e a expressão de entusiasmo podem ser transmitidas pela palavra "muito") ou então são integrados no contexto narrativo, como uma característica formulada pelo autor.

A variante analisadora do conteúdo abre grandes possibilidades às tendências à réplica e ao comentário no contexto narrativo, ao mesmo tempo que conserva uma *distância nítida e estrita* entre as palavras do narrador e as palavras citadas. Graças a isso, ela constitui um instrumento perfeito de transmissão do discurso de outrem em estilo linear. A tendência a tematizar o discurso de outrem é incontestavelmente inerente a essa variante, e assim ela preserva a integridade e a autonomia da enunciação, não tanto em termos sintáticos mas em termos semânticos (vimos como uma construção expressiva numa enunciação a ser citada pode ser tematizada). Esses resultados, contudo, só são obtidos ao preço de uma certa despersonalização do discurso citado.

A variante analisadora do conteúdo só pode desenvolver-se de maneira razoavelmente ampla e substancial num contexto enunciador suficientemente racional e dogmático, no qual, de qualquer forma, se manifesta um forte interesse pelo conteúdo semântico e onde o autor afirma através de suas próprias palavras, com sua própria personalidade, uma posição de forte conteúdo semântico. Quando isso não ocorre, quando ou a própria linguagem do autor é ela mesma cheia de cor e individualizada, ou quando a fala é passada diretamente a algum narrador de mesma envergadura, essa variante terá apenas uma significação secundária e ocasional (como acontece, por exemplo, em Gógol, Dostoievski e muitos outros).

De uma maneira geral, essa variante é pouco desenvolvida em russo. Ela é encontrada essencialmente nos contextos epistemológicos ou retóricos (de natureza científica, filosófica, política, etc.), nos quais o autor é levado a expor as opiniões de outrem sobre um determinado assunto, a opô-las e delimitá-las. Ela é rara na expressão literária. Só adquire uma certa importância naqueles autores que não hesitam em dar às suas palavras uma *orientação e um peso semânticos*, como por exemplo em Turguiéniev e particularmente em Tolstói. Mas,

mesmo aí, não encontramos a riqueza e a variedade que essa variante desenvolveu em francês e em alemão.

Passemos à variante analisadora da expressão. Ela integra na construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística enquanto expressão. Essas palavras e maneiras de dizer são introduzidas de tal forma que sua especificidade, sua subjetividade, seu caráter típico são claramente percebidos. Na maioria das vezes, elas são colocadas abertamente entre aspas. Aqui estão quatro exemplos:

1. A respeito do morto [Grigori] declarou, fazendo o sinal da cruz, que o tipo tinha qualidades, mas que era estúpido e "*arrasado pela doença*", e pior ainda, que "*ele era um descrente*", e que tinha sido Fiódor Pávlovitch e seu filho mais velho que lhe tinham ensinado "*essa descrença*". (Dostoievski, *Os Irmãos Karamázov*)*.

2. A mesma coisa aconteceu também com os poloneses: eles chegaram com uma demonstração de orgulho e independência. Afirmaram em alta voz que, em primeiro lugar, estavam "*a serviço da Coroa*" e que "*o senhor Mitia*" oferecera 3000 rublos para comprar a honra deles, e que eles tinham visto com seus próprios olhos largas somas de dinheiro nas mãos deles. (*Ibid*.)

3. Krassótkin negou orgulhosamente a acusação, dando a entender que seria realmente uma vergonha "*nos dias que correm*" brincar de cavalinho com os meninos da sua idade, todos com 13 anos, mas que ele fizera isso pelos "*garotos*", porque ele os amava e não reconhecia a ninguém o direito de contestar os seus sentimentos. (*Ibid*.)

4. Ele encontrou Nastasia Filíppovna num estado próximo da completa loucura; dava gritos, tremia, berrava que Rogójin estava escondido no jardim, na sua própria casa, que ela acabava de vê-lo, que ele ia *matá-la... cortar-lhe a garganta!* (Dostoievski, *O Idiota*). (Aqui a construção de discurso indireto retém a entoação expressiva da mensagem original.)

As palavras e expressões de outrem integrados no discurso indireto e percebidos na sua especificidade (particularmente quando são postos entre aspas), sofrem um "estranhamento", para usar a linguagem dos formalistas, um estranhamento que se dá justamente na direção que convém às necessidades do autor: elas adquirem relevo, sua "coloração" se destaca mais claramente, mas ao mesmo tempo elas se acomodam aos matizes da atitude do auto - sua ironia, humor, etc.*

Convém distinguir essa variante do discurso indireto dos casos de

---

* Nesse exemplo e nos que seguem, é o autor quem grifa. (N.d.T.fr.).

* Um exemplo em português, de Eça de Queirós: "Fatigou então Amaro toda uma semana com uma ternura pueril. Lembrava-lhe cada meia hora que "era o papá do seu Carlinhos". (*O Crime do Padre Amaro*). Outro exemplo, este de Fialho de Almeida: "... perguntando se estava por lá um rapazote a modos encorpado, barba nenhuma, uma cicatriz no queixo dum carbúnculo... o filho dela" (*O País das Uvas*). (N.d.T.).

passagem do discurso indireto ao direto sem modificações, se bem que suas funções sejam praticamente idênticas quando o discurso direto continua o indireto, a subjetividade do discurso aparece com maior nitidez e no sentido que convém ao autor. Por exemplo:

1. TrífonBoríssovitch tentou como pôde ser evasivo, mas depois de ter sido questionado pelos camponeses, acabou confessando que tinha achado a nota de cem rublos; acrescentou somente que ele tinha no mesmo momento devolvido tudo escrupulosamente a Dmitri Fiódorovitch, "*palavra de honra, só que, vocês vêem, o cavalheiro, como estava naquele momento completamente bêbado, não consegue lembrar-se*". (Dostoievski, *Os Irmãos Karamázov*).

2. Apesar de todo o respeito devido à memória do seu finado Bárin, ele declarou entre outras coisas que este fora negligente com Mítia e que "*não educava bem as crianças. Sem mim, o menino teria sido comido vivo pelos piolhos*", acrescentou ele, recordando episódios da infância de Mítia. (*Ibid.*)[**]

Tal ocorrência, em que o discurso direto é preparado pelo indireto e emerge como que de dentro dele - como as esculturas de Rodin, em que a figura só parcialmente emerge da pedra - é uma das inumeráveis variantes do discurso direto tratado pictoricamente. Essa é, portanto, a natureza da variante analisadora da expressão do discurso indireto. Ela cria efeitos pictóricos extremamente originais na transmissão do discurso citado. Essa variante supõe um alto grau de individualização da enunciação citada na consciência lingüística, e a capacidade de perceber com discriminação as representações lingüísticas da enunciação, delas extraindo o seu sentido objetivo. Isso é incompatível com a apreensão autoritária ou racionalista da enunciação de outrem. Enquanto procedimento estilístico, essa variante só pode enraizar-se na língua sobre o terreno do individualismo crítico e realista, ao passo que a variante analisadora do conteúdo é justamente característica do individualismo racionalista. Na história da língua russa, esse último período é praticamente inexistente. E isso explica a absoluta predominância da variante analisadora da expressão sobre a variante analisadora do conteúdo em russo. Além disso, a ausência de *consecutio temporum* em russo é muito favorável ao desenvolvimento daquela tendência.

Vemos assim que as nossas duas variantes, embora unidas por uma tendência analítica geral do esquema, exprimem contudo abordagens lingüísticas divergentes do discurso de outrem e da personalidade do falante. Para a primeira variante, a personalidade do falante só existe enquanto ocupa uma posição semântica determinada (cognitiva, ética, moral, de forma de vida) e, fora dessa posição, transmitida de maneira estritamente objetiva, ela não existe para o transmissor. Não

---

[**] Um exemplo de Eça de Queirós: "Havia; e o pároco leu-lhe então em confidência uma carta que tinha ao lado. Era do cônego, que escrevia da Vieira, dizendo "que a São Joaneira tinha já trinta banhos e queria voltar! Eu (acrescentava), perco quase todas as manhãs três, quatro banhos, de propósito para os espaçar e dar tempo, porque cá a minha mulher já sabe que eu sem os meus cinqüenta não vai". (*Op. cit.*). (N.d.T.).

há aqui condições para que a individualidade do falante se cristalize numa imagem.

O oposto é verdadeiro em relação à segunda variante, na qual a individualidade do falante é apresentada como maneira subjetiva (individual ou tipológica), como modo de pensar e falar, o que implica ao mesmo tempo um julgamento de valor do autor sobre esse modo. Aqui a individualidade do falante se cristaliza ao ponto de formar uma imagem.

Em russo, pode-se ainda mencionar uma terceira variante, bastante importante, da construção indireta. Ela é essencialmente utilizada para a transmissão do discurso interior, dos pensamentos e sentimentos da personagem. Ela trata o discurso de outrem com bastante liberdade, abrevia-o, indicando freqüentemente apenas os seus temas e suas dominantes: por isso, pode ser chamado *impressionista*. A entoação do autor flutua livre e facilmente sobre a sua estrutura fluída. Eis um exemplo clássico dessa variante impressionista, tirado do *Cavaleiro de Bronze* de Púchkin:

> "Em que pensava ele? Que era pobre; que precisava tentar conquistar a independência e o respeito pelo esforço: que Deus bem podia lhe ter concedido um pouco mais de inteligência e de dinheiro. Pois não existem aqueles afortunados preguiçosos, estúpidos, *para quem a vida é uma moleza*? Que ele estivera em serviço durante dois anos ao todo; pensava também que o tempo não estava melhorando; que o rio continuava subindo; que as pontes sobre o Neva estariam muito provavelmente levantadas e que ele estaria dois ou três dias separado da sua Paracha."

Observamos por esse exemplo que a variante impressionista do discurso indireto se encontra a meio caminho entre a variante analisadora do conteúdo e a variante analisadora da expressão. Em alguns momentos, opera-se uma análise objetiva bem nítida. Algumas das palavras e das maneiras de dizer originaram-se claramente na mente do herói, Eugênio (embora não se enfatize a sua especificidade). Mas o que se percebe mais é a ironia do autor, sua acentuação, a atividade empregada para organizar e abreviar o conteúdo a expressar.

Passemos agora ao esquema do discurso direto, que é muito bem elaborado na língua literária russa e possui uma imensa variedade de modificações. Desde os blocos maciços, inertes, indecomponíveis do discurso direto tal como é encontrado nos textos russos antigos, até aos procedimentos flexíveis e freqüentemente ambíguos utilizados para inserir o discurso direto no seu contexto na língua contemporânea, desenrola-se o longo e instrutivo caminho do seu desenvolvimento histórico. Mas abster-nos-emos não só de examinar essa caminhada histórica como também de fazer uma descrição sincrônica das variantes efetivas do discurso direto na língua literária. Limitar-nos-emos simplesmente àquelas variantes nas quais se efetua uma troca de entoações, nas quais se constata um estágio recíproco entre o discurso narrativo e o discurso citado. Além disso, não nos interessaremos tanto pelos casos em que o discurso narrativo avança contra a enunciação citada, contaminando-a com suas entoações próprias, como por aqueles em que, ao contrário, as palavras citadas espalham-se e enxameiam por todo o contexto narrativo, tornando-o flexível e

ambíguo. Aliás, não é sempre possível diferenciar os dois casos: muitas vezes, o contágio revela-se justamente recíproco.

A primeira orientação da inter-relação dinâmica, caracterizada pela "imposição" do autor, pode ser chamada *discurso direto preparado*[5].

O caso do discurso direto que emerge do indireto (que já expusemos) pertence a essa categoria. Uma ocorrência particularmente interessante e de largo uso dessa variante é a emergência do discurso direto de dentro do indireto livre. Como a natureza deste último é meio narrativa, meio transmissora da palavra de outrem, ele já prepara a percepção do discurso direto. Os temas básicos do discurso direto que virá são antecipados pelo contexto e coloridos pelas entoações do autor. Dessa maneira, as fronteiras da enunciação de outrem são bastante enfraquecidas. A descrição do estado de espírito do príncipe Míchkin às beiras de um ataque epiléptico, em *O Idiota*, de Dostoievski, constitui um exemplo clássico dessa variante. Ela cobre, na verdade, quase todo o quinto capítulo da segunda parte dessa obra (encontram-se aí também magníficos exemplos de discurso indireto livre). Aqui, o discurso direto do príncipe só ecoa no seu mundo pessoal, pois a narrativa é conduzida pelo autor dentro dos limites do horizonte do príncipe. O discurso citado destaca-se sobre um fundo perceptivo que pertence metade ao autor e metade ao herói. Entretanto, fica perfeitamente claro para nós que uma infiltração profunda das entoações do autor no discurso direto é quase sempre acompanhada por um enfraquecimento da objetividade do contexto narrativo.

Outra modificação na mesma direção pode ser denominada *discurso direto esvaziado*. O contexto narrativo aqui é construído de tal forma que a caracterização objetiva do herói, feita pelo autor, lança espessas sombras sobre o seu discurso direto. As apreciações e o valor emocional de que sua representação objetiva está carregada, transmitem-se às palavras do herói. O peso semântico das palavras citadas diminui, mas, em compensação, sua significação caracterizadora se reforça, da mesma forma que sua tonalidade ou seu valor típico. De maneira semelhante, quando reconhecemos uma personagem cômica no palco por seu estilo de maquilagem, sua roupa e sua atitude geral, já estamos prontos a rir mesmo antes de apreender o sentido de suas palavras. É assim que se apresenta, na maior parte das vezes, o discurso direto em Gógol e nos representantes da chamada escola natural. Na sua primeira obra, Dostoievski precisamente esforçou-se por dar vida a esse discurso direto particularizado.

A preparação do discurso citado e a antecipação de seu tema e de seus valores e inflexões na narração pode de tal forma colorir o contexto narrativo com as tonalidades do herói que ele termina por assemelhar-se ao discurso citado, embora conservando as entoações próprias ao autor. Conduzir a narrativa exclusivamente dentro dos

---

[5] Não nos ocuparemos aqui dos procedimentos mais primitivos de que dispõe o autor para replicar ao discurso direto e comentá-lo: a utilização do itálico (que equivale a um deslocamento de acento), a inserção aqui e ali de observações e conclusões entre parênteses, ou mesmo simplesmente o ponto de exclamação, de interrogação, o *sic*, etc. Para atenuar a inércia do discurso direto, outro procedimento muito eficaz consiste nas várias possibilidades de colocação do verbo introdutor, associado por vezes a observações, réplicas e comentários.

limites da ótica do herói (o que, como vimos, Bally reprova em Zola), não somente de um ponto de vista espácio-temporal mas também do ponto de vista dos valores e entoações, cria um tipo extremamente original de pano de fundo perceptivo para as enunciações citadas. Dá-nos o direito de falar de uma variante especial: *o discurso citado antecipado e disseminado*, oculto no contexto narrativo e aparecendo realmente no discurso direto do herói. Essa variante é muito utilizada na prosa contemporânea, particularmente em Andriéi Biéli e nos escritores que sofreram a sua *influência* (por exemplo, no *Nicolau Kurbov*, de Ehrenburg). Os exemplos clássicos, entretanto, devem ser procurados na primeira e segunda fase de Dostoievski (na sua última fase, essa variante é encontrada com menos freqüência). Vamos deter-nos na análise da sua Skviérni anekdot (Uma História Desagradável).

Toda a narrativa poderia ser posta entre aspas como se fosse de um "narrador", embora isso não seja marcado temática ou composicionalmente. Mas, no interior da narrativa, praticamente cada epíteto, cada definição ou julgamento de valor poderiam também estar entre aspas, como se tivessem saído da consciência de uma ou outra das personagens. Eis uma passagem curta tirada do começo da narrativa:

"Naquele tempo, numa noite de inverno clara e gelada, por volta da meia-noite, três *cavalheiros extremamente respeitáveis* estavam sentados num aposento confortável e até mesmo luxuosamente arrumado numa soberba casa de dois andares, situada em São Petersburgo, e estavam ocupados em uma conversa *séria e de alto nível* sobre um assunto *extremamente interessante*. Eles estavam sentados à volta de uma mesinha, cada um numa *soberba* poltrona *macia*, e durante as pausas na conversa eles *confortavelmente* bebericavam champanha."

Se fizéssemos abstração do notável e complexo jogo de entoações nessa passagem, seríamos levados a considerá-la como muito medíocre e mesmo nula do ponto de vista estilístico. De fato, nas poucas linhas da descrição, encontra-se duas vezes o epíteto "soberbo", duas vezes "confortável", e os outros epítetos são "luxuoso", "séria", "alto nível" e "extremamente interessante"! Um estilo como esse só poderia merecer uma condenação severa, se considerássemos que ele emana seriamente do autor (como em Turguiéniev ou Tolstói) ou mesmo do narrador, mas dele apenas (como na narrativa monolítica em primeira pessoa). Entretanto, é impossível considerar esse trecho dessa forma. Cada um desses qualificativos medíocres, pálidos, vazios de sentido constitui uma arena em que se defrontam e lutam duas entoações dois pontos de vista, dois discursos.

Vamos examinar ainda alguns excertos em que se encontra caracterizado o dono da casa, o conselheiro secreto Nikíforov:

"Duas palavras acerca dele: começara sua carreira como pequeno funcionário, seguira sua rotinazinha tranqüilamente durante quarenta e cinco anos ininterruptos... Detestava particularmente a desordem e o entusiasmo, considerava a sua desordem (a de uma certa mulher) como um fato de costumes e pelo fim da sua vida enterrara-se completamente num conforto *suave e preguiçoso* e num isolamento sistemático. (...) Sua aparência exterior era *extremamente correta e bem cuidada*, ele parecia mais jovem do que era, conservara-se bem e prometia viver ainda por muito tempo; tinha *maneiras de um perfeito cavalheiro*. Seu emprego era bastante confortável: ele era o chefe

de alguma coisa e dava a sua assinatura de vez em quando. Em uma palavra, era considerado um *homem decididamente superior*. Ele tinha uma única paixão ou, melhor dizendo, um único desejo ardente; o de possuir sua *própria casa*, uma casa de nobre, não de burguês. Seu desejo finalmente se realizara."

Vemos agora claramente de onde vêm esses epítetos medíocres e sem originalidade, mas que têm - e quanto! - classe, na passagem citada. Eles saíram da mente do general, evocam o seu pequeno conforto, sua pequena casa particular, sua situação, seu grau, enfim a consciência do conselheiro secreto Nikíforov, um homem "bem-sucedido". Eles poderiam ter sido postos entre aspas, como o discurso citado de Nikíforov. Mas não pertencem só a ele. Afinal de contas, a história está sendo contada por um narrador, que parecia ser solidário com os "generais", que lhes faz reverências, adota a atitude deles em todas as coisas, fala a sua língua; mas, ao mesmo tempo, provocativamente excede-se, expondo todas as suas enunciações reais e potenciais à ironia e desprezo do autor. Por cada um desses epítetos banais, o autor, através do seu narrador, ironiza o seu herói e torna-o ridículo. É isso que cria o complexo jogo de entoações na passagem citada - um jogo de entoações que a leitura em voz alta dificilmente permite reproduzir.*

A seqüência da narrativa é inteiramente construída em função da perspectiva da outra personagem principal, Pralinski. Ela é toda semeada de epítetos, de apreciações dessa personagem, que constituem o seu discurso oculto, e é sobre esse fundo, impregnado da ironia do autor, que se destaca o seu discurso direto efetivo, entre aspas, discurso tanto exterior como interior.

Assim, praticamente, cada palavra dessa narrativa *pertence simultaneamente*, do ponto de vista da sua expressividade, da sua tonalidade emocional, do seu relevo na frase, *a dois contextos que se entrecruzam, a dois discursos*: o discurso do autor-narrador (irônico, gozador) e o da personagem (que não tem nada de irônico). É essa simultânea participação de dois discursos, diferentemente orientados na sua expressão, que explica a particularidade das construções de frases, as "rupturas de sintaxe" e a particularidade do estilo. Nos limites de um único desses discursos, a frase seria construída de outra maneira e outro seria o estilo. Estamos em presença de um exemplo típico de um fenômeno lingüístico raramente estudado - *as interferências de discurso*.

Em russo, esse fenômeno da interferência de discurso se realiza parcialmente no quadro da variante analisadora da expressão do discurso indireto, nos casos relativamente raros em que o discurso indireto conserva não apenas palavras e expressões isoladas mas também a estrutura expressiva da enunciação citada. Era esse o caso no nosso

---

* Um exemplo em português: "Passeia, às vezes, pelas ruas centrais do Porto, ao cair da tarde, uma estranha figura. A bem dizer, duas estranhas figuras. Porque menina Olímpia nunca deixou de ter criada (aliás sempre a mesma) e a sua criada a acompanha nessas lentas digressões. Lentas? Não só lentas: lentas e solenes, majestosas, sistematizadas, rituais - quer pelo ar de menina Olímpia quando passeia, quer pela ordem a que submete esses passeios." (José Régio, "Menina Olímpia e a Sua Criada Belarmina", *in História de Mulheres*). (N.d.T.).

quarto exemplo, em que a construção exclamativa da enunciação direta passou para o discurso indireto, embora numa forma enfraquecida. Resulta disso uma certa discordância entre a entoação calmamente narrativa, conforme às leis de transmissão analítica do autor, e a entoação histérica, excitada, da heroína às beiras da loucura. Daí o caráter deformado da configuração sintática dessa frase, que serve a dois senhores, pertencendo ao mesmo tempo a dois discursos. O discurso indireto, entretanto, não fornece as condições para a constituição de nada que se assemelhe a uma expressão estilística distinta e duradoura desse fenômeno de interferência de discurso.

O *discurso indireto livre* constitui o caso mais importante e sintaticamente mais bem fixado (pelo menos em francês) de convergência interferente de dois discursos com diversa orientação do ponto de vista da entoação. Dada a sua excepcional importância, vamos consagrar-lhe todo o próximo capítulo. Isso nos dará a oportunidade de examinar o estado dessa questão na lingüística românica e germânica. A controvérsia corrente sobre o discurso indireto livre, as opiniões enunciadas a seu respeito (particularmente na escola de Vossler) apresentam um grande interesse metodológico e devem, portanto, ser submetidas à nossa análise crítica.

Ainda dentro dos objetivos do presente capítulo, vamos examinar alguns fatos, aparentados em russo ao discurso indireto livre e que, provavelmente, podem ter servido de base para o seu surgimento e sua formação.

Nós nos interessamos, até o momento, apenas pelas variantes com duplo sentido, com duas faces, do discurso direto tal como é utilizado na literatura, e por isso é que não tocamos numa das suas variantes "lineares" mais importantes: o *discurso direto retórico*. Essa variante de valor "persuasivo", com suas diversas variações, tem grande significação sociológica. Não podemos demorar-nos nessas formas mas vamos dar atenção a algumas manifestações associadas com a retórica.

Há nas relações sociais aquilo que é chamado a *pergunta retórica*, ou a *exclamação retórica*. Alguns casos desse fenômeno são especialmente interessantes por causa do problema da sua localização contextual. Eles situam-se, de alguma forma, na própria fronteira do discurso narrativo e do discurso citado (usualmente discurso interior) e entram muitas vezes diretamente em um ou outro discurso. Assim, podem ser interpretados como uma pergunta ou exclamação da parte do autor, mas também, ao mesmo tempo, como pergunta ou exclamação da parte da personagem, dirigida a si mesma.

Eis um exemplo de pergunta:

“Mas quem então, à luz da lua, em meio a um silêncio profundo, caminha com passos furtivos? O Russo bruscamente percebeu. Diante dos seus olhos, fazendo-lhe uma saudação terna e muda, está uma jovem circassiana. (...) Ele olha-a em silêncio e pensa: "É um sonho ilusório, o jogo mentiroso dos meus sentidos fatigados." (Púchkin, *O Prisioneiro do Cáucaso*.)

As últimas palavras (interiores) do herói respondem, de alguma forma, à pergunta retórica do autor e esta última pode ser analisada como pergunta do herói no seu próprio discurso interior.

Eis um exemplo de exclamação:

"Tudo acabou, disse o som terrível; a natureza diante dele revelou-se. Adeus, liberdade sagrada! Ele é um escravo!" (*Ibid.*)

Uma ocorrência particularmente freqüente em prosa é o caso em que uma pergunta como "O que fazer?" introduz as deliberações interiores do herói ou a narrativa de suas ações - constituindo essa questão ao mesmo tempo uma pergunta do autor e a do herói que se encontra em uma situação difícil. Entretanto, nesse tipo de pergunta, e de exclamação, é a atitude ativa do autor que predomina; é por isso que elas não são colocadas entre aspas. O autor em pessoa fica aqui na frente da cena, substitui o seu herói, servindo-lhe de porta-voz. Eis um exemplo:

"Apoiando-se sobre suas lanças, os cossacos observam o curso sombrio do rio, enquanto, ocultos pelo nevoeiro, um bandido e sua arma passam flutuando... O que pensam vocês, cossacos? Recordam batalhas de anos passados?... Adeus, livres aldeias fronteiriças, casa paterna, tranqüilo Don, guerra e jovens bonitas. O inimigo oculto alcançou nossas margens, a flecha deixa o cartaz, assobia e o cossaco tomba ensangüentado da barricada." (*Ibid.*)

Aqui, o autor se apresenta no lugar do seu herói, diz em seu lugar o que ele *poderia* ou *deveria* dizer, o que *convém* dizer. Púchkin diz adeus à pátria pelo cossaco (o que o cossaco não pode fazer, naturalmente). Esse tomar a palavra em nome de outro já está muito próximo do discurso indireto livre. Vamos denominar esse caso *discurso direto substituído*. Naturalmente, uma tal substituição supõe um *paralelismo de entoações*, correndo na mesma direção a entoação do discurso do autor e o discurso substituído do herói (o que ele poderia ou deveria pronunciar e do qual o autor se encarrega); por isso, não há nenhuma interferência nesse caso.

Quando há solidariedade total entre autor e herói nos limites de um contexto retoricamente construído, no que concerne às apreciações e entoações, a retórica do autor e a do herói podem eventualmente sobrepor-se uma à outra; suas vozes, então, fundem-se e criam-se longos períodos que pertencem simultaneamente à narrativa do autor e ao discurso interior (por vezes mesmo exterior) do herói. Resulta disso um fenômeno que não se pode praticamente mais distinguir do discurso indireto livre. Nele, só falta a interferência. Foi sobre a base da retórica byroniana do jovem Púchkin que se constituiu, pela primeira vez ao que parece, o discurso indireto livre. Em *O Prisioneiro do Cáucaso*, o autor é completamente solidário de seu herói nas suas apreciações e entoações. A narrativa é construída na tonalidade do herói, o discurso do herói na tonalidade do autor. Encontramos o seguinte caso, por exemplo:

"Lá embaixo alinham-se os cimos idênticos das colinas; entre elas, um caminho isolado perde se ao longe, sinistro. O jovem peito do prisioneiro *estava agitado por pensamentos opressivos*... O caminho longínquo leva à Rússia, onde ele passou sua ardente juventude, tão orgulhosa e sem cuidados; onde ele conheceu as primeiras alegrias, onde encontrou tanta beleza, onde passara tanto sofrimento, onde destruíra toda esperança, toda alegria e desejo por sua vida agitada... Aprendeu a conhecer as pessoas e o mundo, conheceu o preço de uma vida incerta. No coração dos homens, encontrou a

traição, nas aspirações amorosas, um sonho insensato... Liberdade! Apenas por ti ele prosseguia na sua busca neste mundo sublunar... Tudo passou... ele não vê nada no mundo que possa trazer-lhe a esperança. E *vós*, últimos sonhos, *vós* também lhe escapais. Ele é um escravo." (*Ibid.*)

Aqui são claramente os "pensamentos opressivos" do próprio prisioneiro que são expressos. Trata-se do *seu* discurso, embora formalmente dito pelo autor. Se substituirmos o pronome pessoal "ele" por "eu" e mudarmos as formas verbais correspondentes, não resultará nenhuma incoerência ou dissonância estilística, ou outra qualquer. É sintomático que esse discurso contenha apóstrofes na segunda pessoa (à "liberdade", aos "sonhos") que acentuam ainda mais a identificação do autor com o herói. Do ponto de vista estilístico e semântico, esse discurso do herói não se distingue em nada do discurso retórico direto, que ele pronuncia na segunda parte do poema:

"Esquece me! eu não sou digno do teu amor, dos teus anseios... Sem embriaguez, sem desejos, eu definho, vítima das paixões. Por que não apareceste mais cedo aos meus olhos, quando eu cria na esperança e nos sonhos embriagadores! Muito tarde! Estou morto para a felicidade, as miragens da esperança já se dissiparam..." (*Ibid.*)

Todos os autores que escreveram sobre o discurso indireto livre (exceto talvez unicamente Bally) reconheceriam no nosso exemplo um espécimen genuíno. Nós, contudo, inclinamo-nos a considerar que se trata de um discurso por substituição. É verdade que, daí ao discurso indireto livre, só há um passo. E Puchkin deu esse passo quando se separou de seus heróis, opondo-lhes um contexto narrativo mais objetivo, marcado por suas próprias apreciações e entoações. No exemplo que utilizamos, falta a interferência entre o discurso narrativo e o discurso citado e, conseqüentemente, os índices gramaticais e sintáticos que caracterizam o discurso indireto livre para distingui-lo do contexto narrativo circundante. Com efeito, nesse caso preciso, identificamos o discurso do prisioneiro graças a índices puramente semânticos. Não percebemos aqui a convergência de dois discursos *diferentemente* orientados, não percebemos a flexibilidade do discurso citado que resiste por trás da transmissão pelo autor.

Para mostrar, afinal, o que é realmente o discurso indireto livre, forneceremos um notável exemplo tirado de *Poltava*, de Puchkin. Terminaremos com ele este capítulo:

"Mas ele (Kotchubei) escondeu no fundo do seu coração uma cólera temerária. Na sua dor, privado de forças, seus pensamentos voltam-se agora para o túmulo. Não quer mal a Mazepa, sua filha é a única culpada. Mas a ela também perdoa: que ela responda diante de Deus o ter esquecido o céu e a lei, o ter lançado a vergonha sobre a família... Entretanto, com seu olhar de água, ele procura no círculo dos seus familiares companheiros audazes, inquebrantáveis, incorruptíveis..."*

---

* Transcrevemos, a seguir, uma citação que Mattoso Câmara Jr. usa para exemplificar o emprego do discurso indireto livre em Machado de Assis: "Minha mãe foi achá-lo à beira do poço, e intimou-lhe que vivesse. *Que maluquice era*

CAPÍTULO 11

DISCURSO INDIRETO LIVRE EM FRANCÊS, ALEMÃO E RUSSO

Diferentes autores propuseram diferentes termos para designar o fenômeno do discurso indireto livre. De fato, cada um daqueles que escreveram sobre esse assunto propuseram seu próprio termo. Nós temos usado, e continuaremos a fazê-lo, o termo de Gertraud Lerch Uneigentliche direkte Rede*, como o mais neutro de todos os termos propostos, e o que implica o mínimo de teorização. Na sua aplicação ao russo e ao alemão, esse termo é irrepreensível. É apenas em francês que o seu uso pode levantar dúvidas[1].

---

aquela de parecer que ia ficar desgraçado, por causa de uma gratificação menos, e perder um emprego interino? Não, senhor, devia ser homem, pai de família, imitar a mulher e a filha..." (*D. Casmurro*, p. 48, apud Mattoso Câmara Jr., "O Estilo Indireto Livre em Machado de Assis", in *Miscelânea de Estudos em Honra de Antenor Nascentes*, Rio, 1941, p. 22). (Os grifos são de Mattoso.) (N.d.T.).

* Na verdade, o termo alemão usado por G. Lerch conserva-se mais fielmente na tradução norte-americana, que usa "quasi-direct discourse", do que no "discurso indireto livre" que a tradução francesa adota e que nós também temos empregado. A nossa escolha deve-se ao fato de termos preferido manter a expressão que j á se firmou na literatura especializada em português, em vez de introduzir uma nova. Veja-se, por exemplo Mattoso Câmara Jr., "o Discurso Indireto Livre em Machado de Assis", *Op. cit.*, p. 19-30. (N.d.T.)

[1] Eis aqui alguns exemplos de discurso indireto livre em francês:

1. Il protesta: *Son père la haissait!*

Em discurso direto, seria:

Il protesta et s'écria: "*Mon père te hait!*"

Em discurso indireto:

Il protesta et s'écria que son père la haïssait.

Em discurso indireto livre:

A primeira menção desse fenômeno como uma forma especial de citação do discurso, ao lado do discurso direto e indireto, deve-se a Tobler em 1887 (*Zeitschrift für Romanische Philologie*, XI, 437).

Tobler definiu o discurso indireto livre como uma "peculiar mistura de discurso direto e indireto" (*eigentümliche Mischung direkter und indirekterede*). Essa forma mista, segundo Tobler, deriva o seu *tom* e a *ordem das palavras* do discurso direto e os tempos verbais e pessoas do discurso indireto.

Como uma mera descrição, essa definição é aceitável. De fato, do ponto de vista superficial da descrição comparativa de propriedades, Tobler indicou corretamente as semelhanças e diferenças entre a forma em questão e os discursos direto e indireto.

Mas a palavra "mistura" parece-nos totalmente inaceitável aqui, uma vez que implica uma explicação de tipo "genético": "formado de uma mistura de" - o que dificilmente pode ser provado. Mesmo do ponto de vista estritamente descritivo, o termo é inexato, já que não nos encontramos diante de uma simples mistura mecânica, da soma aritmética de duas formas, mas antes de uma tendência completamente *nova*, positiva, na apreensão ativa da enunciação de outrem, de uma orientação *particular* da interação do discurso narrativo e do discurso citado. Tobler permanece insensível a essa dinâmica, e registra apenas os índices abstratos que aparecem nos esquemas. Essa é, portanto, a definição de Tobler. Mas como explica ele aparição dessa forma?

O falante, contando fatos passados, introduz a enunciação de um terceiro sob uma forma independente da narrativa, isto é, na forma que ela teve no passado. Fazendo isso, o falante transforma o presente da enunciação em imperfeito, para mostrar que a enunciação é contemporânea dos acontecimentos relatados. Depois ele realiza outras transformações (das formas pessoais do verbo, dos pronomes) para que não se pense que se trata da enunciação do próprio narrador.

Essa explicação de Tobler funda-se sobre um esquema incorreto, mas muito difundido na velha escola lingüística: isto é, se o falante tivesse, consciente e premeditadamente, planejado introduzir a nova forma, quais teriam sido o seu raciocínio e a sua motivação? Mas, mesmo admitindo que esse esquema fosse aceitável, as motivações do "falante' de Tobler não são nem muito convincentes nem muitos claras:

Il protesta: "*Son père*, s'écriat-t-il, *la haïssait*!”
(Exemplo de Balzac citado por G. Lerch).

2. Tout le jour, il avait l’oeil au guet; et la nuit, si quelque chat faisait du bruit, *le chat prenait l’argent*. (La Fontaine).

3. En vain il (le colonel) parla de la sauvagerie du pays et de la difficulté pour une femme d’y voyager : elle (miss Lydia) *ne craignait rien ; elle aimait par-dessus tout à voyager à cheval ; elle se faisait une fête de coucher au bivac ; elle menaçait d’aller en Asie Mineure*. Bref, *elle avait réponse* à tout, *car jamais Anglaise n’avait été en Corse ; donc, elle devait y aller*. P. Mérimée, Colomba.

4. Resté seul dans l’embrasure de la fenêtre, le cardinal s’y tint immobile, un instant encore... Et ses bras frémissant se tendirent, en un geste d’imploration : « *O Dieu ! puisque ce médecin s’en allait ainsi, heureux de sauver l’embarras de son impuissance, ô Dieu! que ne faisiez-vous un miracle, pour montrer l’eclat de voire pouvoir sans bornes ! Un miracle !* Il le demandait du fond de sons âme de croyant. (Zola, Rome).

(Os exemplos 3 e 4 são citados e discutidos por Kalepky e Lorck).

se ele quer conservar à enunciação a autonomia que ela teve no passado, não seria melhor simplesmente transmiti-la sob a forma de discurso direto? Não haveria então nenhuma dúvida de que a enunciação se reporta ao passado e pertence ao herói, não ao narrador; ou ainda, se se escolhe o imperfeito e a terceira pessoa, não seria mais simples utilizar de uma vez a forma do discurso indireto? O problema é que o que é *básico* na nossa forma - *a inter-relação completamente nova entre o discurso narrativo e o discurso citado* - é exatamente o que os motivos de Tobler não conseguem explicar. Para ele, trata-se simplesmente de duas formas velhas das quais ele quer obter de qualquer forma uma nova.

Na nossa opinião, o que pode, na melhor das hipóteses, ser explicado por esse tipo de argumento sobre as motivações do falante, é meramente o uso em uma ou outra concreta ocorrência de uma forma *já existente*, mas em nenhuma circunstancia poderá explicar a criação de uma *nova forma lingüística*. A expressão plena e íntegra das motivações e intenções do falante é limitada, de um lado, pelas possibilidades gramaticais efetivas, e de outro, pelas condições da comunicação sócio-verbal predominantes num determinado grupo. Essas possibilidades e condições são *dadas*, e delimitam o horizonte lingüístico do falante. Ele não poderia por si só alargá-lo.

Não importa quais sejam as intenções que o falante pretenda transmitir, quais os erros que ele cometa, como ele analise as formas, misture-as ou combine-as, ele nunca criará um novo esquema lingüístico nem uma nova tendência na comunicação sócio-verbal. As suas intenções subjetivas terão um caráter criativo apenas quando houver nelas alguma coisa que coincida com tendências na comunicação sócio-verbal dos falantes em processo de formação, de evolução; e essas tendências dependem de fatores sócio-econômicos. Para que se constituísse essa forma de percepção completamente nova do discurso de outrem, que encontrou sua expressão no discurso indireto livre, foi preciso que se produzisse alguma mudança, alguma comoção no interior as relações sócio-verbais e da orientação recíproca das enunciações. Uma vez constituída,essa forma começa a integrar o círculo das possibilidades lingüísticas, dentro de cujos limites apenas podem determinar-se, motivar-se e realizar-se de maneira produtiva as intenções verbais individuais dos falantes.

Passemos agora a Kalepky, que igualmente estudou o discurso indireto livre (*Zeitschrift für Romanische Philologie*, 1899, p.491-513). Ele reconheceu o discurso indireto livre como uma forma completamente autônoma de citação do discurso de outrem e definiu-o como um discurso *oculto* ou *velado* (*verschleierte Rede*). A significação lingüística dessa forma reside no fato de que é preciso *adivinhar* quem tem a palavra. A análise de Kalepky constitui incontestavelmente um grande passo à frente no estudo do nosso problema. Em lugar da combinação mecanicista das propriedades abstratas de dois esquemas sintáticos, ele esforça-se por *apreender* uma *nova* orientação estilística *positiva* dessa forma. Kalepky também interpretou corretamente a *dualidade* do discurso indireto livre. Entretanto, definiu-a impropriamente. É impossível estar de acordo com ele quando diz que nos encontramos em presença de um discurso "mascarado" e que apenas o fato de ter que identificar o falante é que dá interesse a

esse recurso gramatical. É evidente que ninguém fundamenta o ato de compreensão em reflexões gramaticais abstratas. Fica imediatamente claro a qualquer um que, *de acordo com o sentido*, é o herói que fala. As dificuldades só são levantadas pelo gramático. Além disso, nossa forma não oferece de modo algum um dilema do tipo "ou... ou"; ao contrário, o que faz dela uma forma específica é o fato de o herói e o autor exprimirem-se conjuntamente, de, nos limites de uma mesma e única construção, ouvirem-se ressoar as entoações de duas vozes diferentes. Já vimos que as estruturas da língua se prestam igualmente ao fenômeno da camuflagem prolongada do discurso de outrem. Vimos que a ação camuflada desse discurso citado encaixado no contexto narrativo está na origem de um fenômeno gramatical e estilístico específico. Mas trata-se aí de uma outra variante do discurso citado. O discurso indireto livre funciona de *rosto descoberto*, embora tenha duas faces, como Jano.

A insuficiência metodológica principal de Kalepky reside no fato de que ele explica o fenômeno lingüístico que nos ocupa, nos limites da *consciência individual*; procura suas raízes psíquicas e seus efeitos subjetivo-estéticos. Retornaremos à crítica dos fundamentos dessa abordagem quando examinarmos as posições dos vosslerianos (Lorck, E. Lerch, G. Lerch).

Foi em 1912 que Bally se manifestou sobre essa questão (*Germanisch-romanische Monatsschrift*, IV, 549 ss., 597 ss.). Em 1914, em resposta à polêmica levantada por Kalepky, ele voltou ao problema em um artigo sobre os seus fundamentos, intitulado "Figures de Pensée et Formes Linguistiques" (G.-r.M., IV, 1914, 405 ss., 546 ss.)

A substância da posição de Bally resume-se no seguinte: ele considera o discurso indireto livre como uma variedade nova, tardia, da forma clássica do discurso indireto. Essa variante se formou, segundo ele, da seguinte maneira: il disait qu'il était malade, il disait: il était malade, il était malade (disait-il)[2]. A queda da conjunção "que" explica-se, segundo Bally, por uma tendência mais recente, própria da língua, a preferir as combinações paratáticas das proposições às hipotéticas. Mais adiante, Bally indica que essa variedade do discurso indireto, que ele chama de "style indirect libre", não constitui uma forma fixada, mas está ao contrário em plena evolução tendendo para a forma do discurso direto, que constitui o seu limite extremo. Nos casos mais característicos, segundo Bally, chega a ser difícil determinar onde termina o "style indirect libre" e onde começa o "discours direct". Ele considera ser esse o caso no exemplo tirado de Zola que citamos anteriormente. Quando o cardeal se dirige a Deus: "O Dieu! que me faisiez-vous un miracle!", o índice do discurso indireto (*imperfectum*) é usado simultaneamente com a segunda pessoa, como no discurso direto. Em alemão, Bally vê uma forma análoga ao "style indirect libre" no "style indirect du second type" (com elisão da conjunção e ordem das palavras do discurso direto).

Bally estabelece uma discriminação estrita entre as "formas lingüísticas" e as "figuras de pensamento". Esse último termo recobre os meios de expressão, que são ilógicos do ponto de vista da língua, nos quais a relação normal entre o signo lingüístico e sua

[2] A forma intermediária constitui, naturalmente, uma ficção lingüística.

significação habitual é anulada. As figuras de pensamento não podem ser reconhecidas como fenômenos lingüísticos no sentido estrito do termo: com efeito, não existem índices lingüísticos claros e estáveis servindo à sua expressão. Pelo contrário, os índices lingüísticos correspondentes têm justamente uma significação no sistema da língua diferente daquela que lhes dão as figuras de pensamento. Bally relaciona o discurso indireto livre, nas suas formas puras, a essas figuras de pensamento. Com efeito, do ponto de vista estritamente gramatical, trata-se do discurso do autor; conforme o sentido, é o do herói. Mas esse "conforme o sentido" não é representado por nenhum signo lingüístico particular. Estamos pois diante de um fenômeno extralingüístico.

Essas são as grandes linhas da teoria de Bally. Esse lingüista é, na nossa época, o representante mais destacado do objetivismo abstrato em lingüística. Bally hipostasia e torna vivas as formas da língua, extraídas, graças a uma abstração, das ocorrências concretas de discurso (na prática cotidiana, na literatura, nas ciências, etc.). A finalidade dessa abstração dos lingüistas é, como mostramos, decifrar, e em seguida ensinar, as línguas estrangeiras mortas. Ora, eis que vem Bally e dá vida e movimento e essas abstrações lingüísticas: o esquema do discurso indireto põe-se a tender para o esquema do discurso direto; o discurso indireto livre constitui-se em favor dessa passagem. Um papel criador é atribuído à queda da conjunção "que" e do verbo introdutor do discurso citado na constituição dessa nova forma.

Na realidade, não há, no sistema de língua abstrata em que se colocam as formas lingüísticas de Bally, movimento, vida, realização. A vida começa apenas no momento em que uma enunciação encontra outra, isto é, quando começa a interação verbal, mesmo que não seja direta, "de pessoa a pessoa", mas mediatizada pela literatura[3].

Uma forma abstrata não tem orientação; a orientação recíproca de duas enunciações só muda à medida que muda a apreensão ativa pela consciência lingüística da "personalidade que fala", na base da sua autonomia semântico-ideológica, da sua individualidade verbal. A queda da conjunção "que" não serve para aproximar duas formas abstratas, mas para aproximar duas enunciações, em toda a plenitude de sua significação. Como se uma comporta se abrisse para permitir às "entoações" do autor que escoem livremente no discurso citado.

A ruptura metodológica entre as formas lingüísticas e as figuras de pensamento, entre "langue" e "parole"[*] também resulta do mesmo objetivismo hipostásico. De fato, as formas lingüísticas, como as compreende Bally, existem apenas nas gramáticas e nos dicionários (onde a sua existência é totalmente legítima), mas, na realidade viva da língua, elas estão profundamente imersas naquilo que, do abstrato ponto de vista gramatical, é o elemento irracional das "figuras de pensée".

Bally está igualmente errado quando compara a construção alemã do segundo tipo ao discurso indireto livre francês[4]. Trata-se de um erro

---

[3] Sobre as formas imediatas e mediatizadas da interação verbal, ver o artigo já citado de Iakubinski.

[*] Os dois termos estão em francês no texto. (N.d.T.f.).

[4] Kalepky notou esse erro de Bally, que o corrigiu parcialmente no seu segundo

muito sintomático. Do ponto de vista gramatical abstrato, a analogia é incontestável, mas do ponto de vista das tendências sócio-verbais, a aproximação não resiste à crítica. Com efeito, uma única e mesma tendência sócio-verbal (determinada pelas mesmas condições sócio-econômicas) pode manifestar-se em diferentes línguas, de acordo com sua estrutura gramatical, por índices de superfície completamente diferentes. Em cada língua o esquema que se revela mais flexível no aspecto em questão é que se põe a evoluir numa determinada direção. É esse o caso do discurso indireto em francês, do discurso direto em russo e em alemão.

Passemos agora ao exame do ponto de vista dos vosslerianos. Esses lingüistas deslocam o centro de interesse de sua investigação da gramática à estilística e à psicologia, das "formas lingüísticas" às "formas de pensamento". Como sabemos, eles divergem profundamente de Bally no tocante aos princípios. Na sua crítica às posições do lingüista genebrino, Lorck, servindo-se da terminologia humboldtiana, opõe à concepção de língua de Bally como *ergon* a sua própria concepção como *energeia*. Assim, as premissas básicas do subjetivismo individualista opõem-se diretamente ao ponto de vista de Bally. Entram em cena agora novos fatores para explicar o discurso indireto livre: a efetividade na língua, a imaginação, a sensibilidade, o gosto lingüístico, etc.[5]

---

estudo.

[5] Antes de passar à análise da posição dos vosslerianos, daremos três exemplos de discurso indireto livre em alemão:

1. Der Konsul ging, die Hànde auf dem Rücken, umher und bewegte nervos die Schultern.
Er hatte keine Zeit. Er war bei Gott überhäuft. Sie sollte sich gedulden und sich gefälligst noch fünfzigmal besinnen!(Thomas Mann, os *Buddenbrooks*).

2. *Herrn Gosch ging es schlecht*: mit einer schonen und grossen Armbewegung v,ries er die Annahme zurück, er konne zu den Glücklichen gehören. *Das beschwerliche Greisenalter nahte heran, es war da, wie gesagt, seine Grube war geschaufelt. Er könnte abends kaum noch sein Glas Grog zum Munde führen, ohne die Hälfte zu verschütten, so machte der Teufel seinen Arm zittern. Da nützte kein Fluchen... Der Wille triumphierte nicht mehr.* (Ibid.).

3. Nun kreutzte Doktor Mantelsack im Stehen die Beine und blatterte in seinem Notizbuch. Hanno Buddenbrook sass vornüber gebeugt und range unter dem Tisch die Hande. *Das B, der Buchstabe B war an der Reihe! Gleich würdel sein Name ertonen, er würde aufstehen und nicht eine Zeite wissen, und er würde einen Skandal geben, eine laute, schreckliche Katastrophe, so guter Laune der Ordinarius auch sein mochte...* Die Sekunden dehnten sich martervoll. "*Buddenbrook*" Jetzt sagte er "*Buddenbrook*." "Edgar" sagte Doktor Mantelsack... (*Ibid*.).

Ressalta claramente desses exemplos que o discurso indireto livre é inteiramente análogo, em termos gramaticais, ao russo.

1. O Cônsul, as mãos às costas, ficou passeando e movendo nervosamente os ombros.
Ele não tinha tempo. Estava assoberbado, por Deus! Ela devia ter paciência e, por favor! pensar mais cinqüenta vezes.

2. As coisas iam mal para o Senhor Gosch: com um belo e largo movimento de braço, ele recusou a hipótese de que pudesse pertencer aos felizes. *A incômoda velhice se aproximava, estava ali - sua cova,*

No mesmo ano (1914) - ano da polêmica Kalepky-Bally - Eugen Lerch igualmente tornou público seu ponto de vista sobre o discurso indireto livre (G-r.M., VI, 470). Ele definiu-o como "discurso enquanto fato" (*Rede als Tatsache*). O discurso de outrem é transmitido dessa forma como se seu conteúdo fosse um fato, relatado pelo próprio autor. Comparando os discursos direto, indireto e indireto livre do ponto de vista da realidade expressa no seu conteúdo, Lerch chega à conclusão de que o discurso indireto livre é o mais próximo da realidade. Ele prefere-o também, do ponto de vista estilístico, ao discurso indireto, por causa do efeito vívido e concreto que produz. Essa é a definição de Lerch.

E. Lorck publicou em 1921 investigações semelhantes sobre o discurso indireto livre num livro intitulado *Die Erlebte Rede* (O "Discurso Vivido"). O livro é dedicado a Vossler. Nele Lorck faz também um histórico da questão.

Lorck define o discurso indireto livre como "discurso vivido" (*erlebte Rede*) em contraste com o discurso direto ou "discurso repetido" (*gesprochene Rede*), e com o indireto ou "discurso relatado" (*berichtete Rede*).

Lorck expõe sua definição da seguinte maneira. Imaginemos Fausto em cena recitando seu monólogo: "Habe nun, ach! Philosophie, Juristerei. . . durchaus studiert mit heissem Bemühn.. ."* O que o herói diz na primeira pessoa, um membro do auditório vivencia na terceira. E essa transposição, que ocorre nas profundezas da atividade mental no ato de apreensão, estilisticamente nivela o discurso apreendido à narrativa. Se o ouvinte quiser em seguida relatar a um terceiro o discurso de Fausto por ele ouvido e apreendido, transmiti-lo-á, ou palavra por palavra, sob a forma direta: "*Habe nun, ach! Philosophie...*" ou indireta: "*Faust, dass er leider...*" ou: "*er hat leider...*" Mas, se ele quiser reviver para si mesmo, na sua alma, a impressão vívida deixada pela cena que apreendeu, evocá-la-á da forma seguinte: "*Faust hat nun, ach, Philosophie...*"** ou então ainda, já que

---

como se disse, estava aberta. À noite ele mal podia levar o copo de grogue à boca sem derramar a metade, de tanto que o diabo fazia seu braço tremer. Ai nenhuma maldição adiantava... A vontade já não triunfava mais.

3. Aí o Doutor Mantelsack, em pé, cruzou as pernas, e folheou seu livro de anotações. Hanno suddenbrook inclinou-se para a frente e torceu as mãos sob a mesa. O *B, tinha chegado a vez do B! Logo soaria seu nome e ele daria um vexame, uma catástrofe ruidosa e terrível, por mais bem humorado que o Professor estivesse...* Os segundos se alongavam como um martírio. "*Buddenbrook*" Agora ele dizia "*Buddenbrook*" ... "Edgar", disse o Doutor Mantelsack.

Obs.: Em alemão, o discurso indireto (*indirekte Rede*) é dado por formas especiais, o Conjuntivo I e o Conjuntivo II. O primeiro assinala a postura pessoal de quem fala ou escreve a respeito da mensagem de uma terceira pessoa acentuando que comunica a expressão de outrem. Usa-se o Conjuntivo II quando o Conjuntivo I e o Presente têm formas iguais. (N.d.T.).

* "Estudei, ai! Filosofia, Leis. . . a fundo, com ardente esforço..."

** "Fausto, ai! (estudou) Filosofia..."

se trata de impressões passadas:"*Faust hatte, nun, ach!...*"[***]

Desta maneira, segundo Lorck, o discurso indireto livre constitui uma forma direta de representação da apreensão do discurso de outrem, do vívido efeito produzido por este; por isso, convém mal à retransmissão do discurso a uma terceira pessoa. Com efeito, nessa hipótese, a natureza dos fatos relatados seria alterada e ficaria a impressão de que a pessoa fala consigo mesma ou é vítima de alucinações. Portanto, como seria de esperar, o discurso indireto livre não é utilizado na conversação e serve apenas às representações de tipo literário. Aí, o seu valor estilístico é imenso.

Na realidade, para o artista no processo de criação, os seus fantasmas constituem a própria realidade: ele não só os vê, como também os escuta. Ele não lhes dá a palavra, como no discurso direto, ele os ouve falar. E essa impressão viva produzida por vozes ouvidas como em sonho só pode ser diretamente transmitida sob a forma de discurso indireto livre. É a forma por excelência do imaginário. Por isso essa voz ressoou pela primeira vez no mundo maravilhoso de La Fontaine, por isso essa forma constitui um procedimento tão caro a escritores como Balzac e mais particularmente Flaubert, que são capazes de imergir e perder-se totalmente no mundo criado por sua imaginação.

É também unicamente à imaginação do leitor que o escritor se dirige, quando usa essas formas. O que ele procura, não é relatar um fato qualquer ou um produto do seu pensamento, mas comunicar suas impressões, despertar na alma do leitor imagens e representações vívidas. Ele não se dirige à razão, mas à imaginação. Apenas a inteligência que raciocina e analisa pode tomar de posição de que o autor é quem fala no discurso indireto livre; para a imaginação viva, é o herói que fala. A imaginação é a mãe dessa forma.

A idéia fundamental de Lorck, que ele desenvolve também nos seus outros trabalhos[6], se reduz ao fato de que, *na língua, o papel criador pertence, não à razão, mas justamente à imaginação*. Somente as formas já criadas pela imaginação, firmemente constituídas, fixadas e por isso abandonadas pela alma viva desta última, entram no domínio regido pela razão; esta não cria nada por si só.

A língua, segundo Lorck, não é um ser acabado (*ergon*), mas um devir permanente e um acontecimento vivo (*energeia*). Não se trata de um meio ou de um instrumento que serve para atingir fins exteriores a ele, mas de um organismo vivo, funcionando em si e para si. E essa auto-suficiência criadora da língua manifesta-se na imaginação lingüística. A imaginação sente-se no seu elemento no seio da língua, é o seu elemento vital, nativo. A língua não constitui para a imaginação um meio, ela é a carne da sua carne
e o sangue do seu sangue. A imaginação contenta-se de brincar com a língua por prazer. Um autor como Bally aborda a língua do ponto de vista da razão e por isso é incapaz de compreender aquelas formas que ainda estão vivas, nas quais bate ainda o pulso da evolução, que não foram ainda transformadas em um instrumento para o raciocínio. Por

[***] "Fausto, ai ! [estudara]... »

[6] E. Lorck, *Passé défini, imparfait, passé indéfini* - Eine grammatisch-psychologische Studie von E. Lerch.

isso é que Bally não conseguiu apreender a especificidade do discurso indireto livre, e, não tendo encontrado nele uma identidade compatível com a lógica, excluiu-o da língua.

É do ponto de vista da imaginação que Lorck tenta compreender e explicar a forma do imperfeito no discurso indireto livre. Lorck distingue o "Défini Denkakt" e o "Imparfait-Denkakt". Esses atos não se distinguem pelo conteúdo de pensamento, mas pela própria forma de sua realização. Com o "défini", o nosso olhar orienta-se para o exterior, para o mundo dos objetos e conteúdos que o pensamento já apreendeu; com o imperfeito, para o interior, para o mundo do pensamento em devir e em processo de constituição. Os "défini-Denkakten" têm um caráter de constatação factual, os "imparfait-Denkakten", um caráter de reflexão e de impressão mental em processo de desenvolvimento. A imaginação reconstitui neles o passado vivo. Lorck analisa o seguinte exemplo:

"L'Irlande poussa un grand cri de soulagement, mais la Chambre des Lords, six j ours plus tard, *repoussait* le Bil: Gladstone *tombait*." (*Revue des Deux Mondes*, mai 1980, p. 19).*

Se, diz Lorck, substituirmos os dois imperfeitos pelo passado definido, perceberemos claramente a diferença. "Gladstone tombait" é colorido por uma tonalidade emocional, enquanto "Gladstone tomba" soa como uma informação seca e puramente factual. No primeiro caso, o pensamento parece demorar-se sobre o seu objeto e sobre si mesmo; mas aqui, o que invade a consciência não é a imagem de Gladstone caindo, mas o sentimento da gravidade do acontecimento que se produziu. As coisas apresentam-se diferentemente no caso de "la Chambre des Lords repoussait lê Bill". Aqui, há como uma antecipação dramática das conseqüências do acontecimento: o imperfeito, em "repoussait" exprime uma expectativa ansiosa. Para apreender bem todos os matizes do estado de espírito do falante, é suficiente pronunciar essa frase em voz alta. A última sílaba de "repoussait" é pronunciada num tom mais alto, exprimindo a ansiedade e a expectativa. "Gladstone tombait" vem de alguma forma aliviar e acalmar essa angústia. Nos dois casos, o emprego do imperfeito é marcado pelo sentimento e estimula a imaginação. Ele evoca e reconstitui a ação relatada, em vez de simplesmente constatá-la. Essa é a significação do imperfeito no discurso indireto livre. O definido seria incompatível com a atmosfera criada por essa forma.

Tal é a teoria de Lorck. Ele mesmo define a sua análise como uma "investigação no domínio da alma da língua" (*Sprachseele*). Segundo ele, esse domínio (*Das Gebiet der Sprachseelenforschung*) foi explorado pela primeira vez por K. Vossler. Lorck apenas segue o caminho aberto por este.

Lorck examinou a questão nas suas dimensões estáticas, psicológicas. Numa publicação de 1922, Gertraud Lerch, sempre com as mesmas bases vosslerianas, tenta dar ao discurso indireto livre uma larga perspectiva histórica. Encontra-se na sua investigação toda uma

* "A Irlanda soltou um grande grito de alívio, mas a Câmara dos Lordes, seis dias mais tarde, *rejeitava* o Bill: Gladstone *caía*." (N.d.T.).

série de observações de grande valor. Por isso, vamos deter-nos mais longamente nela.

Em Lerch, é a "sensibilidade simpatizante" (*Einfühlung*) que desempenha o papel que tinha a imaginação em Lorck. O discurso indireto livre dá à sensibilidade sua expressão mais adequada. As formas dos discursos direto e indireto são condicionados por um verbo introdutório (disse, pensou, etc.). Dessa maneira, o autor joga sobre o herói a responsabilidade daquilo que é dito. Pelo contrário, no discurso indireto livre, graças à omissão do verbo introdutório, o autor apresenta a enunciação do herói como se ele mesmo se encarregasse dela, como se se tratasse de fatos e não simplesmente de pensamentos ou de palavras. Isso só é possível, diz Lerch, se o escritor se associa com toda a sua sensibilidade aos produtos de sua própria imaginação, se ele se identifica completamente com eles.

Quais são as origens históricas dessa forma? Quais são as condições históricas indispensáveis ao seu desenvolvimento? No francês antigo, as estruturas psicológicas estavam longe de distinguir-se tão rigorosamente das estruturas gramaticais como hoje. As combinações paratáticas e hipotáticas misturavam-se de diversas maneiras. A pontuação estava ainda em esboço. Por isso não havia ainda fronteiras rígidas entre os discursos direto e indireto. O narrador não sabe ainda separar as representações de sua imaginação do seu "eu" pessoal. Ele participa por dentro dos atos e das palavras dos seus heróis, coloca-se como seu intercessor e defensor. Ainda não aprendeu a transmitir o discurso de outrem na sua forma exterior e palavra por palavra, abstendo-se de qualquer intervenção pessoal. O temperamento francês antigo estava ainda longe da observação imparcial, descompromissada, e do julgamento objetivo. Entretanto, essa diluição do autor nos seus heróis não é simplesmente o resultado de uma escolha deliberada; era também uma necessidade. Ele não tinha à sua disposição formas claras e lógicas que permitissem uma delimitação estrita. E é sobre a base dessa insuficiência gramatical e não como procedimento estilístico livre que se vê aparecer em francês antigo o discurso indireto livre. Ele resulta, portanto, meramente da incapacidade do autor de separar gramaticalmente seu ponto de vista, sua posição, dos de seus heróis[7].

Pelo fim da Idade Média, em francês medieval, essa imersão do autor nos sentimentos experimentados por seus heróis não tem mais lugar. Encontra-se muito raramente o "presente histórico" entre os historiadores dessa época e o ponto de vista do narrador distingue-se claramente do das personagens representadas. O sentimento cede lugar à razão. A transmissão do discurso de outrem torna-se impessoal e sem

---

[7] Eis um exemplo curioso tirado de Eululia sequerlz (segunda metade do século IX:
Ellent adunet lo suon element:
melz sostendreit les empedementz
qu'elle perdesse sa Virginitet.
Poros furer morte a grande honestet.
(Ela junta sua energia: *ela prefere a tortura a perder sua virgindade*. Assim ela morreu com grande honra.)
Aqui, diz Lerch, a determinação firme e inquebrantável da santa se funde (*klingt zusammen*) com o apoio ardente que lhe dá o autor.

cor, e a voz do narrador abafa a do enunciador.

A esse período de despersonalização sucede o individualismo fortemente marcado do Renascimento. A intuição desempenha novamente um papel na transmissão do discurso de outrem. O narrador tenta de novo aproximar-se do seu herói, estabelecer com ele relações mais íntimas. Esse estilo é caracterizado pela sucessão flexível e livre, psicologicamente colorida e caprichosa, dos tempos e dos modos.

No século XVII, em contraposição ao irracionalismo lingüístico do Renascimento, começam a constituir-se regras rígidas de emprego dos tempos e dos modos no discurso indireto (particularmente graças a Houdin, 1932). Estabelece-se um equilíbrio harmonioso entre as faces objetiva e subjetiva do pensamento, entre a análise objetiva e a expressão das atitudes pessoais. Isso não se efetua sem pressões por parte da Academia Francesa.

Como procedimento estilístico livre e consciente, o discurso indireto livre só podia aparecer depois da criação, graças à introdução da concordância dos tempos, de um contexto gramatical no qual pudesse destacar-se claramente. Ele aparece primeiro em La Fontaine e conserva nele o equilíbrio, característico do neoclassicismo, entre o subjetivo e o objetivo. A omissão do verbo introdutório indica a identificação do narrador ao herói; quanto à utilização do imperfeito (contrastando com o presente do discurso direto) e à escolha do pronome (correspondente ao discurso indireto), indicam que o narrador conserva sua posição autônoma, que ele não se dissolve totalmente na atividade mental do seu herói.

Esse procedimento convinha particularmente ao fabulista La Fontaine, na medida em que rompe o dualismo da análise abstrata e da impressão imediata, aliando-as harmoniosamente. O discurso indireto é muito analítico e inerte. Quanto ao discurso direto, mesmo teatralizando o discurso citado, não lhe fornece ao mesmo tempo o "cenário", o "meio" emocional e espiritual de que tem necessidade para ser apreendido.

Se La Fontaine, utilizando esse procedimento, indica que ele simpatiza profundamente com suas personagens, La Bruyère tira Gele efeitos satíricos contundentes. Ele não representa seus "caracteres" num país imaginário e seu humor não é nada suave. Ele exprime, por meio do discurso indireto livre, seu conflito interno com eles, sua superioridade sobre eles. Ele se destaca das criaturas que representa. A pseudo-objetividade de La Bruyère serve para refratar ironicamente todas as suas representações.

Esse procedimento adquire um caráter ainda mais complexo em Flaubert. Este dardeja seu olhar implacável justamente sobre aquilo que acha repugnante e odioso, mas, mesmo nesse caso, é capaz de jogar com toda a sua sensibilidade, de identificar-se com o odioso e o repugnante.

O discurso indireto livre em Flaubert torna-se tão ambivalente e tão incoerente como sua própria atitude em relação a si mesmo e às suas criações: sua posição interior balança entre o amor e o ódio. O discurso indireto livre, que permite ao mesmo tempo identificar-se com as próprias criações e conservar a autonomia, a distancia, em relação a elas, é extremamente favorável à expressão desse amor-ódio pelos heróis.

Essas são as observações de Gertraud Lerch que nos interessam. Ao esboço histórico do desenvolvimento do discurso indireto livre em francês podemos acrescentar alguns dados, tomados de Eugen Lerch, quanto à época em que essa construção apareceu em alemão. Ela aí nasceu muito tardiamente; é encontrada pela primeira vez em Thomas Mann, n'*Os Buddenbrooks* (1901), aparentemente sob a influência direta de Zola. Trata-se da "epopéia de uma família" contada com muita emoção pelo narrador que, simples membro do "clã dos Buddenbrook", evoca na sua memória e faz reviver toda a história desse clã. Acrescentaremos, de nossa parte, que no seu último romance, *A Montanha Mágica* (1924), ele faz um uso ainda mais sutil e profundo desse procedimento.

De nosso conhecimento, não existe nenhum estudo mais substancial ou mais recente sobre essa questão. Passemos, portanto, à análise das perspectivas de Lorck e de Lerch.

Ao objetivismo hipostático de Bally opõe-se, nos trabalhos de Lorck e Lerch, um subjetivismo individualista conseqüente e claramente expresso. A alma da língua manifesta-se primeiro na consciência crítica subjetiva, individual, dos falantes. A língua torna-se, em todas as suas manifestações, a expressão de forças psíquicas individuais e de intenções dotadas de significações individuais. A evolução da língua confunde-se com a evolução do pensamento e da alma dos falantes.

O subjetivismo indívidualista dos vosslerianos, aplicado ao nosso fenômeno concreto, é tão inaceitável como o objetivismo abstrato de Bally. Na realidade, a personalidade do falante, sua atividade mental, suas motivações subjetivas, suas intenções, seus desígnios conscientemente estilísticos, não existem fora de sua materialização objetiva na língua. É claro que fora da sua expressão lingüística, mesmo que só no discurso interior, a personalidade não existe nem para si mesma nem para os outros. Ela só pode perceber clara e conscientemente alguma coisa na sua alma com a condição de dispor de um material objetivo de apoio, de elementos materiais que iluminam a consciência sob a forma de palavras constituídas, de julgamentos de valor e de entoações. A personalidade subjetiva interior, com a consciência de si que lhe é própria, não existe como um fato material, que sirva de apoio a uma explicação de tipo causalista, mas como um ideologema. A personalidade, com todas as suas intenções subjetivas, com todas as suas profundezas interiores, não é mais que um ideologema. Ora, o ideologema permanece informe e instável enquanto não for determinado graças aos produtos mais estáveis e elaborados da criação ideológica. Portanto, não há nenhum sentido em querer explicar algum fenômeno ou forma ideológica com o auxílio de fatores ou de intenções subjetivas psíquicas: isso significaria explicar um ideologema por outro ideologema, servindo o mais informe e instável dos dois para explicar o mais claro e mais elaborado. É a língua que ilumina a personalidade interior e a consciência, que as cria, diferencia e aprofunda, e não o contrário. O devir da personalidade situa-se na língua: não tanto, é verdade, nas suas formas abstratas mas nos seus temas ideológicos. A personalidade é, do ponto de vista do seu conteúdo subjetivo interior, o tema da língua: esse tema desenvolve-se e varia no quadro de estruturas lingüísticas mais estáveis. Por conseqüência, *não é a palavra que constitui a expressão*

da personalidade interior, mas ao contrário esta última constitui uma palavra contida ou interiorizada. A palavra é a expressão da comunicação social, da interação social de personalidades definidas, de produtores. E as condições materiais da socialização determinam a orientação temática e constitutiva da personalidade interior numa época e num meio determinados. Como tomará ela consciência de si mesma? Até que ponto será essa consciência de si rica e segura? Como motivará e apreciará os seus atos? Tudo isso depende igualmente das condições da socialização. A evolução da consciência individual dependerá da evolução da língua, nas estruturas tanto gramaticais como concretamente ideológicas. A personalidade evolui ao mesmo tempo que a língua, compreendida global e concretamente, pois ela é um dos seus temas mais importantes e profundos. Quanto à evolução da língua, é um elemento da evolução da comunicação social, inseparável dessa comunicação e de suas bases materiais. A base material determina a estratificação da sociedade, sua estrutura sócio-política, e distribui hierarquicamente os indivíduos que nela se encontram em relação de interação. Tais são os fatores que geram o lugar, o momento, as condições, as formas, os meios da comunicação verbal. Esta determina por sua vez os destinos da enunciação individual num determinado momento da evolução da língua, seu grau de resistência às influências, o grau de diferenciação dos diversos aspectos que nela se percebem, a natureza de sua individualização semântico-verbal. E tudo isso exprime-se primeiro nas construções estáveis da língua, tanto nos seus esquemas como nas suas variantes. Aqui a personalidade do falante existe não como um tema amorfo
mas como uma construção mais estável (na verdade, essa construção é indissoluvelmente ligada a um conteúdo temático particular, que lhe corresponde exatamente). Assim, nas formas de transmissão do discurso, a própria língua reage à personalidade como suporte da palavra.

Mas o que fazem os vosslerianos? Eles dão apenas uma tematização vaga do reflexo mais estável da estrutura da personalidade que fala; traduzem para a linguagem das motivações individuais, por mais sutis e sinceras que sejam, os acontecimentos da evolução social, os acontecimentos da história. Eles relacionam a ideologia i ideologia. Mas os fatores materiais objetivos dessas ideologias - as formas da língua e as motivações subjetivas que estão subjacentes à sua utilização - ficam fora do seu campo de investigação. Não afirmamos que esse trabalho de ideologização da ideologia seja completamente inútil. Ao contrário, algumas vezes é útil tematizar uma construção formal para aceder mais facilmente às suas raízes objetivas, que constituem um fundo comum. A vivacidade e a acuidade que os idealistas da escola de Vossler introduzem na lingüística favorecem o esclarecimento de certos aspectos da língua que o objetivismo abstrato tornara inertes e opacos. E por isso devemos estar-lhes reconhecidos. Eles estimularam e reavivaram a alma ideológica da língua, que tomara com alguns lingüistas o aspecto de uma natureza morta. Mas eles não chegaram a uma explicação correta, objetiva, da língua. Abordaram a dinâmica da história, mas não souberam explicá-la. Interessaram-se pelos seus aspectos superficiais, pela agitação e pelo movimento perpétuo que a agitam, mas não pelas forças que a animam na profundidade. É sintomático que Lorck, numa carta a Eugen Lerch

publicada em apêndice ao seu livro, chegue à seguinte inesperada confirmação. Tendo descrito a decadência e a esclerose intelectualista da língua francesa, acrescenta: "Ela só tem uma única possibilidade de renovação: o proletariado deve tomar a palavra em lugar da burguesia." (*Für sie gibt es nur eine Möglichkeit der Verfüngung: anstelle des Bourgeois muss der Proletarier zu Worte kommen*.)

Como conciliar isso com o papel excepcionalmente criador da imaginação na língua? Terá o proletário uma imaginação de tal forma desenvolvida, então? Naturalmente, é outra coisa que Lorck tem em vista. Ele quer dizer, sem dúvida, que o proletariado trará consigo novas formas de comunicação socioverbal, de interação verbal dos falantes e todo um novo mundo de interação verbal e de entoações sociais. Trará consigo uma nova concepção lingüística da personalidade que fala, da própria palavra, da verdade lingüística. Provavelmente era qualquer coisa assim que Lorck tinha em vista fazendo essa afirmação. Mas não se encontra nenhum vestígio dela na sua teoria. Quanto à imaginação, o burguês tem tanta quanto o proletário. E, ainda por cima, tem mais lazer para se servir dela.

O subjetivismo individualista de Lorck aplicado ao nosso problema concreto manifesta-se na incapacidade que tem a sua concepção de refletir a dinâmica da inter-relação entre o discurso narrativo e o discurso citado. O discurso indireto livre, longe de transmitir uma impressão passiva produzida pela enunciação de outrem, exprime uma orientação ativa, que não se limita meramente à passagem da primeira à terceira pessoa, mas introduz na enunciação citada suas próprias entoações, que entram então em contato com as entoações da palavra citada, interferindo nela. Nem mesmo podemos concordar com Lorck na sua afirmação de que a forma do discurso direto simples está mais próxima da apreensão e da assimilação direta do discurso de outrem. Cada forma de transmissão do discurso de outrem apreende à sua maneira a palavra do outro e assimila-a de forma ativa. Gertraud Lerch fica muito próxima da compreensão dessa dinâmica, mas expressa-a em termos de psicologia subjetiva. Ambos os autores, portanto, esforçam-se por tornar plano um fenômeno tridimensional, por assim dizer. No fenômeno lingüístico objetivo do discurso indireto livre, temos uma combinação, não de empatia e distanciamento dentro dos limites da alma individual, mas das entoações da personagem (empatia) e das entoações do autor (distanciamento) dentro dos limites de uma mesma e única construção lingüística.

Lorck e Lerch não levam em conta, nem um nem outro, um elemento extremamente importante para a compreensão do fenômeno em causa: o julgamento de valor inerente a toda palavra viva, revelado pela acentuação e pela entoação expressiva da enunciação. O sentido do discurso não existe fora de sua acentuação e entoação vivas. No discurso indireto livre, identificamos a palavra citada não tanto graças ao sentido, considerado isoladamente, mas, antes de mais nada, graças às entoações e acentuações próprias do herói, graças à orientação apreciativa do discurso. Nós percebemos que os acentos e as entoações do autor estão senão interrompidos por esses julgamentos de valor de outra pessoa. E é isso, como sabemos, que distingue o discurso indireto livre do discurso substituído, no qual nenhum acento novo aparece em relação ao contexto narrativo.

Vamos agora voltar aos procedimentos utilizados em russo para o discurso indireto livre. Eis um exemplo, bastante característico, tirado de *Poltava* de Púchkin:

"Mazepa, simulando dor, levanta para o tsar um olhar submisso. *Deus sabe e todo o mundo é testemunha. Ele, o infeliz Hétman, serviu o tsar com coração fiel, durante vinte anos; ele curva-se sob o peso de sua imensa misericórdia, está enlevado por ela... Oh, como o ódio é insano e cego! É possível que ele, agora, às portas da tumba, vá começar a aprender a traição e a manchar o seu bom nome? Não foi ele que recusou com indignação ajuda a Estanislau? que, envergonhado, recusou a coroa da Ucrânia e enviou ao tsar, por consciência do dever, o texto do acordo e as cartas secretas? Não ficou ele surdo às objurgações do cã e do sultão de Tsáregrad? Ardendo de entusiasmo, ele estava feliz de combater os inimigos do Tsar Branco com sua inteligência e seu sabre; ele não poupou nem dificuldades nem a própria vida, e agora o inimigo odioso ousa lançar a vergonha sobre os seus cabelos brancos! E quem? Iskra, Kotchubei! Os mesmos que foram seus amigos durante tanto tempo!* E com lágrimas sedentas de sangue, com fria impertinência, o ímpio reclama a execução deles... A punição de quem, velho inexorável? De quem pois roubou ele a filha? Mas, friamente, ele abafa o murmúrio enfraquecido do seu coração..."

Nesse extrato, de um lado, a sintaxe e o estilo são determinados pelas tonalidades da humildade, do lamento deplorável de Mazepa, de outro, essa "súplica lacrimosa" subordina-se à orientação apreciativa do contexto do autor, aos seus acentos narrativos que são, aqui, impregnados de uma tonalidade de indignação que se revela mais tarde na questão retórica: "A punição de quem, velho inexorável? De quem pois roubou ele a filha?..."

Seria perfeitamente possível transmitir a entoação dupla de cada palavra lendo esse extrato em voz alta, isto é, pôr em evidência com indignação a hipocrisia de Mazepa, pela própria leitura da sua lamentação. Estamos aqui diante de um caso muito simples, que comporta entoações retóricas bastante elementares e claras. Na maior parte dos casos, porém, e especialmente naquela área em que o discurso indireto livre se tornou um recurso de emprego maciço - a área da nova ficção em prosa - a transmissão oral da interferência apreciativa seria impossível. Além disso, o próprio desenvolvimento do discurso indireto livre está ligado à adoção, pelos grandes gêneros literários em prosa, de um registro mudo, ou seja, para leitura silenciosa. Apenas a adaptação da prosa à leitura silenciosa tornou possível a superposição dos planos e a complexidade, intransmissível oralmente, das estruturas entoativas tão características da literatura moderna.

Um exemplo desse tipo de interferência de dois discursos que não pode ser adequadamente transmitida pela leitura em voz alta é a seguinte passagem tirada de *O Idiota*, de Dostoievski:

"E por que então o príncipe agora não se aproximou dele [de Rogójin]? Por que, ao contrário, se afastou como se não o tivesse visto, embora seus olhos tivessem se encontrado? (Sim, seus olhos se encontraram e eles se haviam olhado.) Não queria ele há pouco tempo tomá-lo pela mão para irem juntos lá? Não queria ele ir amanhã à sua casa para lhe contar que estivera na casa dela? Não havia ele renunciado ao seu demônio, no caminho para lá, quando a alegria subitamente inundara sua alma? Ou havia realmente alguma coisa em

Rogójin, isto é, no Rogójin de hoje, no conjunto de suas palavras, gestos, comportamento, olhares, que pudesse justificar os terríveis pressentimentos do príncipe e as insinuações revoltantes do seu demônio? Havia nisso qualquer coisa que parecia evidente mas que era difícil de analisar e relatar. Era impossível explicar as suas causas, mas, apesar da sua inverossimilhança e sua impossibilidade, essa coisa qualquer deixava uma impressão clara e incontestável que fazia nascer uma certeza completa.

Mas que certeza? Oh, como a 'baixeza' desta certeza, desse 'vil pressentimento' fazia sofrer o príncipe desmesuradamente e como ele se incriminava."

Abordaremos aqui, em poucas palavras, um problema muito importante e interessante, o da realização sonora do discurso de outrem apresentado pelo contexto narrativo. O que torna difícil a busca de uma entoação expressiva conveniente, é a passagem constante do horizonte apreciativo do autor ao do herói, e vice-versa. Em que casos e dentro de que limites pode um autor pôr em cena uma personagem? Por encenação absoluta entendemos não apenas a mudança da entoação expressiva, mudança essa que e possível nos limites de uma única e mesma voz, de uma única consciência, mas também a mudança de voz (no sentido da totalidade de propriedades que a caracterizam), a mudança de "persona" ("máscara") no sentido da totalidade de propriedades que constituem a mímica e a expressão facial, e, finalmente, a completa consistência dessa voz e dessa "persona" durante toda a representação do papel. Afinal, dentro desse mundo individual e fechado em si mesmo, não pode mais haver nenhuma infiltração das entoações do autor. Como resultado da autoconsistência da voz e da "persona" de outrem, não há possibilidade para a gradação na mudança do contexto narrativo para o discurso citado, e vice-versa. O discurso citado começará a soar como no teatro, onde não há contexto narrativo e onde as réplicas do herói opõem-se as réplicas, gramaticalmente dissociadas, de outras personagens. Assim, as relações entre o discurso citado e o contexto narrativo, através da encenação absoluta, tomam uma forma análoga às relações entre linhas alternadas no diálogo. Por causa disso. O autor coloca-se no mesmo nível que sua personagem, e sua relação toma a aparência de um diálogo. Decorre inevitavelmente disso que só é possível encenar totalmente o discurso citado, na leitura em voz alta de uma obra de ficção, em casos muito raros. De outra forma, levanta-se um inevitável conflito com as intenções estéticas básicas do contexto. Não é preciso dizer que, nesses casos raríssimos, só pode tratar-se de variantes lineares e moderadamente pictóricas da construção do discurso direto. Mas, se o discurso direto é entrecortado por observações do autor que valem como réplicas, ou então se matizes muito fortes do contexto narrativo apreciativo a ele se acrescentam, já não é mais possível a encenação total.

Uma encenação parcial é contudo possível (sem excesso no jogo teatral), que permite operar transições entoativas graduais entre o discurso narrativo e o discurso citado; em alguns casos, quando se está diante de variantes ambivalentes, podem se conciliar numa única voz todas as entoações. É verdade que isso só é possível nos casos análogos àqueles que apresentamos. As perguntas e exclamações retóricas freqüentemente têm apenas a função de anunciar uma mudança

de tom.

Resta-nos tirar as conclusões de nossa análise do discurso indireto livre, e ao mesmo tempo, as de toda a terceira parte do nosso trabalho. Seremos breve: tudo que é essencial encontra-se no próprio texto, e procuraremos evitar as repetições.

Examinamos as formas mais importantes de transmissão do discurso de outrem: não demos descrições gramaticais abstratas; procuramos, ao invés, encontrar nessas formas documentos que mostram como a língua, numa ou noutra época do seu desenvolvimento, apreende a palavra de outrem e a personalidade do falante. Além disso, jamais perdemos de vista o fato de que as vicissitudes da enunciação e da personalidade do falante na língua refletem as vicissitudes sociais da interação verbal, da comunicação ideológica verbal nas suas tendências principais.

A palavra, como fenômeno ideológico por excelência, está em evolução constante, reflete fielmente todas as mudanças e alterações sociais. O destino da palavra é o da sociedade que fala. Mas há vários caminhos para estudar a evolução dialética da palavra. Pode-se estudar a *evolução semântica*, isto é, a história da ideologia no sentido exato do termo; a *história do conhecimento*, isto é, a evolução da verdade, uma vez que a verdade só é eterna enquanto evolução eterna da verdade; a *história da literatura* como evolução da verdade na arte. Esse é o primeiro caminho. Mas há um outro, estreitamente ligado ao primeiro, em ininterrupta simbiose com ele: é o estudo da evolução da própria língua como *material ideológico*, como meio onde se reflete ideologicamente a existência, uma vez que a reflexão da refração da existência na consciência humana só se efetua na palavra e através dela. É impossível, evidentemente, estudar a evolução da língua dissociando-a completamente do ser social que nela se refrata e das condições sócio-econômicas refratantes. Não se pode estudar a evolução da palavra dissociando-a da evolução da verdade, em geral, e da verdade na arte, tais como são expressas na palavra pela sociedade humana, para a qual existem. Esses dois caminhos, em permanente interação um com o outro, levam ao estudo da *reflexão da refração da evolução da natureza e da história na evolução da palavra*.

O terceiro caminho é o estudo da *reflexão da evolução social da palavra na própria palavra*. Esse caminho se subdivide em dois ramos: *a história da filosofia da palavra* e a *história da palavra na palavra*. É nessa última perspectiva que se situa o nosso trabalho. Estamos perfeitamente consciente de suas insuficiências, mas esperamos que a maneira de colocar o problema da palavra na palavra tenha uma pertinência real. A história da verdade, a história da verdade na arte e a história da língua têm muito a ganhar do estudo das refrações de sua manifestação essencial, a *enunciação concreta*, nas estruturas da própria língua.

Acrescentaremos algumas palavras de conclusão sobre o discurso indireto livre e as tendências sociais que ele exprime. O aparecimento e desenvolvimento do discurso indireto livre devem ser estudados em estreita ligação com o desenvolvimento das outras variantes expressivas dos discursos direto e indireto. Teremos então a prova de que ele tem um lugar importante no desenvolvimento das línguas européias contemporâneas, que ele implica uma reviravolta importante

no destino social da enunciação.

A vitória de formas extremas do estilo pictórico no discurso citado não pode, naturalmente, ser explicada em termos de fatores psicológicos ou das intenções estilísticas individuais do artista, mas sim em termos da *subjetivização profunda, generalizada, da palavra-enunciação ideológica*. Esta não é mais um monumento, nem mesmo um simples documento que atesta a existência de um conteúdo semântico substancial; ela só é percebida como a expressão de um estado subjetivo fortuito. Na consciência lingüística, as representações idiossincráticas, individualizantes tomaram tal autonomia dentro da enunciação que elas obstruíram e relativizaram completamente o seu núcleo semântico e o ponto de vista social responsável que nelas se exprime. É como se não se levasse mais a sério o conteúdo semântico da enunciação. A palavra categórica, a palavra "assumida", a palavra assertiva só existe nos contextos científicos. Em todas as outras áreas da criação verbal, é a ficção que domina e não mais a asserção. Toda a atividade verbal consiste, então, em distribuir a "palavra de outrem" e a "palavra que parece ser a de outrem".

Mesmo as ciências humanas desenvolveram uma tendência a substituir afirmações responsáveis acerca de um problema por uma descrição do estado atual das pesquisas na área, incluindo cálculo e adução indutiva do "ponto de vista geralmente admitido nos nossos dias"; esse procedimento é mesmo algumas vezes considerado a melhor "solução" possível de um problema. Em tudo isso manifesta-se a alarmante instabilidade e a incerteza da palavra ideológica. O discurso literário, retórico, filosófico, e o das ciências humanas tornam-se o reino das "opiniões", das opiniões notórias, e mesmo nessas opiniões não é tanto o "que" mas o "como" individual ou típico da opinião em causa que ocupa o primeiro plano. Esse processo que afeta o destino da palavra na Europa burguesa contemporânea e aqui na União Soviética (no nosso caso, até tempos muito recentes) pode ser caracterizado como uma *reificação da palavra*, como uma deterioração do valor temático da palavra. Os ideólogos desse processo, tanto aqui como na Europa Ocidental, são os movimentos formalistas em poética, lingüística e filosofia da linguagem. Não é preciso mencionar aqui quais são os fatores sociais subjacentes que explicam esse processo, nem repetir a bem fundamentada afirmativa de Lorck acerca dos únicos caminhos possíveis para a renovação da palavra ideológica - a palavra com seu tema intacto, a palavra penetrada por uma apreciação social segura e categórica, a palavra que realmente significa e é responsável por aquilo que diz.